

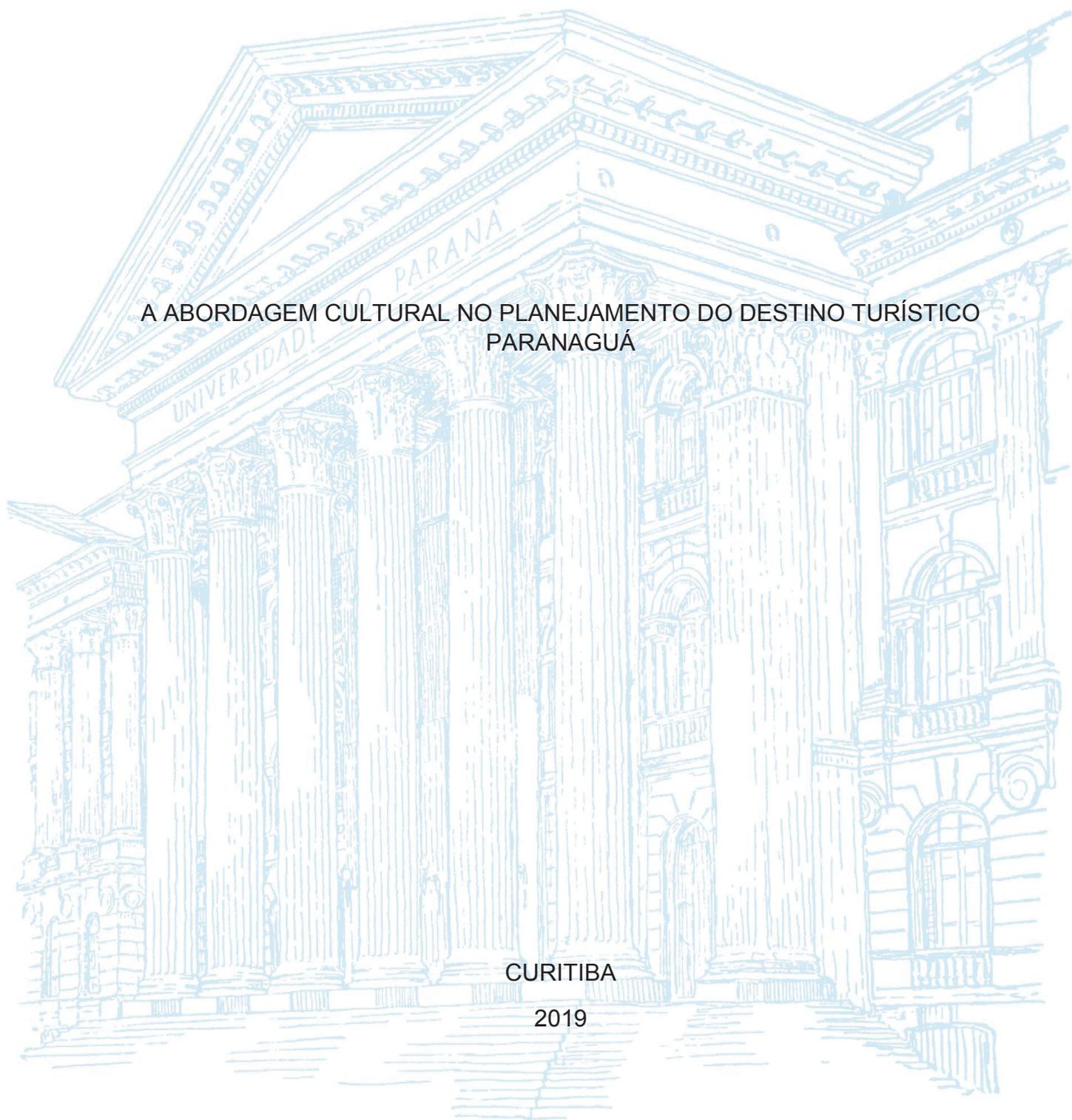
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS TONET DAMAS

A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO
PARANAGUÁ

CURITIBA

2019



MARCOS TONET DAMAS

A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO
DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Professor Doutor Luiz Ernesto Brambatti

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Damas, Marcos Tonet.

A abordagem cultural no planejamento do destino turístico
Paranaguá / Marcos Tonet Damas. – Curitiba, 2019.
179 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Ernesto Brambatti

1. Turismo – Paranaguá (PR). 2. Turismo – Políticas públicas. 3.
Patrimônio histórico – Paranaguá (PR). 4. Patrimônio cultural –
Paranaguá (PR). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MARCOS TONET DAMAS** intitulada: **A abordagem cultural no planejamento do destino turístico Paranaguá**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

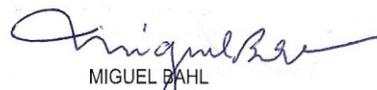
CURITIBA, 28 de Junho de 2019.



LUIS ERNESTO BRAMBATTI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



VALERIA DE MEIRA ALBACH
Avaliador Externo (UEPG)



MIGUEL BAHL
Avaliador Interno (UFPR)



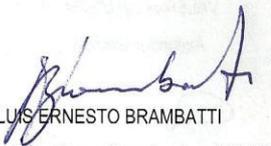
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -
40001016079P9

ATA Nº7.19

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM TURISMO

No dia vinte e oito de junho de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala 316, Campus Rebouças, foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando **MARCOS TONET DAMAS** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada **A abordagem cultural no planejamento do destino turístico Paranaguá**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em TURISMO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: LUIS ERNESTO BRAMBATTI (UFPR), VALERIA DE MEIRA ALBACH (UEPG), MIGUEL BAHL (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, LUIS ERNESTO BRAMBATTI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

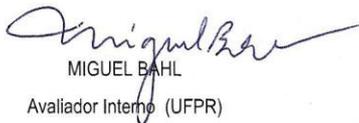
CURITIBA, 28 de Junho de 2019.


LUIS ERNESTO BRAMBATTI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


VALERIA DE MEIRA ALBACH

Avaliador Externo (UEPG)


MIGUEL BAHL

Avaliador Interno (UFPR)

Se Explicará

Julieta Venegas

Todo se explicará un día,
espera y lo entenderás,
esa es la manera como la vida
siempre te sorprenderá.

Hay cosas que precisan tiempo
tiempo para florecer,
misterios que se acomodan

Un día los puedes ver.
Y de repente todo es más fácil,
un día vas a ver
como se abre todo para ti,
la cuestión era llegar a él.

Yo sólo puedo mostrarte,
luego tú elegirás
y podrás equivocarte
no te debe preocupar.

Y con el tiempo todo es más fácil
tú mismo vas a ver
cómo se abre todo para ti.

La cuestión era dejarlo ser.

Sólo puedo esperar que tú.
lo vivas al final mejor que yo.

¡Esto se acomoda, Mira!

À memória de meus pais.

AGRADECIMENTOS

São tantas emoções que se misturam nesse momento de agradecer. Não poderia deixar de começar agradecendo a duas amigas de longa data que contribuíram muito para minha permanência em Paranaguá, visto que em 2011 vim a Paranaguá para visitá-las e acabei iniciando um ciclo vivendo nesta cidade, Ana Cláudia Ferreira de Assis e Andréia Rinaldi, muito obrigado pela amizade e por ter vocês por perto sempre. Ao meu amigo Thiago Kich Fogaça, um sincero agradecimento, pois foi um grande incentivador nessa caminhada, me trouxe toda a ajuda necessária para as minhas primeiras tentativas de entrar em um programa de mestrado, me ajudando muito nas discussões e motivações.

Ao meu orientador Professor Doutor Luiz Ernesto Brambatti, agradeço a parceria e apreço que se estabeleceu desde a realização da Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, no ano 2016, pela UFPR/Campus Litoral, e que contribui imensamente para meu amadurecimento necessário para a realização deste Mestrado em Turismo pela UFPR.

Aos meus amigos, meu profundo agradecimento cheio de carinho e gratidão.

Paranaguá é e será com certeza um capítulo importante em minha vida, que tem me proporcionado experiências mais que especiais e ao qual serei eternamente grato, um lugar que contribuiu significativamente para meu amadurecimento em muitos aspectos, tanto pessoais, profissionais, e, principalmente, foi o meio que contribuiu para a realização deste mestrado.

Um agradecimento muito especial pela contribuição que as professoras Doutora Silvana do Rocio de Souza e Doutora Valéria de Meira Albach agregaram a este estudo com tanto cuidado e atenção na qualificação do mestrado, como também agradeço ao professor Doutor Miguel Bahl por ter aceitado em participar da banca de defesa do Mestrado.

Aos meus colegas do Mestrado em Turismo da UFPR turma 2017, deixo registrado meu agradecimento, principalmente por dividirmos juntos nossos objetivos, conhecimentos, conversas, anseios. No entanto, quero destacar um agradecimento especial ao Rodrigo Guissoni, por toda ajuda, parceria e amizade.

Aos Professores com quem tive a honra de compartilhar conhecimentos através de suas disciplinas ofertadas no programa de mestrado: Marcelo Chemin, Miguel Bahl, Letícia B. Nitsche, Marcia S. M. Nakatani, Luiz Ernesto Brambatti, Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, como também não poderia deixar de agradecer à Angela Rodrigues, da secretaria do Mestrado de Turismo da UFPR.

Ao Senac Paranaguá, agradeço, por ter tido a possibilidade de conciliar este Mestrado com o meu trabalho, e porque me proporciona uma das experiências mais gratificantes, que é transmitir conhecimentos.

Foram tantas pessoas que me ajudaram de tantas formas para a realização deste trabalho, deixo um agradecimento muito especial.

Bom dia, Paranaguá. Vai nosse Bom Dia tôda a nossa alma, todo o nosso carinho, todo o nosso trabalho e todo o nosso amor. Nós te queremos assim, Paranaguá, como tu és, sem esnobismo, sem orgulho e sem vaidades. E te amamos porque tu és bonita como uma noiva praiana e não fazes alarde de tua beleza; te amamos porque tens côres suaves e profundas de céus, de mar e de florestas, e não blazonas tuas côres ao mundo; te amamos porque tens ritmo de valsas avoengas, de sambas crioulos, de canções tropicais, de coisas modernas e de lembranças indígenas, e não fazes conta dessa riqueza de sons; tens árvores, flores, mares, rios, ilhas, igrejas, fontes, vales, montanhas, campinas e nem te dás por achada no meio da sublimidade e magnificência dos teus panoramas de luz, de côres e de sons. É por isso que te queremos e te amamos com êsse amor que só os anjos celestes podem traduzir em palavras.

Paranaguá, 29 de julho de 1966.

*SWAMI VIVEKANANDA*¹

¹ O trecho citado mantém a forma ortográfica original.

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a abordagem cultural no planejamento do destino turístico Paranaguá, com o objetivo geral de verificar de que forma o patrimônio histórico, material e imaterial, componentes da abordagem cultural, foi tratado no planejamento turístico de Paranaguá nas diferentes administrações municipais, no período entre 1950 e 2016. O município é conhecido pela atividade portuária e destaca-se também por sua riqueza cultural e histórica, remanescente do período colonial, por meio de um patrimônio conservado, além de festas religiosas e eventos, que fazem parte do conjunto dos recursos e atrativos turísticos locais. Como hipóteses, foi considerado: se o turismo cultural é o segmento mais representativo do turismo em Paranaguá; se a existência de um patrimônio histórico conservado constitui as bases para a segmentação do turismo cultural em Paranaguá; e por que as diferentes administrações públicas nem sempre consideraram a abordagem cultural decorrente dos recursos existentes no planejamento da atividade turística. O método adotado foi o dedutivo, buscando uma explicação de caráter universal, na forma de um estudo de caso, que pudesse explicar como os diferentes planos de desenvolvimento do turismo consideraram ou não os elementos culturais presentes no município. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, com investigações documentais tanto nos documentos públicos, quanto em materiais de divulgação do município, revistas, artigos, teses, dissertações, visando estabelecer tais relações. Foram realizadas também entrevistas com ex-diretores e ex-secretários municipais relacionados ao turismo, na tentativa de verificar as gestões municipais que elaboraram planos turísticos e de que forma o tema foi abordado. Como resultado, obteve-se que Paranaguá passou por diversas administrações e gestões turísticas, mas, concretamente, o planejamento de turismo só ocorreu em 2013, com a implementação do Plano Master de Turismo de Paranaguá. As iniciativas anteriores, como o Projeto Onze, trabalhavam mais a educação patrimonial e turística, mas não constituíram um plano específico de turismo. Outras iniciativas buscavam mais adaptar Paranaguá no contexto do planejamento nacional e regional (PNMT e PRT) sem constituir um plano local. Concluiu-se que a abordagem cultural sempre esteve presente no planejamento em Paranaguá nos Planos Diretores, porém não de forma integral, estabelecendo-se gradativamente junto a outras necessidades advindas, pelas gestões municipais ao longo dos anos, com outros segmentos turísticos do município. Como em parte do período investigado, os balneários litorâneos de Pontal do Paraná e Matinhos pertenciam ao território do município de Paranaguá, o interesse do planejamento e do *marketing* era o turismo de Sol e Praia, ocorrendo interesse pelo patrimônio histórico somente a partir da década de 1990, com o tombamento estadual do Centro Histórico, e posterior tombamento federal. Considerando o período investigado, a questão cultural em Paranaguá aparece de forma inexpressiva e não corresponde de fato ao seu real valor, visto suas características e potencialidades históricas e culturais, o que deixa o segmento do turismo cultural ainda por ser explorado.

Palavras-chave: Abordagem cultural. Turismo. Planejamento. Paranaguá.

ABSTRACT

This research is about the cultural approach in the planning of the tourism destination Paranaguá, with the general objective of verifying how the historical heritage, material and immaterial, components of the cultural approach, was treated in the tourism planning of Paranaguá in the different municipal administrations, between 1950 and 2016. The municipality is known for its port activity and is also noted for its cultural and historical wealth, reminiscent of the colonial period, through preserved heritage, as well as religious festivals and events, which are part of the resources and local tourist attractions. The hypotheses were considered: if cultural tourism is the most representative segment of tourism in Paranaguá; the existence of a preserved historical heritage constitutes the basis for a segmentation of cultural tourism in Paranaguá; and by that the different public administrations did not always consider a cultural approach. The method adopted was the deductive, when searching for an exhibition of a universal character, in the form of a case study, which included the different tourism development plans, considering them or not as cultural elements present in the municipality. The research is qualitative and descriptive, with documentary investigations, as much as the public contents, as the materials of publicity of the municipality, magazines, articles, theses, dissertations, obtaining of connections. Interviews were also conducted with ex-directors and former municipal secretaries related to tourism, in an attempt to verify the municipal management that elaborated tourist plans and in what form the subject was approached. As a result, it was obtained that Paranaguá passed through several administrations and tourism management, but, concretely, the planning of tourism only occurred -in 2013, with the implementation of the Master Plan of Tourism of Paranaguá. Previous initiatives, such as Project Eleven, worked more on patrimonial and tourism education, but did not constitute a specific tourism plan. Other initiatives sought to adapt Paranaguá in the context of national and regional planning (PNMT and PRT) without being a local plan. It was concluded that the cultural approach was always present in the planning in Paranaguá in the Master Plans, but not in an integral way, gradually establishing itself along with other necessities, coming from municipal management over the years, with other tourism segments of the municipality. As part of the period investigated, the balneary of Pontal do Paraná and Matinhos belonged to the territory of the municipality of Paranaguá, the interest of planning and marketing was the tourism of Sun and Beach, occurring interest by the historical heritage only from the decade of 1990, with the state historic state registry, and later federal registration. Considering the period investigated, the cultural question in Paranaguá appears in an inexpressive way and does not correspond to its real value, given its historical and cultural characteristics and potentialities, which leaves the cultural tourism segment still to be explored.

Keywords: Cultural approach. Tourism. Planning. Paranaguá.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ ... | 28 |
| FIGURA 2- LIMITES DE PARANAGUÁ COM OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ | 28 |
| FIGURA 3 - ETAPAS DO ESTUDO DE CASO | 62 |
| FIGURA 4 -ANÚNCIO DE TURISMO DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ – 1966..... | 69 |
| FIGURA 5 - ANÚNCIO DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ EM 1966..... | 70 |
| FIGURA 6 - FANDANGO CAIÇARA | 77 |
| FIGURA 7 - MAPA TURÍSTICO DE PARANAGUÁ EM 1975..... | 78 |
| FIGURA 8 - ANÚNCIO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E DIVULGAÇÃO DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ EM 1978..... | 80 |
| FIGURA 9 - PANTANAL LINHAS AÉREAS EM PARANAGUÁ..... | 87 |
| FIGURA 10 - CAPA DA CARTILHA “E AGORA? PROJETO ONZE” | 87 |
| FIGURA 11 - MAPA TURÍSTICO DE PARANAGUÁ, DISPONIBILIZADO NA LINHA TURISMO | 101 |
| FIGURA 12 - MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE PARANAGUÁ EM 2014 REALIZANDO VISITA TÉCNICA À LINHA TURISMO..... | 102 |
| FIGURA 13 - ILUSTRAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ENTORNO DO AQUÁRIO MARINHO DE PARANAGUÁ | 103 |
| FIGURA 14- DIVULGAÇÃO DA VII FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE PARANAGUÁ..... | 104 |
| FIGURA 15 - BAILE DO FANDANGO REALIZADO EM 2017 NO MERCADO DO CAFÉ EM PARANAGUÁ..... | 110 |
| FIGURA 16 – BARREADO, PRATO TÍPICO DO LITORAL DO PARANÁ | 112 |
| FIGURA 17 - BARREADO OFERECIDO EM PARANAGUÁ AOS COMPONENTES DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE (1953)..... | 114 |
| FIGURA 18 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ..... | 117 |
| FIGURA 19 - CARACTERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS QUE COMPÕEM O CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ – RUA DA PRAIA | 119 |
| FIGURA 20 - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DE PARANAGUÁ... | 121 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 21 - DETALHES DE SETORES DA ZONA DE INTERESSE PATRIMONIAL E TURÍSTICO (ZIPT) | 135 |
| FIGURA 22 - CAPA DA CARTILHA NAVEGANDO NA HISTÓRIA DE PARANAGUÁ 2014 | 149 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 - TEMAS RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO MUNDIAL, SEGUNDO A UNESCO..... | 24 |
| QUADRO 2 - ETAPAS DO PLANEJAMENTO | 32 |
| QUADRO 3 - PERÍODO DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COMO GESTOR MUNICIPAL DE TURISMO EM PARANAGUÁ | 65 |
| QUADRO 4 - SITUAÇÃO FÍSICA DE PARANAGUÁ EM 1950 | 66 |
| QUADRO 5 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM PARANAGUÁ EM 1950 | 67 |
| QUADRO 6 - MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE DESMEMBRADOS DE PARANAGUÁ..... | 71 |
| QUADRO 7 - ATRATIVOS TURÍSTICOS EM PARANAGUÁ EM 1974 | 74 |
| QUADRO 8 - ASPECTOS HISTÓRICOS E TURÍSTICOS DE PARANAGUÁ | 84 |
| QUADRO 9 - PUBLICAÇÕES NA REVISTA O ITIBERÊ, RELACIONADAS A TURISMO EM PARANAGUÁ, ENTRE 1994 E 1995 | 84 |
| QUADRO 10 - PONTOS FORTES E FRACOS SEGUNDO ENTREVISTA REALIZADA COM PASSAGEIROS DE NAVIO DE CRUZEIRO EM PARANAGUÁ NA TEMPORADA 2011/2012..... | 98 |
| QUADRO 11 - PESQUISAS, INVENTÁRIOS E RELATÓRIOS TURÍSTICOS REALIZADOS PELO OBSERVATÓRIO DO TURISMO | 99 |
| QUADRO 12 - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM CULTURAL E O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE PARANAGUÁ..... | 127 |
| QUADRO 13 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM PARANAGUÁ, VOLTADAS À ELABORAÇÃO DO PDDI | 130 |
| QUADRO 14 - CARACTERÍSTICAS GERAIS REFERENTES AOS SISTEMAS VIÁRIOS E TRANSPORTES EXISTENTES EM PARANAGUÁ | 132 |
| QUADRO 15 - EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATRATIVOS CULTURAIS DESTACADOS NO PLANOMASTER DE TURISMO DE PARANAGUÁ | 144 |
| QUADRO 16 - ASPECTOS EVOLUTIVOS RELACIONADOS AO TURISMO EM PARANAGUÁ..... | 152 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - RESULTADO DA SOMA PONDERADA DAS 13 DIMENSÕES RELACIONADAS AO DESTINO INDUTOR PARANAGUÁ | 94 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

ABITUR - Associação Brasileira das Ilhas Turísticas
ACIAP - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá
ADETUR - Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná
ALL - América Latina Logística
CCS - Corredor de Comércio e Serviços
CECRE - Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAN - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
EMDEPRAIAS - Empresa de Desenvolvimento das Praias
FUNDETUR - Fundo de Desenvolvimento do Turismo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FUMCUL - Fundação Municipal de Cultura
FUMTUR - Fundação Municipal de Turismo
FUNCULTUR - Fundação de Cultura e Turismo
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR - Instituto Federal do Paraná
IHGP - Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAAP - Museu de Arqueologia e Artes Populares
MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia
MAEP - Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá
MTur - Ministério do Turismo
MU - Macrozona Urbana
OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCH - Programa das Cidades Históricas
PDM - Plano Diretor Municipal
PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB - Produto Interno Bruto
PMTP - Plano Master de Turismo de Paranaguá
PNMT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Plano Nacional de Turismo
PPGTUR - Programa de Pós-Graduação em Turismo
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
RMC - Região Metropolitana de Curitiba
SAE - Setor da Área Envoltória
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULTUR - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEEC - Secretaria de Estado da Cultura
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC - Serviço Social do Comércio
SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SH - Setor Histórico
SP - Setor de Proteção
SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná
UFPR - Universidade Federal do Paraná
ZCEU - Zona de Consolidação e Expansão Urbana
ZCQU - Zona de Consolidação e Qualificação Urbana
DEZ - Zona de Desenvolvimento Econômico
ZIE - Zona Urbanizada de Interesse Especial
ZIEP - Zona de Interesse para Expansão Portuária

ZOD - Zona de Ocupação Dirigida

ZPSR - Zona de Proteção ao Santuário do Rocio

ZIPT - Zona de Interesse Patrimonial e Turístico

ZRA - Zona de Recuperação Ambiental

ZRO - Zona de Restrição à Ocupação

ZRU - Zona de Requalificação Urbana

ZUIE - Zona Urbanizada de Interesse Especial

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 21 |
| 2 TURISMO: PLANEJAMENTO E ABORDAGEM CULTURAL | 31 |
| 2.1 O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE PLANEJAMENTO E TURISMO.. | 31 |
| 2.1.1 Planejamento e políticas públicas | 36 |
| 2.1.2 Planejamento de destinos turísticos..... | 39 |
| 2.2 ABORDAGEM CULTURAL | 42 |
| 2.2.2 Patrimônio histórico e patrimônio cultural | 49 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 59 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO E ABORDAGEM | 60 |
| 3.1.1 Entrevistas | 64 |
| 4 PANORAMA HISTÓRICO DO TURISMO E DA CULTURA DE PARANAGUÁ | 65 |
| 4.1 O TURISMO EM PARANAGUÁ DE 1950 ATÉ 1989 | 66 |
| 4.2 O TURISMO EM PARANAGUÁ DE 1990 ATÉ 2016 | 81 |
| 4.3 A IDENTIDADE CULTURAL DE PARANAGUÁ..... | 105 |
| 4.4 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ..... | 115 |
| 4.5 CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ..... | 118 |
| 4.6 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA..... | 119 |
| 5 ANÁLISE DE PLANOS, PROGRAMAS E ENTREVISTAS | 123 |
| 5.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PARANAGUÁ 1969 | 123 |
| 5.2 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 2007 | 130 |
| 5.3 PAC CIDADES HISTÓRICAS | 137 |
| 5.4 PLANO MASTER DE TURISMO DE PARANAGUÁ 2013 | 142 |
| 5.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS..... | 147 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 151 |
| REFERÊNCIAS | 156 |
| APÊNDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS | 166 |
| APÊNDICE B - ENTREVISTA 1 | 167 |
| APÊNDICE C - ENTREVISTA 2 | 169 |
| APÊNDICE D - ENTREVISTA 3 | 170 |
| APÊNDICE E - ENTREVISTA 4 | 171 |

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE F - ENTREVISTA 5 | 172 |
| APÊNDICE G - ENTREVISTA 6 | 173 |
| ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTO ASSINADOS | 174 |

1 INTRODUÇÃO

Na evolução do turismo, mudanças e transformações interferem tanto direta quanto indiretamente em seu contexto, seja atrelado ao desenvolvimento da atividade turística, nas relações humanas, costumes, tecnologias, economia, perfil de turistas, seja por influência de ações de planejamento, dentre tantos outros fatores.

Desde o pós-guerra (relacionado ao período de 1950), a interpretação da atividade turística esteve direcionada quase exclusivamente para as oportunidades de oferecer e acelerar o processo de crescimento econômico em uma determinada região com vocação turística. Tal ação de ordem civilizadora se desenvolveu dentro do escopo de ação de uma ordem que defende o industrial, o econômico, o utilitário, acima do sensível e do humano (MOLINA, 2019).

Sobre o mesmo período, Barretto (2004) comenta que as expectativas em torno do turismo, do ponto de vista cultural, estavam centradas em suas potencialidades, visando promover o intercâmbio cultural entre visitantes e visitados, o conhecimento do outro, a consciência da alteridade e, como consequência, a paz mundial.

Tais paradigmas evolutivos, baseados na combinação de inter-relacionamentos entre tecnologia-produção-serviços — cuja composição integra diferentes práticas sociais, como herança histórica dos povos, um meio ambiente natural, as relações sociais de hospitalidade, e também as trocas de informações interculturais e interdisciplinares — tornam o turismo uma atividade complexa (BRAMBATTI, 2005).

Buscando maior compreensão sobre o turismo, Sampaio (2015) relata que é um fenômeno que pode ser observado sob diversos contextos: histórico, econômico-administrativo, filosófico-político-sociológico e ambiental, e todos interdependentes, mas interagindo mutuamente, ora se complementando, ora se contradizendo, cabendo, dessa forma, entender o turismo como uma complexidade sistêmica, como um fenômeno humano.

Molina (2003), em uma análise retrospectiva do turismo, afirma existir uma evolução onde vários fios condutores vão estabelecendo vínculos entre suas etapas, seja no deslocamento, no interesse em estar em contato com outras culturas, cenários naturais, na apreciação do patrimônio histórico, seja para conhecer pessoas.

Com relação à cultura, Eagleton (2000) explica que ela se encontra em uma decisiva transição histórica, em que se codificam várias questões filosóficas fundamentais, pois, em um único termo, apresenta liberdade e determinismo, atividade e resistência, mudança e identidade, que sugere uma dialética entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz.

Pérez (2009), ao relacionar cultura e turismo, afirma que, apesar da natureza cultural do turismo ser antiga, a ligação existente entre ambos é relativamente recente, como o próprio conceito de “turismo cultural”, pois os profissionais da cultura tendiam a subestimar o turismo porque o entendiam com pouco interesse pela cultura. No entanto, isso tem mudado muito nas últimas décadas, com a ligação crescente entre ambos.

O turismo cultural é, segundo Pérez (2009), uma forma de turismo que tem por objeto central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos, e qualquer elemento do patrimônio cultural, no qual exerce um efeito positivo, pois contribui para sua conservação, mas também corre-se o risco de provocar efeitos negativos, que devem ser evitados por meio de educação e medidas políticas concretas.

Sobre as interfaces com as quais o turismo cultural pode estar relacionado, o autor cita:

O turismo cultural pode e deve estar ao serviço da conservação e valorização do património cultural, mas também pode acontecer o contrário, isto é, o património cultural pode surgir em função dos interesses mercantis, sendo explorado com esse objetivo. Aqui, os riscos são o abuso, os impactos negativos e a própria perda do património cultural. Neste sentido, as políticas deveriam ser orientadas numa perspectiva de equilíbrio entre o turismo cultural e o património cultural. (PÉREZ, 2009, p. 129).

Um município pode ter entre seu patrimônio cultural imaterial um importante recurso para atrair fluxos turísticos. No caso do patrimônio material podem ser geradas sinergias a partir de sua preservação, e que proporcionam novos significados para sua revitalização, possibilitando a geração de novos negócios, empregos, renda, embelezamento da cidade, e também atuando na autoestima e na identidade da população local (RIBEIRO, 2010).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional² (IPHAN) responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

A Constituição Brasileira de 1988³, em seu artigo 216, define o Patrimônio Cultural Brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. **§ 1º** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. **§ 2º** Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. **§ 3º** A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. **§ 4º** Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. **§ 5º** Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Segundo a UNESCO⁴, tem-se o reconhecimento que alguns lugares na Terra são de “valor universal excepcional” e devem fazer parte do patrimônio da humanidade. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, instrumento internacional da UNESCO, obteve a adesão de mais Estados Membros, incluindo o Brasil, totalizando cerca de 190 países unidos pela missão de identificar e salvaguardar sítios dos patrimônios culturais e naturais mais significativos do mundo. De acordo com informações da Unesco, são 1.007 sítios (779 culturais, 197 naturais e 31 mistos) em 161 Estados-partes. Essa Convenção é única, por

² IPHAN. Objetivos e funções. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: dezembro 2018.

³ DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO. Constituição Brasileira de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_215_.asp Acesso em: outubro 2018.

⁴ UNESCO. Patrimônio Mundial. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>. Acesso em: outubro 2018.

combinar os conceitos de conservação natural e de preservação de bens culturais, nos quais destaca o papel local em todo esse processo, e que funciona como uma ferramenta para o monitoramento da mudança climática, a urbanização acelerada, o turismo de massa, o desenvolvimento socioeconômico, os desastres naturais e demais desafios contemporâneos existentes.

No que se refere ao Brasil, o trabalho do Patrimônio Mundial tem significativas colaborações com os governos em âmbito federal, estadual e municipal e também com a sociedade civil. O país conta com dezenove bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu valor excepcional e universal para a cultura da humanidade.

A UNESCO define cinco temas específicos relacionados a Patrimônio Mundial, destacados no quadro a seguir:

QUADRO 1 - TEMAS RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO MUNDIAL, SEGUNDO A UNESCO

| | |
|------------------------------------|--|
| Patrimônio Cultural Mundial | É composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. |
| Patrimônio Natural Mundial | Composto por formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. |
| Patrimônio Imaterial ou Intangível | Compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam como conhecimentos a seus descendentes. |
| Patrimônio Mundial em Perigo | Caso haja alguma catástrofe natural sobre o bem ou sítio do Patrimônio Mundial, como um terremoto, inundação ou mesmo um dano causado por conflito armado, o Fundo do Patrimônio Mundial poderá ser acionado. Cria-se, então, uma Campanha Internacional de suporte técnico e financeiro para resgate do bem atingido. Este bem é incluído na Lista do Patrimônio Cultural ou Natural em Perigo. |
| Patrimônio Natural Subaquático | Engloba os vestígios de caráter cultural, histórico ou arqueológico da existência do homem, submersos há pelo menos 100 anos. Reconhecendo a necessidade urgente de preservar e proteger esse patrimônio, a UNESCO aprovou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, em 2001. |

FONTE: Adaptado de UNESCO (2018).

Visto a ampla abrangência que a abordagem cultural tem sobre o turismo, necessita-se de um planejamento turístico com etapas e objetivos claros a serem

seguidos, devendo estar, portanto, alinhados na busca do equilíbrio social, econômico, ambiental e cultural. Frente a esses entendimentos, menciona-se que

O planejamento da atividade turística constitui uma tarefa bastante complexa, pois envolve aspectos relativos à ocupação territorial, economia, sociologia e à cultura dos núcleos receptores, bem como às características dos locais emissores e à conseqüente heterogeneidade dos turistas. (RUSCHMANN, 2002, p. 113).

Barretto (2010) ressalta que o planejamento deve estar orientado para melhorar a sociedade tomando em conta seu contexto. Na área do turismo, uma das tendências do século XXI é o planejamento com responsabilidade social; isso transfere a importância do projeto em si para o modelo da sociedade a que se pretende chegar, e ao conceito de ser humano e de natureza.

O objeto deste estudo é a investigação sobre a abordagem cultural no planejamento do turismo em Paranaguá. No entanto, ao designar uma abordagem cultural, consideram-se muitas esferas relacionadas, pois a cultura é algo que pode estar ligado a muitos contextos e entendimentos, identidades, transformações e interações humanas, sem contar a relação direta com o patrimônio histórico, que traz significativo diferencial para o turismo cultural.

Esta pesquisa surgiu de um olhar empírico e histórico sobre a evolução do destino turístico Paranaguá, amplamente divulgado como cidade com uma marca de patrimônio histórico, pelo Porto e por manifestações culturais típicas da população caiçara.

Entretanto, nem sempre essa identidade cultural esteve presente no planejamento público da atividade turística. O desenvolvimento deste estudo iniciou por uma investigação documental das abordagens culturais presentes tanto nos documentos públicos, quanto em materiais de divulgação do município, e também contou com entrevistas realizadas com ex-diretores de turismo e ex-secretários de órgãos da gestão municipal relacionados ao turismo.

As primeiras aproximações do autor desta dissertação ao tema do turismo em Paranaguá ocorreram no ano de 2011, ao mudar-se para este município por motivos privados, surgindo assim alguns questionamentos, sob o olhar de turismólogo, frente ao potencial turístico e, em específico, sobre o potencial histórico-cultural que existe na cidade por suas características históricas e arquitetônicas.

Reforça-se a existência em Paranaguá de atrativos significativos, como a Ilha do Mel, baía de riqueza natural, eventos que fazem parte da cultura tradicional do município, como: Festa da Tainha, Encontro de Motociclistas Paranaguá Motos (Robalos Rebeldes), Carnaval, Banho à Fantasia, Festa do Santuário do Rocio; e também de sinais representativos histórico-culturais, como os edifícios históricos do Centro Histórico tombado, o Fandango e o Barreado, pertencentes a uma herança cultural do próprio litoral paranaense, que despertam atratividade e fazem parte da identidade parnanguara. Frente às potencialidades existentes, evidencia-se que

Paranaguá é a cidade berço da civilização do Estado e além do turismo histórico cultural, destaca-se o religioso, o náutico bem como o de lazer e o ecoturismo. De acordo com a Paraná Turismo (2004), o município de Paranaguá no ano de 2004 foi responsável por 7% do fluxo de turistas no Litoral do Paraná, aproximadamente 100.000 pessoas. (PDDI, 2007, p. 23).

Para Abrahão, Chemin e Gândara (2012), Paranaguá está configurada como município portuário responsável por sediar um dos portos mais importantes para a movimentação dos fluxos de comércio exterior brasileiro, porém tal característica, ao absorver a atenção de planos das atividades econômicas e políticas, acaba por enfraquecer o sentido de outras alternativas econômicas, que apontam para o desenvolvimento social e ecologicamente equilibrado, pois, enquanto o porto movimenta um volume cada vez maior de riqueza, observa-se a redução da capacidade da cidade de retê-la e transformá-la em fundamento para o desenvolvimento, com retornos sociais crescentes para a população local.

Sob o ponto de vista dos moradores de Paranaguá, apontado por Brambatti e Damas (2016), percebe-se a necessidade de formas e meios de desenvolver e ao mesmo tempo resgatar questões que remetem à autoestima e à valorização da vida cotidiana, principalmente relacionada ao patrimônio histórico-cultural, material e imaterial e à valorização da identidade parnanguara, vinculada à história da cidade, do porto, dos casarios históricos e do Fandango, e que irá repercutir no desenvolvimento turístico da cidade.

Paranaguá, cidade litorânea cujo perfil portuário compõe sua identidade, é uma das mais antigas ocupações urbanas do período colonial brasileiro. Sobre seus primórdios de ocupação, destaca-se a família Gonçalves Peneda, que já possuía plantações no entorno da baía de “Pernagoá” e também nas margens do Rio Tacoaré,

atual Itiberê, no período correspondente à segunda metade do século XVI. Considera-se Domingos Peneda como seu verdadeiro fundador. (ABRAHÃO; FELISBINO, 2016)

De acordo com Wilke (2006), Paranaguá foi a primeira vila fundada na região, e cresceu em torno da movimentação trazida pelo mar; mapas de 1520 já faziam referência à baía, que era habitada por índios Carijós, da família linguística Tupi-Guarani, e foi povoada por luso-brasileiros a partir de 1648.

Estades (2003) afirma que os povoamentos no litoral do Paraná ocorreram relacionados ao entorno de Paranaguá, originariamente território dos índios tupi-guaranis. Colonizado a partir do século XVI, a partir do século XVIII desenvolveu-se com mão de obra escrava a produção de arroz, que entrou em crise pela abolição da escravidão no final do século XIX.

O autor afirma ainda que Paranaguá caracteriza-se como uma cidade portuária e concentra a maior parte da população e de atividades econômicas do litoral paranaense, abrigando o maior porto do Sul do Brasil, com exportações significativas de grãos. O autor destaca também que as atividades estão fortemente atreladas à economia do Estado, pois durante a década de 1960, destacava-se na exportação de café e madeira, refletindo o ciclo econômico vigente; posteriormente, com a implantação do corredor de exportação, ganhou força o segmento de granéis sólidos, consolidando-se com a cultura da soja.

Sobre a formação portuária característica,

O Porto de Paranaguá teve seu projeto aprovado em 1872 e foi deslocado definitivamente em 1935, para a região conhecida como Enseada do Gato, nome este em homenagem ao antigo residente Manoel de Borba Gato que possuía terras nesta localidade. Esta transferência foi fundamental para a organização do espaço e para que a cidade fosse, paulatinamente, assumindo a forma que possui hoje em dia. (ABRAHÃO; FELISBINO, 2016, p. 17).

Segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de 2007, o município de Paranaguá pertence à planície costeira paranaense, ligada à Microrregião Litorânea do Paraná, que está compreendida entre os paralelos 25°S e 26°S, tendo a Serra do Mar como limite a oeste, e o Oceano Atlântico a leste. Paranaguá tem latitude 25° 18' 00" Sul e longitude 48° 21' 00" W-GR, estando a 91 quilômetros de distância de Curitiba. Seu território estende-se por 826,65 km²: 665,83 km² de área continental e ilhas, e 160,82 km² que correspondem à água. A maior parte

do território é constituída por planície aluvial de origem marinha, com intrusões de terrenos cristalinos mais antigos.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ



FONTE: PDDI (2007).

O município de Paranaguá foi fundado em 29 de julho de 1648, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), a população é estimada em 152.975 habitantes e sua densidade demográfica é de 169,92 hab./km².

FIGURA 2 - LIMITES DE PARANAGUÁ COM OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ



FONTE: IPARDES (2019).

No que se refere a equipamentos culturais, Paranaguá conta com 1 anfiteatro, 5 auditórios, 9 bibliotecas, 5 casas da cultura, 1 cineteatro, 3 cinemas, 2 museus, 1 sala de exposição, 1 teatro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,750 (IPARDES, 2019).

Como problema de pesquisa deste estudo buscou-se verificar qual o tratamento dado aos elementos culturais no planejamento turístico de Paranaguá nas diferentes administrações municipais, no período entre 1950 e 2016.

Ao analisar o problema, definiram-se as seguintes hipóteses:

- O turismo cultural é o segmento mais representativo do turismo em Paranaguá.
- A existência de um patrimônio histórico conservado constitui as bases para a segmentação do turismo cultural em Paranaguá.
- As diferentes administrações públicas nem sempre consideraram no planejamento da atividade turística uma abordagem cultural decorrente dos recursos existentes.

Como objetivo geral estabeleceu-se verificar de que forma o patrimônio histórico, material e imaterial, componentes da abordagem cultural, foi tratado no planejamento turístico de Paranaguá nas diferentes administrações municipais, no período entre 1950 e 2016.

Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os atrativos turísticos de Paranaguá, compondo um quadro evolutivo e histórico.
- Localizar planos, programas e projetos que tiveram relevância no planejamento turístico de Paranaguá.
- Analisar as abordagens culturais que historicamente fizeram parte do planejamento do turismo em Paranaguá.

A presente dissertação está estruturada em 6 capítulos. O capítulo 1 apresenta uma visão do turismo, relacionando a abordagem cultural e o planejamento turístico, e apresenta os objetivos do estudo.

O capítulo 2 aborda o marco teórico sobre o planejamento do destino com abordagens culturais e o turismo cultural.

No capítulo 3 apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo de caso, a pesquisa qualitativa e descritiva, utilizando técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas.

O capítulo 4 apresenta um panorama histórico do turismo e da cultura em Paranaguá, visando compreender, através de seus segmentos, atrativos, gestões públicas, planos e ações, como o turismo foi se desenvolvendo, levantando informações que fornecem entendimentos sobre planejamento e aspectos históricos e culturais, dentre outras informações pertinentes ao contexto do estudo.

O capítulo 5 apresenta os resultados da pesquisa, relacionados aos planos e programas e as análises das entrevistas realizadas.

Por último, o capítulo 6 consiste nas considerações e apontamentos finais do estudo.

2 TURISMO: PLANEJAMENTO E ABORDAGEM CULTURAL

Neste capítulo apresentam-se as teorias explicativas que contribuem para o objetivo do estudo, relacionadas com o planejamento e o turismo cultural.

2.1 O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE PLANEJAMENTO E TURISMO

O planejamento turístico traz em sua essência uma visão integrada e responsável do local. Nesse contexto, Barretto (2010) identifica que planejar o turismo significa atender de forma harmônica as necessidades dos sujeitos sociais provenientes de outro lugar em uma determinada sociedade receptora; assim como proporcionar o bem-estar dos sujeitos dessa sociedade que agrada as pessoas que estão buscando recreação e momentos de prazer, e que não querem se deparar com problemas do cotidiano.

De acordo com Mazaro e Trigo (2012), o turismo é um fenômeno com muitos fatores econômicos positivos, pois cria empregos, gera impostos e desenvolvimento, mas, se for mal planejado e implantado, pode ser fator de poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. A responsabilidade por todas essas questões não é algo exclusivo dos governos tanto nas esferas, federal, estaduais e municipais, mas da sociedade civil organizada como um todo.

Petrocchi (2002) afirma que na elaboração de um estudo de planejamento estratégico, além da necessidade de conhecer o mercado no passado e no presente, surge a necessidade de prever o mercado no futuro; o passado e o presente mostram as características e o comportamento do mercado na função tempo.

Seguindo essa linha de entendimento sobre o contexto de planejamento, Petrocchi (2002) enumera algumas etapas que devem ser observadas, como pode ser verificado no quadro a seguir:

QUADRO 2 - ETAPAS DO PLANEJAMENTO

| Item | Etapa | Ações |
|------|--|---|
| 1 | Análise macroambiental | Conhecer o entorno da organização, o mercado e a situação interna. |
| 2 | Elaboração de diagnóstico | Sumário que reflete os levantamentos da análise macroambiental. |
| 3 | Definir os objetivos | O que se quer atingir. |
| 4 | Determinar as prioridades | O que é mais importante. Em que ordem. |
| 5 | Identificar os obstáculos, as dificuldades | Listar quais são: -Sua intensidade. -Influência sobre os resultados;. |
| 6 | Criar os meios, os mecanismos | Visam minimizar obstáculos. Analisar e escolher alternativas. |
| 7 | Dimensionar os recursos necessários | Quantificar os recursos. Em que ordem de necessidade. |
| 8 | Estabelecer responsabilidades | Especificar volumes, padrões, fluxos, áreas críticas etc. |
| 9 | Projetar cronograma | Definir prazos e execução, volumes de produção, custos, parâmetros etc. |
| 10 | Estabelecer pontos de controle | Escolher áreas-chave. Estabelecer critérios. |

FONTE: PETROCCHI (2002).

A atividade turística não pode ser vista como suntuosa ou caprichosa, pois é uma necessidade que, além de sua influência sociocultural, é capaz de produzir grandes mudanças. É importante que planejadores e empreendedores realizem projetos enquadrados em parâmetros de sustentabilidade, endogeneidade e participação, que facilitem o direcionamento de ações precisas, além de evitar erros do passado (MOLINA, 2019).

Gastal e Silveira (2010) comentam que o turismo, quando planejado de forma responsável e estratégica e com a participação de moradores, proporciona benefícios e desenvolvimento para uma determinada região, é uma atividade geradora de divisas e movimenta setores da economia, criando oportunidades de emprego e a melhora da qualidade de vida da população local, proporcionando o intercâmbio cultural e estimulando a preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e natural, além das manifestações da cultura imaterial.

Tratando da importância das relações decorrentes nesse processo, BARRETTO (2004, p. 147) relata:

Turistas e população local têm diversos graus de empatia, dentro de um leque que vai da simpatia à hostilidade, passando pela cordialidade profissionalmente trabalhada. A tendência parece ser que os relacionamentos entre visitantes e visitados sejam cada vez mais

profissionais, à medida que os serviços turísticos e os próprios turistas se profissionalizam.

No mesmo viés teórico, Brusadin (2005) destaca a importância do planejamento turístico como gestão participativa e descentralizada para a construção de espaços dignos de vida humana, onde o turismo como um todo deve ser sensível às necessidades locais, e precisa, a longo prazo, ser aceito pela comunidade se quiser manter sustentabilidade econômica por um longo período de tempo.

Beni (2006) menciona que as políticas e objetivos estabelecem as direções para o planejamento e gestão do turismo, que se alicerçam em necessidades identificadas dentro das restrições de mercado e de recursos. Além dessas políticas tem-se orientações específicas para a gestão permanente do turismo, abrangendo inúmeros aspectos operacionais da atividade.

Para que um planejamento funcione em sua essência, há necessidade de plena execução e entendimento de suas etapas, processos, metas e objetivos estipulados. Souza Junior (2017, p. 41) alega que “O planejamento é um processo ordenado e sistematizado de produção de bens, produtos e serviços, que vem a contribuir para transformações da realidade existente, de acordo com os objetivos de desenvolvimento desejados pelos atores envolvidos”.

Gândara e Ruiz (2013) afirmam que o planejamento urbano baseia-se em um ponto de vista contemporâneo em que os processos de produção, estruturação e apropriação do espaço urbano se relacionam, e refletem sobre o poder de atuação do órgão planejador em todo esse processo.

No planejamento existem muitas abordagens e formas de melhor delinear os objetivos necessários para cada contexto e realidade. Então,

É possível afirmar que o planejamento é um método científico de investigação para o conhecimento, mudança e avaliação da realidade sociocultural. Num contexto científico, para chegar a reconhecer, mudar e avaliar a realidade, é necessário organizar e conduzir previamente um processo de observação, registro e dedução de fenômenos e fatos que sirvam para identificar e estabelecer hipóteses que, por sua vez, sejam comprovadas ou rechaçadas pela observação e experimentação. Se estas hipóteses resistem à comprovação, servirão de base para a elaboração de leis, das quais surgirão, numa ordem dedutiva, teorias e modelos. (MOLINA, 2001, p. 71).

Sancho (2001) acredita que a Organização Mundial do Turismo (OMT) funciona como um fórum global para questões de políticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo. No entanto, declara que é notória a necessidade de efetuar o devido planejamento em um determinado espaço, município ou região turística para que assim possa chegar a ter um valor importante turisticamente, e, por consequência, ser relevante dentro da economia local da região em que se insere.

Molina (2001) alega que o planejamento é resultado de um processo lógico de pensamento, no qual é percebido e promove a mudança em muitos fatores. O autor atribui importância também à análise de uma série de variáveis que condicionam o modo de vida do grupo humano:

- culturais: referentes aos valores, usos e costumes do grupo social;
- sociais: indicadores tradicionais dos níveis de vida, educação, saúde e habitação, etc.;
- psicológicas: referem-se ao comportamento dos integrantes do grupo no plano individual, isto é, necessidades, expectativas, atitudes frente a mudanças.
- político-legais: tratam de aspectos que dirigem a ocupação do grupo mediante leis e regulamentos que estabelecem as formas adequadas e canais viáveis para promover a mudança pela via de negociação;
- ecológicas: indicadores físico-ambientais que determinam a qualidade de vida da população;
- econômicas: geralmente as mais atendidas, pois se relacionam à rentabilidade das empresas públicas e privadas, dependem quase completamente das variações da economia.

Ribeiro (2011) informa que um dos maiores desafios para os gestores de turismo é atrelar os conceitos e teorias às novas técnicas e ferramentas do planejamento e gestão para que o turismo desenvolva-se de modo satisfatório, considerando os aspectos sociais e econômicos em um modelo de reorganização territorial abrangente, considerando seus particulares.

Portanto, é lícito observar como o planejamento turístico precisa estar em equilíbrio com outros aspectos para o seu desenvolvimento. Com esse entendimento, considera-se que

Na área do planejamento turístico, o foco tem sido tradicionalmente, os códigos de zoneamento para a utilização do solo, o desenvolvimento de localidades, a regulamentação de acomodações e construções, a densidade do desenvolvimento turístico, a apresentação de características turísticas culturais, históricas e naturais e a provisão de infraestrutura, incluindo estradas e sistemas de saneamento básico. (HALL, 2001, p. 23).

Domareski (2011) destaca que um dos pontos relevantes do planejamento turístico é o esforço de coordenar ações de diferentes níveis tanto da administração federal, quanto estadual e municipal, para que não ocorra a dispersão de esforços e recursos, pois o turismo exige dos gestores públicos ações que tenham como foco não só objetivos econômicos que desejam alcançar, mas também a observação de outros aspectos, como a preservação da identidade cultural e a sustentabilidade ambiental.

Ruschmann (2002) defende que nos estudos sobre planejamento turístico busca-se um equilíbrio entre os aspectos físicos e as considerações econômicas, tendo como enfoque os seguintes itens:

- enfoque urbanístico: relacionado a uma análise e avaliação detalhada dos recursos turísticos, resultando na criação de um Plano Diretor;
- enfoque da política econômica: metodologias e técnicas utilizadas experimentalmente em outros campos da atividade econômica adaptadas para o turismo.

Ignarra (2013) afirma que o planejamento participativo busca envolver o processo de elaboração do diagnóstico, principalmente na formulação das estratégias em seu desenvolvimento, concentrando-se um número possível de atores, não só autoridades locais responsáveis pelas políticas de turismo como também demais autoridades ligadas tanto ao meio ambiente, cultura, infraestrutura básica, ensino e capacitação, saúde e segurança pública, empresariado e a classe trabalhadora do setor, e os representantes locais e da sociedade organizada.

Nesse sentido, os gestores municipais das áreas voltadas ao turismo precisam se esmerar no planejamento turístico, desenvolvendo ações não somente visando interesses econômicos mas também benefícios que envolvem fatores culturais, ambientais e sociais.

2.1.1 Planejamento e políticas públicas

Ceretta, Fritzen e Rudzewicz (2015) alegam que o Plano Nacional de Turismo (PNT), atualizado nas versões 2007-2010 e 2013-2016, consolidaram a Política Nacional de Turismo, definindo as diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Elaborado a partir da integração entre o governo federal, a iniciativa privada e o terceiro setor, no que se refere aos destinos turísticos o PNT direciona as ações e projetos locais e define as estratégias para o turismo nacional, em virtude da dimensão e diversidade do território brasileiro, e o incentivo governamental voltado à estruturação da oferta, considerando a importância da dimensão regional como base essencial ao planejamento, ordenamento e a própria promoção do desenvolvimento territorial de forma integrada.

As primeiras iniciativas de planejamento do turismo no Brasil surgiram ainda nos anos 1960.

No Brasil, as primeiras iniciativas de fomento ao turismo nacional mostraram-se pontuais e desarticuladas, datando da década de 1930. Apenas recentemente, especificamente a partir da década de 1960, sobretudo em 1990, com a criação de algumas iniciativas, é que se pode falar no caso brasileiro, de um planejamento mais consistente e contido com relação a atividade turística, principalmente porque faltava ao setor um vínculo institucional estável em um órgão da administração pública e uma política articulada. (LIMA, 2017, p. 16).

Lima (2017) destaca que durante o Regime Militar, na década de 1960, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Conselho Nacional de Turismo e a Política Nacional do setor, que, aliás, não chegou a ser implementada; é sabido que até a década de 1980 as únicas ações realizadas no país envolviam investimentos relacionados ao parque hoteleiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) instituiu-se uma Política Nacional de Turismo (1996-1999), considerando a relevância que o turismo assumiu no mundo como uma atividade econômica (LIMA, 2017). Nesse período Implementou-se o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)⁵, que tinha

⁵ O Ipardes (2008) cita que a evolução da visão sistêmica do turismo no Brasil vem ao encontro da evolução e apropriação do conceito de turismo nas políticas públicas, pois as primeiras políticas voltadas ao turismo tinham como foco o turismo receptivo, posteriormente o produto turístico veio a ser

sido desenvolvido pela Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo no Governo de Itamar Franco (1992-1994).

Fazendo uma análise geral do tempo de duração do PNMT, Brusadin (2005) destaca como relevantes o ponto de vista dos gestores do programa, pois o sucesso é medido em termos quantitativos, e o número de municípios brasileiros que aderiram ao programa, pelas oficinas que foram realizadas. Já em uma abordagem qualitativa, entretanto, o autor defende que seria preciso considerar questões como a criação de Conselhos Municipais de Turismo e a realização de Planos Diretores, que se tornaram inviáveis devido à falta de participação efetiva da sociedade na formulação do Conselho e ao fato de muitos municípios que aderiram necessitarem de auxílio técnico na terceira fase do programa.

Com o desdobramento do PNMT, em 2004 foi criado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)⁶, e a partir de tal criação desenvolveram-se muitas ações dentre elas a formatação do projeto “65 destinos indutores do turismo nacional”. O programa passou por uma avaliação em 2010, em que foram constatadas várias debilidades e problemas na implementação, principalmente relacionados à gestão pública. Dentre eles, a descontinuidade administrativa nos âmbitos nacional, estadual e municipal; para rever tal situação foram feitos ajustes na concepção estratégica com o objetivo de apoiar a estruturação e promoção do turismo no país (LIMA, 2017).

Foi nesse contexto de planejamento de políticas públicas que Paranaguá foi escolhido como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil.

priorizado no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Os roteiros e os produtos consolidados que representam o esforço de integração das atividades da cadeia do turismo em determinados territórios foram privilegiados pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) presente no Plano Nacional do Turismo de 2008-2011. Nessa perspectiva, os municípios brasileiros foram integrados em 200 regiões turísticas, em que 65 destinos tiveram atenção prioritária pelo Ministério do Turismo.

⁶ A transição do PNMT para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu uma nova configuração na política nacional do turismo e possibilitou uma maior integração entre as esferas municipal e regional, ou seja, abriu espaço para cada município interagir, complementar e compartilhar propostas com outros municípios que compõem uma região turística. A partir daí, os municípios deixam de atuar isoladamente (Ministério do Turismo – Ação Municipal para Regionalização do Turismo, 2007, p. 22). Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: dezembro 2018.

O PRT foi reformulado em 2013, quando foram definidos seus oito eixos de atuação⁷, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios, destacando-se:

- gestão descentralizada do turismo;
- planejamento e posicionamento de mercado;
- qualificação profissional dos serviços e da produção associada;
- empreendedorismo, captação e promoção de investimentos;
- infraestrutura turística;
- informação ao turista;
- promoção e apoio à comercialização;
- monitoramento.

Guerrier, Robertson e Tyler (2001) afirmam que a evolução do planejamento turístico está diretamente ligada ao desenvolvimento e à análise política, pois grande parte das decisões que moldam tal natureza do desenvolvimento turístico de determinada cidade não é tomada apenas por planejadores, mas por políticos e outras partes interessadas no assunto. Os políticos e demais influenciadores são os responsáveis pela formatação dos objetivos que norteiam os planos e a natureza da participação pública, fornecendo assim os valores políticos e sociais dessa sociedade; estes valores podem ser capazes de levar à aceitação ou não dos processos finais.

Porém, as políticas públicas e tais realidades precisam ser coerentes e estar em concordância, pois seu desenvolvimento não acontece de forma isolada e sim quando existe uma integração entre muitas esferas, na compreensão e análise de fatores que vão desde questões sociais, ambientais, econômicas e principalmente culturais. Nessas inter-relações é importante considerar que

Uma política de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. Toda política é imbuída de intencionalidade e ideologia. Uma política setorial revela uma

⁷ MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>. Acesso em: dezembro 2018.

forma de o poder público ver, pensar e se posicionar no mundo. (BRUSADIN, 2005, p. 94).

Visando aprofundar o entendimento de tal contexto, buscou-se a percepção de outros autores, das quais destacam-se, por exemplo:

As políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do turismo deverão conceber dentro do plano nacional, políticas, planos, programas, projetos que orientem os municípios a trabalharem de forma integrada com as demais políticas públicas, como por exemplo, da área da educação e da cultura. Desta forma, o planejamento dos municípios enquanto destinações turísticas deverá estar embasado em técnicas capazes de modificar uma realidade, o que implica na aceitação de que um fenômeno socioeconômico, assim como um conjunto de ações, pode não transcorrer de acordo com o esperado, portanto é necessária, através do planejamento, a precisa orientação. (SOUZA, 2011, p. 29).

Ceretta, Fritzen e Rudzewicz (2015) entendem que a gestão pública do turismo tem como papel essencial estar ciente de suas limitações, e precisa orientar e fiscalizar suas atividades voltadas ao turismo, para que o benefício não seja apenas de turistas e da iniciativa privada, mas de todos os moradores.

O planejamento, portanto, deve ocorrer através de políticas públicas articuladas com estratégias definidas e afinadas com a vontade de elevar a qualidade de vida, a valorização da memória e o fortalecimento da cidadania pelo respeito à identidade daqueles que residem no espaço, que além de ser o espaço de vivência, de trabalho e de lazer da população local, também é o espaço do turismo. (SOUZA, 2011, p. 27).

Entende-se que muitas vezes as políticas públicas tornam-se um verdadeiro obstáculo para o planejamento e a concretização de ações, visto que sua real intenção deveria impulsionar para o progresso e desenvolvimento.

2.1.2 Planejamento de destinos turísticos

No contexto que envolve o planejamento voltado aos destinos turísticos, Valls (2006) define como um destino turístico qualquer unidade territorial que tenha vocação para o planejamento, dispondo de capacidade administrativa para seu desenvolvimento. Os destinos podem englobar uma ou várias nações, estados, sub-regiões, uma ou várias comarcas, uma ou várias províncias, um lugar, um grupo de municípios, um município, um lugar, uma comunidade, priorizando-se que cada uma dessas unidades de gestão turística se configure de acordo com suas características

históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas, como também qualquer outro motivo que possa vir a relacioná-la com a atividade turística.

Domareski (2011) destaca que o planejamento em toda sua extensão está ligado à identificação de fatores competitivos de mercado e ao seu potencial interno, objetivando metas e planos de ação, resultando em vantagem competitiva para um destino turístico. Assim, o processo administrativo proporciona uma sustentação metodológica direcionando a melhor forma de aplicação, sendo uma importante ferramenta a ser utilizada na gestão de destinos turísticos.

Entende-se, portanto, que no planejamento de um destino turístico todas as etapas precisam estar alinhadas, tanto no acompanhamento de inovações quanto na sua relação com a dinâmica que envolve a realidade local. Sabe-se que os efeitos da oferta e demanda turística fazem toda a diferença:

No processo de planejamento de um destino turístico assim como na formatação de um novo produto, busca-se aliar a oferta de atrativos disponíveis com a demanda turística (que quantifica o número de turistas e seus gastos) ela é um dos principais fatores relacionados ao desenvolvimento do turismo. (SOUZA JUNIOR, 2017, p. 38).

Gândara (2004) destaca que na competitividade dos destinos turísticos os turistas têm cada vez mais poder de decisão. Através de um acesso mais rápido e fácil, as mudanças cada vez mais variáveis e menos fiéis aos destinos tradicionais, buscam novas alternativas de destino, produtos mais integrados e até mesmo a combinação de vários destinos.

Valls (2006) refere-se a quatro funções atreladas a um destino turístico:

- qualidade de vida de seus cidadãos: relaciona-se ao uso do espaço, relacionado tanto a vivência, desenvolvimento cultural e formação, atividades de lazer, diversão, esportes, lazer e o turismo;
- competitividade internacional: sobre atrair capitais, tecnologias e redes, atrair turistas e visitantes;
- desenvolvimento econômico superior: voltado ao equilíbrio entre rentabilidade econômica, social (para os próprios moradores) e ambiental (valorização do território e do patrimônio);
- satisfação: desenvolver experiências voltadas à satisfação dos consumidores internos e externos, relacionada a produtos de natureza,

patrimônio, cultura, esporte, aventura, descanso, cuidados corporais, relação com as pessoas, etc., convenientemente estruturados.

A qualidade de vida da população local no planejamento de destinos turísticos é um dos pilares cruciais, pois é o reflexo que terá com o próprio turismo, podendo tanto ser positivo como negativo, conforme a percepção do próprio planejamento para tal. Gândara (2004) admite que cada vez mais a população local adquire importância na qualidade esperada de um destino turístico e impacta de forma significativa a imagem do local e a própria hospitalidade ao turista, sendo estas características mais positivas, ao mesmo tempo em que se busca um diferencial ao relacionar a qualidade de um destino turístico.

Dialogando com outros autores sobre a importância do papel da população local, enfatiza que

A população local é um componente fundamental na qualidade de um destino turístico, e para tal, é necessária a conscientização da mesma com respeito sobre a importância da atividade turística e da necessidade de manter sua cultura e tradições. (GÂNDARA, 2003, p. 74).

Ignarra (2013) destaca que o planejamento turístico refere-se diretamente ao desenvolvimento de destinos turísticos, pois implica impactos nos atrativos locais e nos serviços turísticos, na infraestrutura da região e na vida dos moradores. Portanto, sua eficácia é diretamente proporcional ao grau de envolvimento dos atores da vida local.

Em relação aos desafios existentes para os destinos turísticos,

Tendo em vista o contexto competitivo atual e futuro para os destinos turísticos, seja ele um país, uma região ou uma localidade, os determinantes e condicionantes de sucesso e os atributos de especialidade para orientar a decisão estratégica parecem já identificados e definidos. O desafio aos destinos e o seu futuro está na adequada identificação e estudo destes atributos e de como cada um deles se apropria deste conhecimento e o transforma em inteligência competitiva. (MOZARO; TRIGO, 2012, p. 505).

Observa-se que o planejamento turístico é um norteador que pode trazer desenvolvimento, mas que de fato precisa estar em sintonia com o real potencial e ao mesmo tempo o equilíbrio entre as esferas municipais, estaduais e federal, com a inserção de políticas públicas responsáveis e coerentes com a realidade, frente às novas tendências de mercado, principalmente por se tratar de um planejamento

voltado a um destino turístico, cujo viés assume maior responsabilidade quanto ao próprio planejamento.

Para compreender mais detalhadamente o tema planejamento turístico, na sequência será destacada a abordagem cultural.

2.2 ABORDAGEM CULTURAL

Para Molina (2019), a cultura é entendida como um processo de significados, como um ato de comunicação, tanto objetivo como subjetivo, com processos mentais que criam o significado. Tal conotação pode variar de acordo com a cultura, idade, grupo social e experiências do indivíduo, pois tal significado tende a ser instável e indeterminado porque responde a fatores antropológicos que se referem ao conhecimento que o homem tem do mundo, suas experiências, crenças, valores e atitudes.

Geertz (1989) estabelece que a cultura é melhor vista como um conjunto de mecanismos de controle, com planos, receitas, regras e instruções e não como padrões completos de comportamento.

Já Eagleton (2000) afirma que não vivemos apenas da cultura, mas também para a cultura, pois são agregados sentimentos, convivências, memórias, relação familiar, lugar, plenitude emocional, prazer intelectual e a sensação que tudo tem um sentido.

Em vez de a cultura funcionar simplesmente para suplementar, desenvolver e ampliar capacidades organicamente baseadas, lógica e geneticamente anteriores a ela, ela parece ser o ingrediente dessas capacidades. Um ser humano sem cultura seria, provavelmente, não um macaco intrinsecamente talentoso, embora incompleto, mas apenas uma monstruosidade totalmente sem mente e em consequência, sem possibilidade de ser trabalhadas. Como um repolho com quem tanto se parece, o cérebro do Homo Sapiens, surgindo do arcabouço da cultura humana, não seria viável fora dela. (GEERTZ, 1989, p. 50).

Laraia (2001, p. 68) afirma que “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

Cuche (1996) defende que essencialmente o homem é um ser de cultura, pois o longo processo de hominização começado a mais ou menos 15 milhões de anos constitui fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural.

Laraia (2010) admite que o tempo constitui um elemento de suma importância na análise de uma cultura, pois os comportamentos e os padrões vão mudando. O autor afirma que tais mudanças não ocorrem com tranquilidade, vindo muitas vezes com numerosos conflitos, pois em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e inovadoras.

Brambatti (2005) considera que com o surgimento da antropologia no final do século XIX o conceito de cultura foi adquirindo novas concepções, como a descritiva e a simbólica. A primeira evidencia-se como um conjunto de valores, crenças, costumes, ideais, convenções, artefatos, objetos e instrumentos materiais, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de período histórico, formando um todo complexo. Já a concepção simbólica é entendida como um conjunto de fenômenos que dependem de uma habilidade mental, peculiar às espécies humanas, de atribuir significado às coisas, incluindo ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham experiências, concepções e crenças.

Ao considerar questões relacionadas à abordagem cultural, tem-se uma relação direta com a identidade de um povo. Castells (1999) assegura que, do ponto de vista sociológico, todas as identidades passam por um processo de construção, tendo como principal questão relacionada a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece de fato. Esses processos são realizados pelos indivíduos e grupos sociais, que acabam por determinar e reorganizar significados em função de tendências, transformações e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço, seguindo essa linha de raciocínio:

Portanto, entende-se cultura como tudo aquilo que o homem é capaz de produzir no espaço onde habita, admitindo-se a expansão da cultura como a expansão do próprio homem e a compreensão que este homem tem sobre si e sobre os outros. A cultura também está relacionada a um sentimento de pertencimento, o qual está associado à construção da identidade. (SOUZA, 2011, p. 70).

Ribeiro (2012) certifica que a identidade, seja ela pessoal, social ou cultural, está ligada diretamente às relações com outros grupos sociais e sociedades, as quais

foram construídas de uma forma gradual, constituídas pela sociedade. Entende-se a identidade como uma relação e uma construção em que o sujeito habita um território e compartilha da cultura em comum, envolvido em tensões, disputas, contradições e valores comuns que são compartilhados. O entendimento de tal complexidade exige definições e delimitações nem sempre facilmente compreensíveis.

A identidade é tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente em razão de seu caráter multidimensional e dinâmico. É isso que lhe confere sua complexidade mas também o que lhe dá sua flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até manipulações. (CUCHE, 1996, p. 196).

Hall (2006) afirma que identidade é algo formado ao longo do tempo e que ocorre através de processos inconscientes, não como algo inato que existe na consciência no momento do nascimento; sempre existe algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Portanto, a identidade permanece sempre incompleta, estando sempre em processo, em formação.

Brambatti (2005) destaca que tudo que compõe a construção de identidades de forma individual ou coletiva é processado pelos próprios indivíduos, grupos sociais e sociedades, que vão reorganizando seus significados em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, e também em sua visão de tempo e espaço. Os sujeitos, através de seus elementos e valores, constroem a identidade coletiva, que é em grande medida determinante do conteúdo simbólico de tal identidade.

Moreira (2010) explica que a cultura vem a ser o universo da escolha, da opção, circulação de valores decorrentes da ação social por meio de mecanismos de identificação, garantindo dessa forma o direito à diferença entre as pessoas. Assim, é a cultura que torna singulares os sujeitos; o patrimônio como expressão cultural, constitui os costumes, a política, os interesses econômicos e sociais de um povo e as próprias características de um lugar.

Deste modo, cabe ressaltar que na abordagem cultural, a identidade assume valores essenciais. Sem considerar a vivência e sem valorizar formas de vida e os contextos que a cercam, tem-se muitas limitações que acabam refletindo no bem-estar e na própria relação dos moradores com o patrimônio histórico cultural existente e vivenciado.

As identidades e diversidades culturais, transformadas em produtos de consumo, têm contribuído significativamente com o desenvolvimento do turismo como atividade social e econômica. Por meio dos patrimônios culturais, em suas mais diversas formas e manifestações, o turismo tem conquistado visibilidade e valorização no mercado cada vez mais competitivo e globalizado. (TOMAZZONI, 2008, p. 2).

Tem-se, para o entendimento do turismo cultural, três aspectos básicos: o primeiro relaciona-se aos tipos de elementos que podem ser trabalhados como atrativos de uma localidade tendo uma conotação cultural; o segundo tem relação com as atividades vinculadas ao aproveitamento deles para o próprio desenvolvimento das atividades turísticas; e o terceiro relaciona-se às motivações de viagem (BAHL, 2009).

Tavalera (2003) afirma que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo cultural é entendido como um movimento de pessoas essencialmente por uma motivação cultural, tal como viagem de estudos, representações artísticas, festivais, ou outros eventos culturais, visitas a lugares e monumentos, folclore, arte e peregrinação.

Durand e Köhler (2007) destacam que o segmento “turismo cultural” a partir dos anos 1980 vem recebendo crescente atenção por parte da literatura analítica, que tenta precisar conceitos, construir referencial teórico, juntar dados e testar hipóteses, tanto por parte do trade turístico, na busca por novas atrações aptas para o consumo turístico, como também por países, regiões e cidades ao redor do mundo, interessados no crescimento do mercado turístico mundial.

Sobre a definição do turismo cultural quanto à demanda, Durand e Köhler (2007) destacam o foco das motivações de viagem e as percepções das experiências pessoais, partindo das circunstâncias de cada turista. Já sob o ponto de vista da oferta, os autores consideram o desfrute turístico de equipamentos e atrações previamente classificados como culturais, como sítios e centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais, museus, entre outros espaços, objetos e eventos, e tem-se um conceito baseado na oferta das atrações culturais previamente classificadas como tal e aptas ao consumo do fluxo turístico.

Costa (2009) complementa que o turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, de vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, proporciona

aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimento sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico.

Queirós (2014) explica que o turismo cultural é uma atividade produtiva orgânica do turismo constituída por uma gama de produtos turísticos que incorporam, em nível da concepção, organização, promoção e consumo, conteúdos e matérias dos domínios da cultura e da cultura científica, em particular da museologia e das ciências relacionadas ao patrimônio, ajustados assim na dinâmica e aos objetivos da economia do turismo.

Buscando entender tal dinâmica do turismo, atrelada ao comportamento do turista e aos reflexos que possam existir, Urry (2001) reconhece que tal decisão resulta de inúmeras condições externas, como avanços tecnológicos, desenvolvimento de capital, cadeias de hotéis, agências de viagens e organizações pessoais. Cada vez mais as pessoas desejam isolar-se de padrões existentes relativos ao turismo de massa, na busca pelo fascínio cada vez maior do mundo desenvolvido com as práticas culturais de sociedades menos desenvolvidas. O autor relaciona questões voltadas ao comportamento do turista com as experiências em suas viagens, na busca por diferenciais, sendo que as práticas culturais ganham vez, trazendo satisfação aos olhos do turista, demonstrando a força que as interações culturais trazem para o turismo e suas interações.

Tavalera (2003), em uma visão crítica, reconhece que essas interações proporcionadas pelo turismo levam a aceitar que ele está pervertendo as populações em que se desenvolve, e que se vive uma comercialização da cultura, do patrimônio cultural em um sentido amplo. Seus efeitos são nitidamente causados na sociedade de acolhimento, na qual resulta uma esfera artificial, como uma caricatura de seus grupos e seus recursos tradicionais, um estilo de vida muito parecido com o de seus visitantes, um grupo sumido na globalização e homogeneização.

O autor destaca que não se pode continuar a entender a cultura como algo fechado, como algo puro, pois o turismo usa e consome características culturais, ajudando dessa forma a reconstruir, produzir e a manter a cultura. Cada particularidade deve ser respeitada e valorizada, não priorizando apenas a questão da rentabilidade para o desenvolvimento local, mas buscando alcançar o equilíbrio necessário e ações relacionadas a possíveis impactos. Também a preservação da identidade deve ser priorizada nesse contexto, visto que as transformações do

processo globalizado em que se vive e as mudanças de perfis de turistas podem trazer os mais variados tipos de impactos.

Percebe-se, portanto, que a cultura torna o turismo mais atrativo pela riqueza de particularidades que pode proporcionar aos turistas. O turismo, quando aliado de uma forma sustentável, contribui para o desenvolvimento de uma determinada localidade. Para Urry, “O modo mais surpreendente mediante o qual o desenvolvimento do turismo está transformando o ambiente urbano se encontra naqueles lugares onde o turismo cultural, recentemente implantado, se firmou” (2001, p. 207).

Quando o turismo cultural se desenvolve em equilíbrio com outros fatores, ele contribui de forma significativa para o desenvolvimento do turismo em geral: “O melhor exemplo desse fato, na Grã-Bretanha, é a transformação de Glasgow e sua afirmação como um centro de turismo cultural. Ela foi designada como a Capital Europeia da Cultura em 1990” (URRY, 2001, p. 207).

Essa transformação de Glasgow como um objeto do olhar é o resultado da reestruturação econômica, da mudança social, da intervenção política e de uma reavaliação cultural. Parte dessa transformação fez com que o turismo passasse a ter um significado social e econômico fundamental nas sociedades ocidentais, à medida que se aproxima o século XXI. Se Glasgow pôde ser refeita como atração turística, torna-se possível imaginar se existem, de fato, muitos limites para o olhar do turista ou do pós-turista. Se esses limites existirem de fato, quais serão seus efeitos sobre sociedades cujas edificações, conceitos da história, símbolos culturais, padrões sociais e processos políticos poderão ser em parte refeitos com o objeto do olhar? (URRY, 2001, p. 207).

O autor sustenta a importância do “olhar” visando a mudança e o próprio comportamento do turista na ótica do consumo e suas reflexões, destacando ainda as percepções do turista e os impactos advindos de toda essa relação entre ambos.

No desenvolvimento atrelado ao turismo cultural em nível mundial, a criação da Carta Internacional sobre Turismo Cultural no ano de 1999, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), trouxe aspectos relevantes sobre o tema nos principais objetivos da carta. Rodrigues (2017) destaca que o patrimônio e a memória coletiva de cada local são insubstituíveis e representam uma base essencial para que se tenha o desenvolvimento, respeitando o passado e o futuro. Em épocas de globalização crescente, aspectos como proteção, conservação, interpretação e divulgação do patrimônio e da diversidade cultural de cada lugar ou região constituem um importante desafio para todos os povos e nações.

De acordo com o princípio nº 1 da Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) “(...) o turismo nacional e internacional é um dos principais veículos do intercâmbio cultural. A proteção do património cultural deve oferecer oportunidades responsáveis e bem geridas aos membros das comunidades de acolhimento e aos visitantes, para fruição e compreensão do património e da cultura das diversas comunidades. E no nº 1.1 (...) o património cultural é um recurso simultaneamente material e espiritual. É testemunho do desenvolvimento histórico. Desempenha um papel importante na vida contemporânea e deve ser acessível, física, intelectual e emocionalmente, ao grande público. (RODRIGUES, 2017, p. 145).

Tem-se no turismo cultural um leque de opções que remetem de imediato a uma abordagem cultural, então toda cautela é necessária visto a fragilidade que a cultura passa a ter, principalmente pelos efeitos do turismo que nela interferem. Por isso, é necessário um planejamento turístico coerente e eficaz, prevendo impactos negativos e positivos que podem vir a ocorrer.

Bahl (2004) destaca algumas ações que visam o uso de elementos culturais pelo turismo:

- Identificação de potencialidades, analisando-se e classificando a quantidade e qualidade dos atrativos;
- estabelecimento de políticas e de incentivos à preservação;
- realização de atividades que possibilitem o resgate da memória do local;
- delimitação de áreas ou locais que contenham edificações ou elementos culturais e históricos mais expressivos;
- discriminação da destinação de uso e de reaproveitamento das edificações;
- eleição e seleção de edificações a serem tombadas;
- incentivo ou determinação de mecanismos que possibilitem a recuperação de edificações;
- elaboração e proposição de itinerários para passeios e indicações de roteiros temáticos;
- promoção e organização de eventos, exposições, mostras culturais, concursos de fotografias, entre outros tipos;
- determinação e desenvolvimento de programas e projetos que promovam a revitalização de bairros, ruas, prédios;
- estímulo à realização de encenações e atividades tradicionais;
- efetivação de acervos e estruturação de museus interiores ou em parques e áreas abertas;
- organização de parques com espaços temáticos, memoriais ou outras formas de representação. (BAHL, 2004, p. 47).

Observa-se uma junção coerente e significativa entre turismo e cultura, e o planejamento voltado ao segmento do turismo cultural deve ser totalmente responsável ao considerar situações e conflitos que possam vir a existir.

Para Bahl (2004), é fundamental que sejam tomadas medidas nos planos de turismo visando evitar a perda da identidade cultural, que deve ser trabalhada com o

próprio motivo de visitação ou referencial das localidades. O autor relaciona aspectos ligados a objetivos de preservação da cultura e identidade, destacando a importância de estabelecer uma política cultural que traga benefícios de diversas ordens, baseando-se nos seguintes itens:

- estimular o resgate da cultura local, a autoestima e o orgulho dos hábitos e costumes;
- incentivar a conservação, manutenção e restauração da arquitetura típica e tradicional;
- buscar a revalidação da gastronomia, do folclore e das tradições das localidades e regiões;
- colaborar para o ressurgimento de atividades tradicionais e de origens locais;
- oportunizar a participação da comunidade nas discussões, decisões e nos resultados econômicos, dando ciência sobre riscos e benefícios;
- providenciar o surgimento de proposições de normas de uso do patrimônio urbano e cultural. (BAHL, 2004, p. 43).

Vale evidenciar que no turismo cultural existem muitas opções em seu próprio segmento, os próprios fatores culturais tornam-se atrativos, completando-se com o patrimônio histórico e cultural, bens materiais e imateriais.

Na sequência apresentam-se entendimentos sobre o patrimônio histórico e o patrimônio cultural, complementares para o planejamento do turismo cultural.

2.2.2 Patrimônio histórico e patrimônio cultural

Um primeiro olhar sobre o que de fato representa um patrimônio traz de imediato muitos significados, mas, ao direcionar esse olhar para aspectos histórico-culturais, percebem-se várias formas de pertencimento, que podem estar relacionadas a fatores sociais, identidade, cidadania e até mesmo aspectos políticos.

O reconhecimento de manifestações, práticas e expressões culturais populares como patrimônio constitui uma opção historicamente recente, formulada a partir de um contexto de críticas sobre a atuação estatal na área da cultura e do patrimônio. Como não poderia deixar de ser, essa nova concepção de patrimônio é apropriada de maneiras muito variadas pelos diferentes atores envolvidos, desdobrando-se em discursos e projetos políticos igualmente diversos. (SONCINI, 2012, p. 150).

Para Souza (2011), é necessário compreender que o patrimônio está permeado por usos simbólicos que diferentes grupos sociais fazem dele, entendendo o valor que

lhe é atribuído, pois o patrimônio de uma sociedade é único e remete tanto à cultura e identidade quanto à própria memória.

Para Borges, Oliveira e Silva (2011), ao abordar o tema patrimônio é preciso refletir sobre seus valores, que são conferidos por grupos sociais distintos ao longo do tempo. Tal patrimônio precisa ser reavaliado e articulado com aqueles que habitam os centros urbanos e utilizam seus espaços; assim, o patrimônio abrigado nas cidades só faz sentido quando de fato converge com diferentes memórias, identidades e interesses relacionados à história, em uma configuração do patrimônio que se dá no presente e deve ser norteadora da preservação aliada ao principal, que é a qualidade de vida em sociedade.

Diante de tantas percepções, é relevante um entendimento sobre como de fato foi se estabelecendo historicamente as transformações a respeito de patrimônio. Borges, Oliveira e Silva (2011) afirmam que a ideia de patrimônio tal como se entende hoje deu-se na passagem do século XVIII para o XIX, nos desdobramentos que aconteciam da Revolução Francesa, articulados ao adensamento da Revolução Industrial, em um novo projeto de organização social que alterou significativamente as antigas bases políticas das dinastias europeias, o Antigo Regime. No início do século XIX, países como França e Inglaterra, assim como aqueles nascidos das independências americanas como o próprio Brasil e os Estados Unidos da América, passaram a forjar um substrato ideológico que os legitimasse em estreita sintonia com a memória da nação, e nessa construção estabeleceu-se um “patrimônio nacional”. Ele não estava associado apenas a bens do Estado, mas à interface simbólica e material da nação com seus cidadãos.

Barretto (2007) afirma que à medida que se consolidaram os Estados Nacionais, o monumento-patrimônio passou a ser considerado um mediador entre presente e passado, um elo capaz de proporcionar a sensação de continuidade com um passado e de ser um referencial capaz de permitir a identificação de uma nação.

A autora destaca que a identidade de uma nação se define pelos bens associados ao seu passado, e aos quais se atribuem lembranças e memórias visando garantir sua continuidade; até hoje muitas das políticas de proteção do patrimônio se devem a essa questão, havendo uma grande carga ideológica no que se decide que deve ser digno de preservação.

Considerando tais aspectos como preservação, Fernandes (2010) enfatiza que, em pleno século XIX, logo após a emancipação política do Brasil, foram criadas

instituições educacionais e científicas no país cujo objetivo primordial era formar quadros de burocracia estatal, mas que tinham ao mesmo tempo como objetivo abrigar parte influente da inteligência nacional. Isso serviu para definir de fato o que era o “nacional”, tendo surgido Institutos Históricos, Museus Etnográficos, Faculdades de Medicina, Escolas Politécnicas e principalmente as Faculdades de Direito.

Para Perinotto e Santos (2011), o patrimônio histórico e o patrimônio cultural assumem definições distintas mas permanecem com uma mesma essência. O patrimônio histórico refere-se aos bens de caráter tangível (edificações, documentos e objetos, etc.); como patrimônio cultural tem-se os bens intangíveis como as manifestações populares, a forma de falar, a culinária.

As instituições e organizações internacionais levaram o termo patrimônio a uma dimensão planetária ao criar a categoria patrimônio histórico da humanidade. Esta categoria remete à possibilidade de diálogo entre diferentes culturas e supõe que, apesar das profundas divergências, possam estabelecer parâmetros e critérios comuns. Com isso, reconhecem que elementos pertencentes a sociedades e culturas particulares são importantes para a humanidade, como herança comum. O termo patrimônio estava assim, teoricamente ligado ao conceito antropológico de cultura. Ao incorporar o termo *cultural*, incluindo as dimensões testemunhais do cotidiano, a nova noção - Patrimônio Cultural - superou a redução que o fazia perder a abrangência de sentido. (KERSTEN, 1998, p. 19).

Conservar é lutar contra o tempo, busca-se subtrair algo aos efeitos da destruição, da perda e do próprio esquecimento. Em um sentido muito amplo, a conservação pode ser aplicada em primeiro lugar aos objetos materiais, mas do mesmo modo ao saber, à língua, à cultura, à própria vida, sendo possível compreender a conservação como parte essencial de uma sociedade na relação com o seu tempo (GUILLAUME, 2003).

Para Brusadin (2015), as representações do patrimônio e sua manipulação simbólica se inserem no processo identitário que se relaciona à percepção de tempos históricos de uma sociedade, e que se tornam importantes aspectos da memória e da própria identidade para a compreensão da dinâmica patrimonial. No entanto, o patrimônio histórico em seu sentido mais amplo faz parte de um processo maior que engloba a recuperação da memória, em que povos estabelecem sua identidade.

Acerca de políticas voltadas à preservação do patrimônio histórico no Brasil, Borges, Oliveira e Silva (2011) relatam que intelectuais brasileiros do início do século XX, inspirados nas iniciativas tomadas na Europa, sobretudo na França e Itália,

começaram a promover dentro das secretarias e departamentos de cultura projetos que visassem à proteção de obras de arte e outras manifestações culturais nacionais.

Na década de 1930 houve um avanço considerável no tocante ao trato do patrimônio no Brasil com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O Decreto-Lei nº 25, assinado por Getúlio Vargas em 30 de novembro de 1937, viria organizar o trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que, integrando a estrutura burocrática do Ministério da Educação e Saúde, funcionava a título experimental desde janeiro daquele ano. Esse diploma legal criava, também, a figura jurídica do tombamento como instrumento tutelar de preservação aos bens culturais. Estava, portanto, institucionalizada a política federal de proteção ao Patrimônio Histórico nacional. Com o SPHAN, estava criado um novo campo de representações simbólicas na construção da identidade do estado-nação representado pelo "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". (FERNANDES, 2010, p. 11).

Borges, Oliveira e Silva (2011) destacam que com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova era foi inaugurada nos debates relacionados a patrimônio, especialmente os que foram realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), instituiu-se o Tratado Constitutivo com competência para ditar procedimentos de proteção aos bens culturais das nações participantes. Também foram criados novos documentos internacionais, como a Convenção de Haia (1954) e a Carta de Veneza (1964). Ainda sobre patrimônio, cabe destacar:

O período do pós-2ª Guerra também foi marcado por uma ampliação do conceito de patrimônio. As ideologias nacionalistas, abaladas com o desfecho do conflito, perderam espaço para a valorização dos direitos humanos, tema central da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, levada ao público pela ONU em 1948. Aos poucos, a noção de patrimônio nacional se sobrepôs a de patrimônio cultural, mais ampla e pluralista. Esse era o conjunto de bens culturais significativos de uma sociedade, fossem eles materiais (edificações, sítios arqueológicos e paisagísticos, acervos de museus, coleções de documentos, fotografias e filmes) ou imateriais (hábitos, representações, técnicas e o conjunto de artefatos, objetos e complexos culturais a eles integrados). (BORGES; OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 68).

Melo (2015) relata que o Brasil dos anos 1960 vivia momentos de efervescência cultural, e a atuação do SPHAN passava a ser considerada como inadequada aos novos tempos, pois pouco representava toda a diversidade cultural do país. Considerava-se até mesmo alienada sua política em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional, em um momento em que questões

complexas nas relações entre cultura e política eram debatidas pelos críticos intelectuais.

No que se refere ao período seguinte, a autora destaca:

Até os anos de 1970, a prática de proteção inaugurada pelo SPHAN ainda utilizava como único instrumento legal o tombamento, tendo em vista que as dificuldades e resistências encontradas ao longo do processo de proteção decorriam geralmente de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados. (MELO, 2015, p. 28).

Leal (2017) afirma que, tendo surgido paralelamente à atuação do SPHAN, o Programa das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, trouxeram significativas contribuições, pois inauguraram novas estratégias de gestão das ações da preservação, com enfoque na introdução de conceitos de descentralização, estímulo ao desenvolvimento econômico, especialmente com foco no turismo, e a busca por ações mais democráticas, que trabalhassem na identificação de valores locais e cotidianos.

Ainda na década de 1970, o SPHAN foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Borges, Oliveira e Silva (2011) alegam que com a transformação, a discussão sobre patrimônio deixou de ser encarada como um mero exercício intelectual, exclusivo da preservação da memória nacional, para ser articulada com as novas formulações do que seria a cultura brasileira (agentes, temas, embates, etc.), com a internacionalização da economia e com o turismo cultural.

Gastal e Silveira (2010) afirmam que o movimento pela preservação do patrimônio histórico cresceu em muitos países nas últimas décadas do século XX devido à ênfase cultural no passado, valorizando a memória pessoal e coletiva, levando a investimentos no resgate do patrimônio histórico e arquitetônico, preservando objetos, prédios e valorizando nichos de memória urbana, destacando entre eles os centros históricos.

Fernández (2010) afirma que desde a década de 1990 o turismo cultural começou a tomar um novo impulso pelos organismos internacionais, que passaram a apostar no chamado “diálogo internacional” como uma forma de aproximar as culturas. Nesse contexto, as gestões governamentais se encarregaram de definir novos segmentos em relação ao turismo, para atender a um mercado consumidor muito bem informado e pela competição em nível global, no qual a preservação do patrimônio cultural e natural se faz presente, com uma política mundial planejada.

No que se refere à última década do século XX, Barretto (2007) destaca que é perceptível uma demanda acentuada por lugares históricos por parte dos turistas. O processo de internacionalização tem despertado algo nostálgico, e as pessoas têm a necessidade de se sentirem ligadas emocionalmente aos lugares, ao passado e a elas próprias.

Nota-se também nesse período um acentuado avanço nas questões que abordam o patrimônio imaterial. Crippa e Souza (2009) relatam a realização em Fortaleza-Ceará, do Seminário “Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção” organizado pelo IPHAN em novembro de 1997, no qual foi lançada a Carta de Fortaleza. Entre as diversas propostas desse documento constam que o IPHAN promova o aprofundamento de reflexões sobre o conceito de bem cultural e natureza imaterial, com a criação de um banco de dados acerca das manifestações culturais passíveis de proteção, e o estabelecimento de uma Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural com objetivos e metas claramente definidos.

Crippa e Souza (2009) destacam que toda essa preocupação com o patrimônio intangível culminou no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial. Apesar de não abranger todas as recomendações da Carta de Fortaleza, o decreto pode ser considerado um marco dessa política, pois cria instrumentos legais para a preservação do patrimônio intangível.

Tem-se no turismo uma valorização significativa tanto do patrimônio histórico como do patrimônio cultural. Porém, há sempre dois lados, o turismo pode atingi-los tanto de forma positiva quanto negativa, visto seus impactos. O planejamento deve ser articulado com políticas públicas adequadas, considerando sempre a inclusão de moradores no contexto, e que o reflexo disso tudo possa ser percebido pelo turista no seu papel de responsável e consciente. Nesse contexto, o profissional do turismo é essencial.

Nesta perspectiva, as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como a prática do profissional do turismo, inserem-se em um campo ideológico que resgata fragmentos do passado e que pertencem agora à sociedade industrializada do presente que permite indagar as concepções de saber e de poder, de cultura e de sociedade em um movimento entre passado e presente. (BAHL; SOUZA, 2011, p. 30).

Quanto aos projetos de revitalização de caráter patrimonial no Brasil, realizados por intermédio da conservação do patrimônio cultural, Jacques (2005) afirma que eles vêm se multiplicando em diferentes cidades consideradas históricas. Muitos desses projetos usam a mesma fórmula, sem um questionamento crítico de fato adequado. Eles se relacionam diretamente a patrimonialização, estetização, especularização, padronização dos espaços e, o que é mais grave, resultam na expulsão dos moradores mais pobres das áreas de intervenção, para receber moradores mais abastados ou com novas funções elitizadas.

Perinotto e Santos (2011, p. 205) afirmam que

O patrimônio histórico e arquitetônico no Brasil parece ainda não atender satisfatoriamente ao desenvolvimento da indústria turística, a não ser em casos isolados e já consagrados, como o das cidades históricas, em especial as mineiras, embora, nos últimos anos, muitos bens culturais brasileiros tenham sido considerados “patrimônio da humanidade”, categoria de reconhecimento internacional criada pela UNESCO, em 1972, que, pela própria divulgação que propicia, favorece o aproveitamento turístico.

Segundo Queirós (2014), o patrimônio tem uma importância significativa para o sucesso do turismo, pois a transferência de conhecimento e saberes das áreas das ciências do patrimônio e das ciências ambientais para a área do turismo permite reestruturar os destinos e os seus produtos, em conformidade com a mudança nas motivações e no gosto do perfil do turista, que constitui o público-alvo. No entanto, muitas vezes limites importantes não são levados em conta nem valorizados. O caso do Pelourinho, em Salvador-BA é um exemplo disso:

O projeto, dito de revitalização, do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho), por exemplo, literalmente “limpou” o sítio histórico ao expulsar seus habitantes e suas respectivas práticas cotidianas populares e substituí-las por simulacros culturais turísticos. O antigo centro, tombado pela Unesco como patrimônio mundial da humanidade, vem sendo restaurado desde 1992 (hoje na sétima etapa, com auxílio do BID, programa Monumenta), por meio de um processo de patrimonialização - restauração de fachadas, do espaço público (muitas vezes criados em antigos pátios internos coloniais) - de mudanças de uso e de gentrificação, com a remoção de mais de 2 mil famílias para dar lugar a restaurantes, bares e lojas de souvenirs para turistas - que faz parte de uma agenda maior, de um plano estratégico da agência estadual de turismo. O plano, que visa vender o produto cultural “Pelourinho” para turistas, conta ainda com uma programação de animação cultural nas praças criadas (usando os antigos quintais das casas coloniais) - “Pelourinho Noite & Dia” - que visa exatamente dar “vitalidade” ao local. A nova vitalidade inventada para turistas, com baianas fantasiadas para fotos e rodas de exibição de capoeira regional, é totalmente artificial, cenográfica. O projeto faz parte de um contexto político específico, mas se insere em uma estratégia de marketing genérica que visa construir uma nova imagem urbana (no caso, da primeira capital do país), a princípio ancorada na valorização da sua “identidade” cultural singular. (JACQUES, 2005, p. 11).

Muito se discute sobre os impactos que o turismo ocasiona, e no contexto relacionado diretamente ao patrimônio não é diferente:

Na atualidade, os argumentos se referem ao perigo da pressão pelo aumento de visitantes, o surgimento de lojas de souvenirs, bares e outros equipamentos turísticos ao redor dos bens de interesse patrimonial. Apesar do desgaste produzido pela visitação e de alguns casos isolados de vandalismo por parte dos turistas, em nenhum dos casos o turismo aparece como uma ameaça para o patrimônio, pelo contrário o turismo não só tem contribuído para a conservação do patrimônio mas que alguns casos tem sido a causa de despertar interesse, da valorização e seu próprio descobrimento. (BARRETTO, 2007, p. 121).

Seguindo a mesma linha de percepção dos possíveis impactos que possam vir a ocorrer:

Tal equilíbrio, entretanto, nem sempre é fácil de ser alcançado em estruturas capitalistas de busca exclusiva ao lucro financeiro. Em nome de um maior ingresso de recursos financeiros, a comunidade original do lugar acaba por ser afastada para que suas casas passem a receber lojas, restaurantes, hotéis, pousadas e outros serviços. (SILVEIRA; GASTAL, 2010, p. 58).

Sobre os impactos advindos do turismo, Barretto (2007, p. 130) destaca que

A recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e a valorização por parte dos próprios habitantes do local. Um monumento ou edifício dificilmente será objeto de um ato de vandalismo por alguém que conhece seu significado, que conhece o que representa para sua própria história como cidadão. A crítica recai na transformação do patrimônio em um bem de consumo. O patrimônio deixa de ser valioso pelo seu bem histórico e de identidade e passa a ser valioso apenas porque pode ser vendido e muitas vezes por empresas que não são e nem sequer são locais, que decidem desde fora o que deve ser posto em valor.

Lopis (2017, p. 15) comenta que "Em nossa atualidade, falar sobre patrimônio é tocar em uma temática polêmica, pois as ações de diversos interesses, advindas de diferentes esferas sociais entram em conflito quando se trata do binômio preservação/permanência e transformação/destruição".

Partindo desse ponto de vista, Brusadin (2015) defende que no contexto contemporâneo do patrimônio cultural o turismo é inserido como mais uma atividade em expansão em um mundo globalizado, e que também interfere no constante processo de construção e reconstrução da identidade; mudam-se os valores sociais com o tempo, e com isso a análise do patrimônio passa a ser vista de forma diferente ao longo dos tempos pelos grupos sociais, exigindo uma revisão conceitual e prática

das suas ações, que devem estar em sintonia com estas transformações no campo da memória e da própria identidade.

Segundo a UNESCO, no que se refere ao Brasil e sua relação com patrimônio histórico e cultural,

O grande desafio que o país enfrenta é a pressão que o desenvolvimento exerce sobre as estruturas tradicionais brasileiras, sejam sítios urbanos de valor cultural, sítios arqueológicos, assentamentos indígenas; sejam as populações tradicionais, seus conhecimentos e práticas. Os sítios urbanos de valor cultural têm recebido investimentos para a preservação do seu patrimônio, mas, mesmo considerando os esforços das parcerias com Ministério da Cultura e IPHAN, não se alcançou uma estratégia de gestão que favoreça a dinamização dessas áreas e sua sustentabilidade. Ao contrário, sítios históricos urbanos de maior porte, alguns deles inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, vivenciam uma fase de esgotamento das medidas de conservação concentradas basicamente na recuperação de edifícios. Requerem urgente estratégia de gestão, capaz não apenas de enfrentar os problemas de conservação, mas de inseri-los na agenda de desenvolvimento do país, evitando que se tornem ainda mais marginais em relação a essa agenda. (UNESCO, 2018).

Jeudy (2005) define que as estratégias da conservação do patrimônio cultural caracterizam-se por um processo que gera sentido e finalidade; a significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo, e, portanto, para que exista um patrimônio reconhecível é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja como espelho de si mesma, considerando seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história e cultura.

Percebe-se muitas vezes, todavia, o grande distanciamento entre as partes que deveriam existir em equilíbrio; ou seja, fatores como a não inserção dos próprios moradores e suas memórias como pertencentes ao contexto em que vivem nas políticas públicas.

Bahl e Souza (2011) afirmam que as questões relativas às políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural são mais complexas do que parecem ser, pois já em um primeiro momento exigem reflexão, análise e múltiplos pressupostos do espaço e do tempo em que foram produzidos os mais variados bens da humanidade. Sobre as relações a respeito de políticas e patrimônio afirma Guillaume:

Mas a política do patrimônio não se reduz a hábeis efeitos de discurso e de ideologia, que exploram as angústias e as culpabilidades da época, permitindo um desenvolvimento real do aparelho de Estado sob a forma de um acréscimo de normas, instituições e novos dispositivos e controle do espaço. Ela tem a capacidade de mobilizar grupos sociais cada vez mais ameaçados de anomia. Pois não é só a memória que está em perigo de se perder, é também a identidade. (2003, p. 41).

Vale evidenciar que, por mais que tenham evoluído as questões que envolvem preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil e no mundo, muitos dilemas são ainda perceptíveis, exigindo coerência entre planos, programas e políticas estruturadas para o planejamento turístico que envolva tais patrimônios. É preciso haver equilíbrio com as transformações que interferem nessas relações, nas quais o presente e passado precisam estar inseridos com cautela, visto que algumas situações acabam gerando até mesmo o abandono desses patrimônios pelos próprios moradores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Relatam-se neste capítulo os procedimentos metodológicos adotados nas etapas de realização desta pesquisa.

No campo geral a que se relaciona o turismo, percepções e reflexões precisam ser encaradas de forma coerente na pesquisa, principalmente para que teoria e prática estejam em consonância a fim de atingir os objetivos propostos.

Castillo Nechar e Panosso Neto (2014) esclarecem que o objetivo da pesquisa em turismo deve ser o de promover a transformação da realidade, na relação direta entre conhecimento e prática, para o que é necessário assumir exercícios críticos, reflexivos e interpretativos. Visando desta forma reconhecer argumentos inovadores sobre a compreensão do fenômeno e suprir conhecimentos necessários frente a realidades complexas.

Quando se diz que o turismo é um fenômeno de muitas facetas e que deve ser objeto de estudo e pesquisa, implica reconhecer que é o homem na sociedade quem está no centro de sua análise; o encontro com outras civilizações, culturas, histórias, tradições e práticas e que geram repercussões e impactos nos hábitos, modos de vida, valores e costumes. (CASTILLO NECHAR, 2007, p. 84).

No entanto, percebe-se que para alcançar tais objetivos, e visto o papel que a pesquisa representa no campo do turismo, a metodologia deve ser muito bem planejada, sendo crucial que todas as suas etapas estejam em plena sintonia.

Para Fachin (2006), o método científico é um instrumento de conhecimento que proporciona aos pesquisadores, seja qual for a área de formação, uma orientação geral que facilita o planejamento de uma pesquisa, tanto na formulação de hipóteses e no direcionamento de investigações, como para realizar experiências e interpretar os resultados.

Entende-se, assim, que são necessários procedimentos sistemáticos para o desenvolvimento da pesquisa, com formas e métodos bem delineados.

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. (GIL, 1999, p. 26).

Assim, o método escolhido pelo pesquisador norteia a pesquisa, visto que as etapas metodológicas são essenciais para que ocorra o pleno entendimento e coerência no estudo, com sincronia, para entender conceitos, fatos e procedimentos.

Na sequência, apresentam-se os métodos e etapas desta pesquisa, detalhando técnicas e ferramentas utilizadas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E ABORDAGEM

Esta pesquisa caracteriza-se como dedutiva, uma vez que busca confirmar uma hipótese de caráter geral (a abordagem cultural), comprovando-a em elementos particulares (os planos municipais de turismo de Paranaguá). Gil (1999) esclarece que quando a pesquisa parte do geral para o particular, com princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, permite chegar a conclusões de maneira formal.

O estudo desenvolvido nesta dissertação partiu de aspectos e fatos gerais existentes que contemplam o objeto de estudo: a abordagem cultural no planejamento do turismo em Paranaguá.

Lakatos e Marconi (2010) definem que o método dedutivo baseia-se em argumentos e afirmações racionais, partindo do fato de que todos os argumentos são verdadeiros, e destacam que toda informação ou conteúdo fatural da conclusão já existiam, pelo menos implicitamente nas premissas, tendo assim o propósito de explicar o conteúdo relacionado a tal contexto.

O presente trabalho tem tanto caráter qualitativo como descritivo, pois objetiva um entendimento de atividades sociais e humanas, a atividade turística, entendida como complexa e como fenômeno social⁸. Frente ao caráter qualitativo, destaca-se que

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa. (RICHARDSON, 1999, p. 79).

⁸ De la Torre Padilla (1992) destaca que o turismo é um fenômeno social relacionado ao deslocamento temporário de indivíduos ou grupos por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Em relação ao entendimento sobre a pesquisa descritiva,

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. (GIL, 1999, p. 79).

Considerando o problema de pesquisa — “Como o patrimônio histórico, material e imaterial, componentes da abordagem cultural, foi tratado no planejamento turístico de Paranaguá nas diferentes administrações municipais, no período entre 1950 até 2016?” —, justifica-se a escolha do período de recorte: a primeira razão é que se verificou a limitação de materiais, estudos e indícios relacionados ao período anterior a 1950. A segunda justificativa quanto à escolha do recorte temporal, é que nas pesquisas realizadas percebeu-se que a partir de 1950, além de ser possível um maior respaldo científico devido ao maior número de materiais e documentos, Paranaguá sofreu um período de desenvolvimento em que tanto fatos históricos, fatores políticos e turísticos começaram a ter maior abrangência e coerência com o planejamento e principalmente com a ênfase relacionada à abordagem cultural.

O período final do recorte em 2016 justifica-se pelo fato de ter se encerrado a gestão municipal que implementou o Plano Master de Turismo de Paranaguá, tendo assim maior facilidade para obtenção de dados para concretização das etapas realizadas.

Destaca-se que no capítulo 4 optou-se por dividir tal recorte em dois subitens, visando uma melhor organização e entendimento dos períodos pesquisados e analisados referente ao histórico do turismo e cultura em Paranaguá. Notou-se que esse procedimento traria uma melhor clareza aos acontecimentos relacionados ao desenvolvimento e ao planejamento do turismo em Paranaguá, como também aos aspectos relacionados à cultura.

A partir dos pressupostos do problema de pesquisa, o presente trabalho necessitou de investigações mais específicas, e a pesquisa delineou-se como um estudo de caso. Gil (1999) entende que o estudo de caso vem sendo cada vez mais utilizado por pesquisadores sociais, visto que contribui com diferentes objetivos, salientando:

- a exploração de situações que não estão claramente definidas;
- a descrição de situação do contexto em que é realizada a investigação;
- a explicação das variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

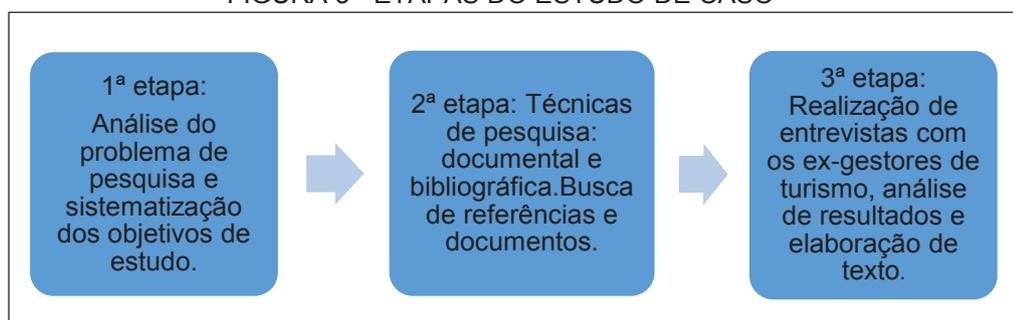
Ainda no que se refere à escolha do estudo de caso, sabe-se que

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: **observação direta e série sistemática de entrevistas**. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, **o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações** - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. (YIN, 2001, p. 27).

No entanto, todos os componentes destacados acima precisam estar embasados em uma teoria. “Para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte da fase de projeto é essencial, caso o propósito decorrente do estudo de caso seja determinar ou testar a teoria” (YIN, 2001, p. 49).

Os objetivos específicos delineados buscaram trazer coerência à complexidade dos fatos. Na Figura 3 tem-se um detalhamento das etapas do estudo de caso, divididas em 3 partes.

FIGURA 3 - ETAPAS DO ESTUDO DE CASO



FONTE: O autor (2018).

Para atingir os objetivos da pesquisa foram utilizadas algumas técnicas. Para o primeiro objetivo específico — “identificar os atrativos turísticos de Paranaguá, compondo um quadro evolutivo e histórico dos mesmos” — utilizou-se a pesquisa

documental e bibliográfica, partindo de uma primeira abordagem de leituras com enfoque nas teorias, tanto da cultura como do planejamento, direcionando para abordagens culturais, que historicamente fizeram parte do planejamento e divulgação do turismo em Paranaguá. Cabe destacar que a pesquisa foi realizada em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, com temas relacionados a este estudo, já publicadas.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, sabe-se que ela

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. (GIL, 1999, p. 65).

Sobre a pesquisa documental, Gil (1999) afirma que ela segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, pois tem seu foco na exploração das fontes documentais, em grande número, podendo ser documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, como também relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas.

Obteve-se acesso aos materiais e documentos pesquisados em bibliotecas de Paranaguá (Biblioteca Municipal e a biblioteca da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus Paranaguá), bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba e Matinhos, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP), o qual possui um grande acervo histórico; Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e em endereços eletrônicos.

Para o segundo objetivo específico —“localizar e identificar planos, programas e projetos que tiveram relevância no planejamento turístico de Paranaguá” — utilizou-se também a pesquisa documental.

Para o terceiro objetivo — “identificar as abordagens culturais que historicamente fizeram parte do planejamento do turismo em Paranaguá” — utilizou-se o cruzamento da pesquisa documental e entrevistas que foram realizadas com gestores de turismo do município.

3.1.1 Entrevistas

Gil (1999) define entrevista como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado utilizando perguntas, com o objetivo de obter dados de interesse para sua investigação.

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 179).

Para chegar ao formato final de 5 perguntas que contemplaram o roteiro da entrevista, elas foram sendo ajustadas com o que se propunha tanto no problema de pesquisa como no terceiro objetivo específico.

Para um melhor desenvolvimento da entrevista com os ex-gestores municipais que atuaram em Paranaguá, deu-se a escolha da entrevista semiestruturada, principalmente pelo fato de o entrevistado falar abertamente sobre seu objetivo no roteiro e ordem das perguntas.

Para Gil (2002), uma das principais características da entrevista semiestruturada é que permite ao entrevistador retomar a questão original ao perceber desvios, e o entrevistado tem a liberdade de falar abertamente sobre o assunto.

A primeira etapa para a busca de entrevistados deu-se por conversas com os membros do IHGP, com o objetivo de obter informações e contatos de ex-gestores de turismo que atuaram em Paranaguá, com base no recorte de pesquisa de 1950 a 2016.

Os membros do IHGP são em maioria pioneiros que vivem em Paranaguá, e contribuíram com informações sobre os contatos, o que auxiliou as primeiras tentativas.

Outro meio utilizado para contato com os entrevistados foi através de informações prestadas por ex-prefeitos municipais de Paranaguá, e pelos colaboradores da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULTUR), que atuam com o turismo no município há alguns anos e que acompanharam várias mudanças na gestão do turismo no município.

Dessa forma, o pesquisador entrou em contato com os potenciais entrevistados para explicar a pesquisa e a necessidade de realização de entrevista, e já no primeiro contato foi possível o agendamento.

As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2019, em dias e horários estabelecidos de comum acordo entre entrevistador e entrevistado. Foi elaborado um termo de consentimento, lido e assinado pelos entrevistados, para formalização da pesquisa e para que não restassem dúvidas quanto aos reais objetivos do estudo. As perguntas foram respondidas de acordo com roteiro elaborado pelo pesquisador, conforme foi se estabelecendo o diálogo entre entrevistador e entrevistado.

As entrevistas propiciaram o conhecimento de fatos e situações ocorridas durante o período em que os entrevistados atuaram na gestão do turismo no município de Paranaguá.

Do total de 6 entrevistas realizadas⁹, 5 entrevistados residem em Paranaguá, e 1 reside em Morretes, o entrevistado OAOJ. Cabe mencionar que o entrevistado RGJ atuou em duas gestões municipais.

Houve limitações nas informações prestadas, esperavam-se mais detalhes nas informações; também, embora tenham ocorrido tentativas, não foi possível realizar entrevista com gestores do período 1997 a 2004. Ainda, alguns gestores já faleceram e alguns mudaram de domicílio impossibilitando o contato.

QUADRO 3 - PERÍODO DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COMO GESTOR MUNICIPAL DE TURISMO EM PARANAGUÁ

| Período de atuação como gestor de turismo em Paranaguá | Iniciais de identificação dos entrevistados |
|--|---|
| 1950 – 1976 | Não localizados |
| 1976 – 1981 | JRA |
| 1982 – 1989 | WAVC |
| 1990 – 1992 | PEN |
| 1993 – 1996 | OAOJ |
| 1997 – 2004 | Não |
| 2005 – 2008 | RGJ |
| 2009 – 2012 | LFGOL |
| 2013 – 2016 | RGJ |

FONTE: O autor (2019).

4 PANORAMA HISTÓRICO DO TURISMO E DA CULTURA DE PARANAGUÁ

⁹ Os entrevistados estão identificados nessa pesquisa com as iniciais do nome, maiores detalhes podem ser verificados nos apêndices no qual constam os termos de consentimento assinados.

Nesse capítulo consta um levantamento histórico com aspectos do turismo e da cultura com objetivo de entender como o turismo em Paranaguá foi sendo desenvolvido, destacando pontos marcantes desse processo e as principais características como destino turístico.

4.1 O TURISMO EM PARANAGUÁ DE 1950 ATÉ 1989

Na década de 1950 Paranaguá já apresentava sinais de avanço no que se refere ao desenvolvimento, como pode ser verificado nos dados do IBGE (1950). Na parte definida como *Situação física*, aparecem como pertencentes a Paranaguá os seguintes locais:

QUADRO 4 - SITUAÇÃO FÍSICA DE PARANAGUÁ EM 1950

| Designação | Localidade | Outras indicações |
|----------------------|----------------------------|--|
| Ilha da Cotinga | Baía de Paranaguá | Extensão desconhecida |
| Ilha das Cobras | Baía de Paranaguá | Extensão desconhecida |
| Ilha do Mel | Ilha do Mel | Ilha balneária localizada a 15 km da sede municipal |
| Ilha Rasa da Cotinga | Baía de Paranaguá | Extensão desconhecida |
| Ilha das Peças | Baía das Laranjeiras | Extensão desconhecida |
| Ilha das Pedras | Alexandra | Extensão desconhecida, localizada na foz do rio das Pedras |
| Gruta de Encantadas | Ilha do Mel | |
| Baía de Paranaguá | Sede municipal | Banha a sede municipal e o distrito de Alexandra |
| Praias de Paranaguá | Parte costeira (Paranaguá) | |
| Praia de Leste | Paranaguá | |
| Praia de Matinhos | Paranaguá | |
| Praia de Caiobá | Paranaguá | |

FONTE: IBGE (1950).

Ainda na mesma fonte, constatou-se que nesse período Paranaguá tinha 32 mil habitantes, e contava com 12 meios de hospedagem, descritos no quadro a seguir:

QUADRO 5 - MEIOS DE HOSPEDAGEM EM PARANAGUÁ EM 1950

| Designação | Endereço |
|---------------------|------------------------------------|
| Hotel Palácio | Praça Fernando Amaro (Paranaguá) |
| Hotel Atlântico | Rua Dr. Leocádio, 101 (Paranaguá) |
| Hotel Fonseca | Largo Dr. Acyoli, 1 (Paranaguá) |
| Hotel Litoral | Rua Dr. Leocádio, 73 (Paranaguá) |
| Litoral Hotel Lulez | Rua 15 de novembro, 63 (Paranaguá) |
| Hotel Royal | Rua 15 de novembro, 25 (Paranaguá) |
| Hotel Muller | Balneário Matinhos |
| Hotel Clemente | Balneário Matinhos |
| Hotel Familiar | Balneário Matinhos |
| Hotel Caiobá | Balneário Caiobá |
| Hotel Balneário | Balneário de Praia de Leste |
| Hotel Ilha do Mel | Balneário Ilha do Mel |

FONTES: IBGE (1950).

Na década de 1960, Paranaguá passava por transições representativas para seu desenvolvimento, como, por exemplo, a elaboração do primeiro plano diretor. Em relação ao turismo, Mansur apresentou, no seu Guia turístico e informativo (1962), o que existia em Paranaguá na perspectiva social, cultural, econômica e educacional nesse período, destacando como atrativos turísticos os logradouros públicos, templos, monumentos históricos, curiosidades típicas regionais. O material dividia-se em três partes: a primeira, descritiva; a segunda, informativa; e a terceira parte, turística e literária. O autor enfatizava Paranaguá como um destino de turismo obrigatório, salientando os seguintes atrativos:

- Igrejas: Nossa Senhora do Rocio; São Benedito; São Francisco. Mercado: Criado em 1914, destinado à venda de peixes, ostras, camarão, é reconhecido pelo autor como um ponto de referência turística, que oferecia também objetos de arte litorânea (chapéus de palha, cestos, etc.) e comida típica regional.
- Ilhas: Ilha da Cotinga — abrigou os primeiros moradores da costa paranaense, e lá está a igreja de Nossa Senhora das Mercês; Ilha dos Valadares — na qual realça suas duas igrejas, Nossa Senhora dos Navegantes e a capela de São Sebastião. A ilha possuía nesse período dois clubes de dança; Ilha do Mel — apontada como tendo as melhores praias do litoral paranaense.
- Praias pertencentes a Paranaguá nesse período: Matinhos — considerada a mais popular; Caiobá — já nessa época frequentada por famílias abastadas do estado do Paraná; Praia de Leste e praia de Pontal do Sul, nesta última mencionando o Hotel Atlântico como forte atração do local.
- Cais do Porto: relatado como um dos passeios mais atraentes da cidade, por receber embarcações de várias partes do mundo.

Nota-se que não houve de fato uma citação direta com abordagem cultural relacionada ao turismo, mas o autor comentava a limitação de espaço no guia turístico impresso, citando que Paranaguá contava com vários outros atrativos para desfrute do turista.

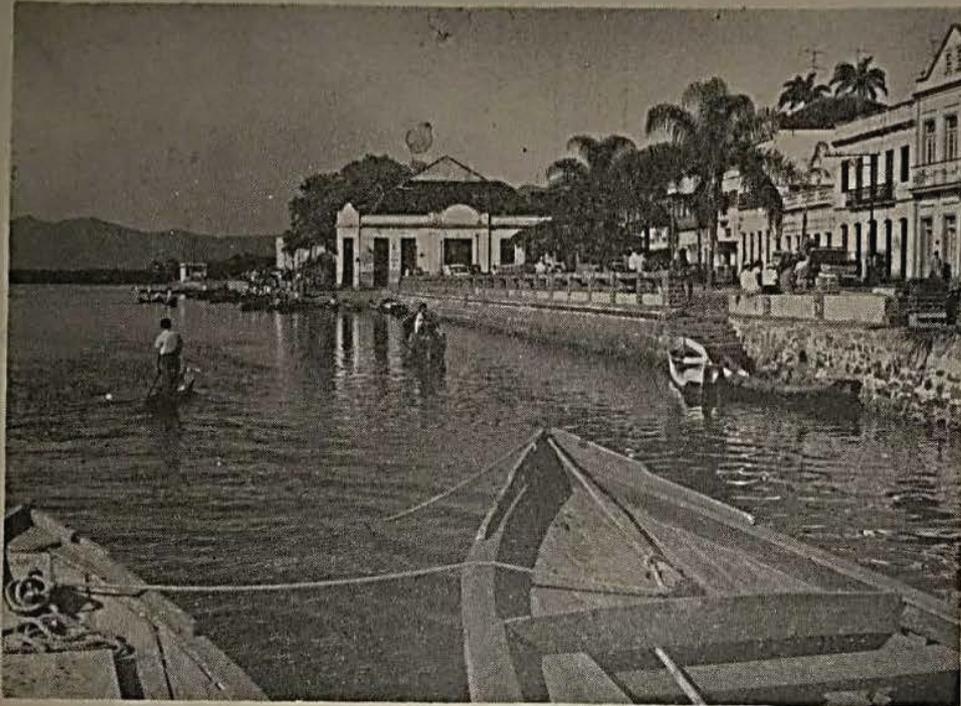
Em uma visão mais crítica do turismo nessa época, Mazza (1964) referia-se a aspectos relacionados à necessidade de desenvolvimento do turismo no litoral paranaense como um todo, mencionando a baía de Paranaguá e seu assoreamento. Citava o funcionamento do terminal portuário, enfatizando a necessidade de melhorias que não se apresentavam satisfatórias para o turismo urbano em Paranaguá. Referia-se, ainda, à necessidade de um direcionamento expressivo para os pontos turísticos e passeios pela baía. Já nas praias, o turismo era circunscrito às temporadas de veraneio, e todas elas se defrontavam com a ausência de planos urbanísticos, principalmente por questões de saneamento (referindo-se a Matinhos, Caiobá, Praia de Leste e Guaratuba).

Nesse período já havia necessidade de planejamento adequado, tanto no que se refere à cidade de Paranaguá como para o litoral, visando principalmente as praias, o que fica evidenciado na revista O ITIBERÊ em 1964:

Paranaguá deveria contar com agência do departamento do turismo. Ou então o seu serviço municipal apropriado, criado por lei, deveria funcionar em convênio com o estadual. Conselhos municipais de turismo em Paranaguá e Guaratuba atenderiam plenamente à exigência de uma coordenação geral para fins de levantamento do potencial turístico e subsequente equipamento. (O ITIBERÊ, 1964, p. 6).

Ainda na revista O Itiberê foram encontrados registros de materiais de divulgação na década de 1960.

FIGURA 4 - ANÚNCIO DE TURISMO DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ – 1966

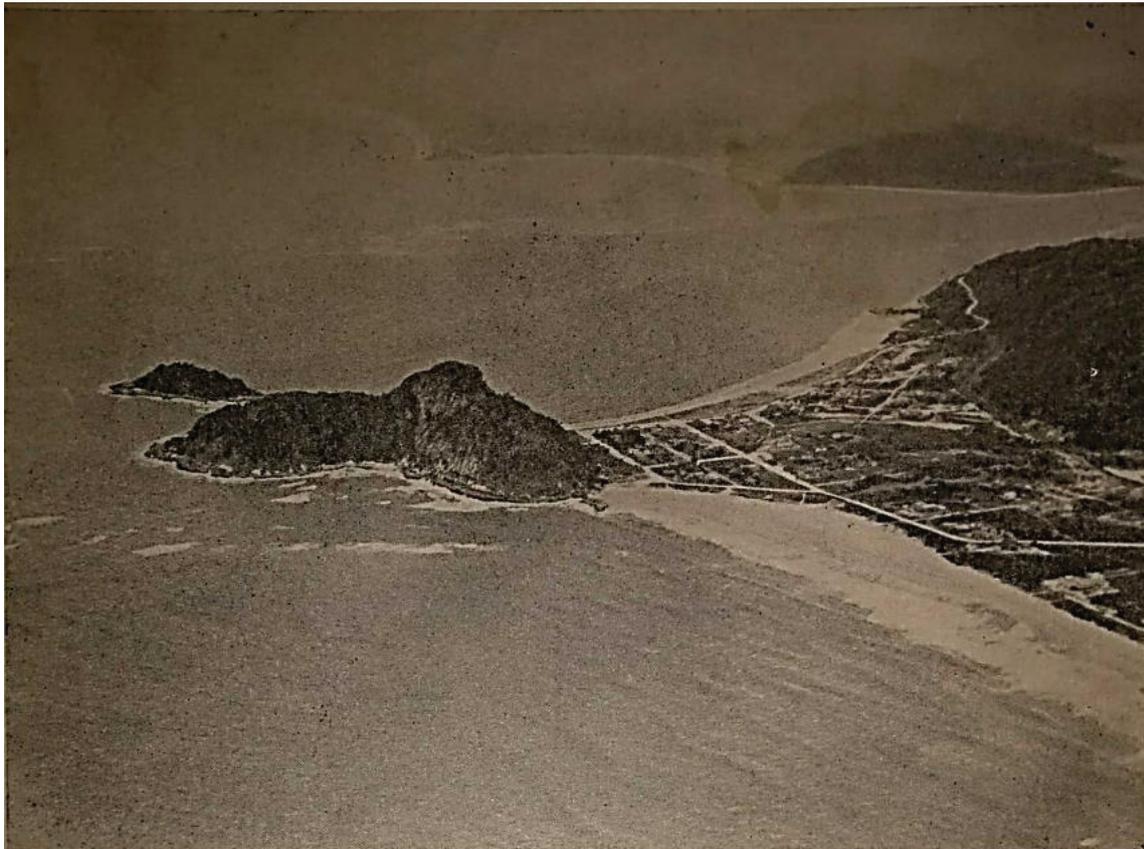


O homem das grandes cidades já não vê a noite caindo e nem sente o nostalgia colorida das horas crepusculares . . . e antes de partir para o trabalho, também não encontra tempo para contemplar o nascer do sol no horizonte . . . a fábrica, o balcão, as máquinas, a rua, o escritório exigem impacientes sua presença no meio do fragor dos séculos. Mas . . . um dia, é'le cansa da rotina dolorosa da grande urbe e sente uma indomável vontade de fugir . . . fugir das florestas de chaminés, fugir do estridor das máquinas e da gritaria das multidões cosmopolitizadas . . . Aconselhamos então que venha gozar suas férias, viver sua Vida repousando seu corpo e sua alma entre os panoramas de luz e sombra, de amor e festa, de côres e de ritmos do magnífico Litoral paranaense, que está sempre à espera de Visitantes de quaisquer latitudes e categorias, para reconfortá-los e dar-lhes profundas e sólidas esperanças a fim de enfrentarem galhardamente a grande batalha do cotidiano.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ

FONTE: O ITIBERÊ (1966).

FIGURA 5 - ANÚNCIO DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ EM 1966



O Litoral do Paraná é o paraíso, é o sonho, é a festa, é a fraternidade, é a alegria, é o amor, é a amizade. Ninguém pode esquecer o Litoral, porque o Litoral cresce, o litoral progride, o litoral recebe com o coração todos os Visitantes, todos os Turistas, todos os que colocam a Faixa Litorânea paranaense no roteiro de sua Vida.

Visitar o Litoral, é como visitar o Paraíso. Venha ao Litoral, amigo Turista, e abrace seus amigos, seus irmãos de corpo e alma.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ

FONTE: O ITIBERÊ (1966).

A imagem destacada na Figura 5 mostra a praia de Matinhos/Caiobá, que na época pertencia ao município de Paranaguá.

Para um melhor entendimento dos municípios do litoral paranaense que pertenciam a Paranaguá e foram desmembrados de seu território, criou-se o seguinte quadro¹⁰:

QUADRO 6 - MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE DESMEMBRADOS DE PARANAGUÁ

| | |
|------------------|---|
| Guaratuba | No ano de 1938, o município de São Luiz de Guaratuba da Marinha foi extinto, tendo seu território anexado ao município de Paranaguá. Foi elevado novamente à categoria de município em 1947. |
| Guaraqueçaba | Freguesia criada com a denominação de Guaraquessaba em 1854, subordinada ao município de Paranaguá; desmembrada, em 1880, foi constituída distrito sede. Em 1938 o município de Guaraquessaba foi extinto, sendo seu território anexado novamente ao município de Paranaguá. Em 1947 foi desmembrado, tornando-se município com a nova denominação: Guaraqueçaba. |
| Matinhos | Criado em 1951 e subordinado ao município de Paranaguá, teve sua divisão territorial no ano de 1960 figurando como distrito de Paranaguá, foi desmembrado em 1968 e elevado à categoria de município. |
| Pontal do Paraná | A área reconhecida como Pontal do Sul teve sua história política iniciada por volta de 1983 quando começaram as primeiras movimentações para a criação de um novo município, compreendida entre os balneários de Pontal do Sul e Monções, Pontal do Paraná foi criado pela Lei Estadual nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, como consequência de um processo de emancipação do município de Paranaguá, ao qual pertencia com a denominação de “praias de Paranaguá”. Para tentar barrar o processo de emancipação que crescia a olhos vistos, a Prefeitura de Paranaguá criou a EMDEPRAIAS, que era responsável pela gestão pública do litoral paranaense, porém o organismo criado não respondia às necessidades dos balneários e tampouco representava os moradores e veranistas em suas pretensões. Elevado à categoria de município com a denominação Pontal do Paraná, pela Lei Estadual nº 11.252/95, desmembrado do município de Paranaguá, só foi constituído como município em 1997. |

FONTE: IBGE (2018).

¹⁰ CIDADES IBGE - informações sobre o contexto histórico e criação dos municípios de Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: junho 2018.

Vivekananda (1967) é autor de um guia poético-sentimental relacionado à evolução e desenvolvimento do litoral paranaense sob o olhar do turismo. Na citação abaixo, destaca a baía de Paranaguá:

O Litoral do Paraná está sorrindo com o ruído progressista dos guindastes, das locomotivas, das lanchas, dos iates, das baleeiras, das canoas e dos navios bonitos e encrespados de mastros e de paus-de-carga, que entram na baía de Paranaguá apitando e riscando o horizonte com um imenso e informe lápis de fumaça, dizendo que vieram de longe e trouxeram saudades e mensagens de confraternização de todos os povos. O Litoral é assim, uma festa de noites coruscantes e de madrugadas sonoras com o sol esparramado sobre o espelho das águas e derretido nas folhas orvalhadas. Venha, amigo Turista, confraternizar-se também com o Litoral do Paraná. Venha "bater-um-papo" gostoso com Guaratuba, Matinhos, Caiobá, Paranaguá, Morretes, Guaraqueçaba e Antonina, onde gente boa e amiga como você tem muitas histórias bonitas para contar. (VIVEKANANDA, 1967, p. 24).

Freitas (1999) especifica informações sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura em Paranaguá ocorrido no ano de 1968:

A criação do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá foi idealizada pelo paranaguense Antônio Morais Pereira da Costa (1893-1973). O prefeito, Dr. Nelson de Freitas Barbosa (1926-1990) - que dispensou especial atenção à educação e cultura - apoiou integralmente a iniciativa, confiando ao mesmo cidadão os estudos, detalhes e elaboração do anteprojeto, para fazer nascer um órgão máximo de aconselhamento no plano cultural. Buscando elementos e informações junto ao órgão federal, no Rio de Janeiro, o senhor Antônio Morais Pereira da Costa montou o anteprojeto que o prefeito, sem nenhuma emenda, assinou e encaminhou ao poder legislativo municipal. Apresentado, discutido e finalmente aprovado pela Câmara Municipal, foi sancionado pelo Prefeito e convertido na Lei Municipal nº 695, de 14 de maio de 1968. (FREITAS, 1999, p. 148).

Freitas (1999) afirma que a criação do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá em 1968 destacava a autonomia no âmbito do município e, dentre as inúmeras atribuições, priorizava os seguintes itens: promover, incentivar, patrocinar convênios que possibilitassem a realização no município de exposições, festivais de cultura artística, congressos de caráter científico, artístico e literário, assim como promover e patrocinar exposições, espetáculos, conferências, debates, projeções cinematográficas e demais atividades relacionadas à cultura municipal. Destaca-se o papel do diretor Swami Vivekananda, responsável por tal departamento.

[..] e em 02 de fevereiro de 1969 foi convidado pelo então Prefeito de Paranaguá, Constantino João Kotzias, para assumir a direção do Departamento de Relações Públicas e Promoções, hoje Departamento Municipal de Turismo e Divulgação, já sob a orientação do interventor Federal General João da Silva Rebello. [...] Publicou, em 1967, os livros "Caravana de Rimas" (Poesias) e "Visite o Litoral Paranaense" (guia poético sentimental

da Região Litorânea do Paraná), focalizando em primeiro plano a Cidade de Paranaguá, por ser o centro irradiador de cultura, história e civilização; e sob os auspícios do Conselho Municipal de Cultura, será publicado o livro “Alma e Coração de Nestor Vitor”, focalizando também as solenidades do Centenário de nascimento do famoso ensaísta e escritor parnanguara, realizadas em maio de 1968, na gestão do prefeito Nelson de Freitas Barbosa. (INSTITUTO MOISES SOARES)¹¹

O informativo Paranaguá -Turismo (1970)¹² contém imagens e informações gerais da década de 1970, e nele os seguintes atrativos turísticos são citados: o Porto, Ilha do Mel, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Igreja de São Benedito, Mercado Municipal, Rua da Praia, Igreja de Nossa Senhora do Rocio, Baía de Paranaguá. O informativo faz referência ao general de divisão João da Silva Rebello como interventor federal no município de Paranaguá, pela contribuição que deu à expansão e pelo incentivo ao turismo.

Viana (1971), em obra voltada para a história e a tradição de Paranaguá, enfatiza a necessidade de incrementar o desenvolvimento do turismo e relaciona como a semente do turismo em Paranaguá as belezas da Ilha dos Valadares. O livro traz breve referência ao departamento de turismo e divulgação.

O livro comemorativo intitulado Edição Histórica de Paranaguá (1974) traz informações sobre o turismo no município na década de 1970, e relata a necessidade do planejamento:

Apesar da boa vontade do Prefeito Municipal, em querer transformar o turismo em mais uma fonte arrecadadora de divisas aos cofres municipais, sabe-se que falta, ainda, um planejamento adequado para esse setor, abrangendo toda a cidade e a orla, desde às mais longínquas praias até às mais distantes ilhas, numa apresentação detalhada e precisa, de tudo o que há de primitivo e histórico deixado pelos nossos antepassados ou construído pela natureza em Paranaguá. (EDIÇÃO HISTÓRICA, 1974, p. 29).

A Edição Histórica enfatiza o potencial turístico de Paranaguá, porém aponta que não foram encontradas soluções para investimentos tanto públicos como privados de infraestrutura necessários nesse período. A publicação informa que, com a crescente procura por veranistas, acreditava-se na necessidade dos governos federal, estadual e municipal realizarem obras de infraestrutura de curto, médio e longo prazo,

¹¹INSTITUTO MOISES SOARES. Disponível em: <http://msinstituto.blogspot.com.br/2016/07/swami-vivekananda.html>. Acesso em: fevereiro 2018.

¹² PARANAGUÁ – TURISMO/1970. Informativo encontrado no IHGP de Paranaguá, no documento não consta autor como responsável por sua elaboração, porém menciona como diretor do departamento de turismo na época Swami Vivekananda.

unindo esforços para que o turista pudesse ter conforto e lugares apropriados. Com base na gestão municipal que atuava nesse período, o documento salienta:

Para que isso aconteça, a administração municipal está empenhada em acertar os últimos detalhes dos projetos impactos que estão em pauta, e que deverão dar novo impulso a cidade e embelezar toda a orla marítima, dinamizando em consequência o turismo, partindo-se daí para novas metas e novas aplicações. Diga-se que o Departamento Municipal de Turismo e Divulgação, dentro de seus recursos orçamentários, tem buscado atrair visitantes, porém, fazendo o que pode, cumpre as programações estabelecidas no Roteiro Turístico, aprovado pelo Chefe do Executivo, desejando, é claro, vitimar a fonte de rendas da Municipalidade. (EDIÇÃO HISTÓRICA, 1974, p. 29).

Como evidenciado pela mesma publicação no que se refere à orla marítima, os projetos de urbanização de Paranaguá se estendiam até os balneários de Pontal do Sul e Praia de Leste, Ilha das Cobras, Ilha da Cotonga e Ilha do Mel, por pertencerem territorialmente a Paranaguá.

Muito já se comentou sobre esse tradicional balneário paranaense, localizado territorialmente em Paranaguá, a um passo, portanto, da cidade que o turista não se cansa de visitar. Com a concretização do projeto que ligará Pontal à Paranaguá, a distância será mais curta, possibilitando que todos até a pé, possam visitá-lo. Suas riquezas turísticas ainda desconhecidas de muitos brasileiros, são riquezas que sintetizam a tradição e a história de Paranaguá. Ao exibir para o oceano e a todos os tripulantes dos navios que passam bem pertinho dela, com destino ao nosso super-Porto, seus objetivos com centenas de anos, sua fauna e sua flora, seu caboclo e seus produtos, Pontal do Sul sabe que está mostrando o que há de melhor, em matéria de turismo, no Paraná, porque foi aqui mesmo que se iniciou o processo de colonização do nosso Estado. (EDIÇÃO HISTÓRICA, 1974, p. 33).

A Edição Histórica (1974) relata a existência de 19 atrativos turísticos em Paranaguá, os quais estão listados no quadro abaixo:

QUADRO 7 - ATRATIVOS TURÍSTICOS EM PARANAGUÁ EM 1974

| PONTO TURÍSTICO | CARACTERÍSTICAS |
|--|--|
| 1 Fonte Velha de beber água. | Monumento histórico construído em 1656 que servia à população. |
| 2 Igreja de São Benedito | Construída em 1784 e restaurada pela Divisão do Patrimônio Artístico e Histórico em 1967. |
| 3 Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas | Construída em 1784, é hoje monumento tombado como as demais igrejas, está sendo restaurado. |
| 4 Igreja de Nossa Senhora do Rocio | Dedicada à Padroeira do estado do Paraná, construída no Largo do Rocio em 1813, reformada e adaptada aos novos tempos. Um dos mais aprazíveis recantos da cidade, onde se encontram ótimos restaurantes especializados em frutos do mar. |

| | |
|--|---|
| 5 Igreja da Catedral Diocesana | Construída em 1578, em louvor a Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, a cujo poder milagroso se atribui o naufrágio de um corsário francês em 9 de março de 1718 na ponta da Ilha da Cotinga. |
| 6 Museu de Arqueologia e Artes Populares | No Colégio dos Jesuítas, cujas obras foram iniciadas em 1736, terminadas em 1775. O Museu é dos mais importantes do Paraná. |
| 7 Palácio Visconde de Nacar, Manuel Antônio Guimarães. | Mandado construir em 1856, nele funciona atualmente a Prefeitura Municipal, a cessão pelos herdeiros dos Guimarães à Câmara Municipal data de 1897. Neste Palácio, em 1880 hospedaram-se D. Pedro II e a corte imperial quando de visita à Província do Paraná, além de outros nobres e ministros da igreja. |
| 8 Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá | Fundado em 26 de setembro de 1931, nele funciona também o Centro de Letras "Leôncio Correia" de Paranaguá. É um ponto de visita e de estudos, onde está colocado um dos canhões retirados do corsário francês naufragado na ponta da Ilha da Cotinga em 9 de março de 1718, cuja descoberta se deu em julho de 1963, pelos pesquisadores Roberto de Aquino Lordy e Fernando Guerra Bittencourt, ambos membros da Sociedade Geográfica Brasileira. No Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá também se encontra a imagem de Nossa Senhora das Vitórias, retirada em setembro de 1963 dos porões do mencionado corsário francês. |
| 9 Mercado Municipal | Obra de mais de 80 anos, é também um dos pontos obrigatórios dos visitantes de quase todas as origens, não só pela venda de pescados e frutas tropicais da região, como pelos objetos de artesanato regional da faixa litorânea. |
| 10 Rua General Carneiro | (Conhecida como Rua da Praia). Local onde existe o maior número de velhos casarões coloniais, situado à margem do Rio Itiberê. |
| 11 Loja Maçônica Perseverança de Paranaguá | Fundada em maio de 1864, onde foram registrados os primeiros pronunciamentos e atos da libertação dos escravos e outros movimentos libertários. |
| 12 Ermida de Nossa Senhora das Mercês | Construída em 1677 na 3ª cumeada da Ilha da Cotinga, demolida em 1699, para construir a Igreja de São Benedito. Foi novamente construída no mesmo local em 1953 no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, prefeito do município o médico e historiador Joaquim Tramuja. Foi nessa ilha que se formou o primeiro núcleo civilizador de Paranaguá. |
| 13 Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá | Inaugurada em 8 de dezembro de 1835. |
| 14 Logradouros Públicos de Paranaguá | Praça da Paz, Praça Eufrásio Correa, Largo Dr. Acioly, Praça do Rocio, Praça Fernando Amaro, Praça da Avenida Artur de Abreu, onde estão a Fonte Luminosa e o busto de Tamandaré, Vila Guarany, e outros recantos pitorescos como a Ilha dos Valadares, das Cobras, da Cotinga e do Mel, são recantos espiritualizantes e preferidos pelos que desejam encontrar-se consigo mesmos e observar em silêncio as belezas da paisagem natural. |
| 15 Palácio da Cultura | Conjunto arquitetônico moderno, onde estão instalados os Departamentos de Educação e Cultura e o de Turismo e Divulgação, a Biblioteca Pública Municipal "Leôncio Correia", Auditório com capacidade para 100 pessoas sentadas e o Relógio do Sol, e nas proximidades, o Ginásio dos Esportes "Dr. Joaquim Tramuja", o Centro de Saúde Pública, o Fórum da Comarca e a Agência da Empresa de Correios e Telégrafos, na qual nos anos passados foi instalado o Serviço de Telex. |
| 16 Porto de Paranaguá | Um dos mais movimentados complexos portuários do Sul do País, cujos recordes de carga são superados anualmente. Foi inaugurado em 17 de março de 1935 e é um dos preferidos pontos turísticos da cidade. |
| 17 Cascata da Colônia Quintilha | Queda d'água de impressionante beleza natural, anualmente visitada por milhares de pessoas. Às suas margens realizam-se anualmente festividades promovidas pela colônia japonesa radicada no município. |

| | |
|----------------------------------|--|
| 18 Estação Ferroviária da RFFSA. | Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. O trecho ferroviário Paranaguá-Curitiba, inaugurado em 5 de julho de 1880, é uma das mais gloriosas e audaciosas obras da engenharia nacional, cortando a Serra do Mar e indo de curva em curva descortinando as mais belas e deslumbrantes paisagens e os mais admiráveis abismos. |
| 19 Ilha do Mel | Além desses pontos históricos, turísticos e pitorescos, salienta-se a Ilha do Mel com suas extraordinárias praias, a Gruta de Encantada, o Rádio-Farol da Marinha de Guerra, a Corporação de Práticos da Barra, a Colônia de Pescadores e o Farol das Conchas, construído em 1872, sobre o Morro das Conchas, a 60 metros acima do nível do mar, com alcance de 20 milhas oceano adentro para orientação dos navegantes; e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, construída em 1767, cuja história está ligada ao incidente do navio “Cormorant”. Por isso é que se pode afirmar que o potencial turístico de Paranaguá é dos mais significativos do estado e do país, com um clima agradável, bastando que venham as soluções de infraestrutura para colocá-lo definitivamente nas agendas e nos roteiros de todos os turistas brasileiros e estrangeiros. |

FONTE: Edição histórica (1974).

Nota-se que dos atrativos citados no quadro um número acentuado está relacionado à abordagem cultural, com destaque para o patrimônio histórico e as datas de tais monumentos assim como indícios de restaurações das edificações.

Buscando temas relacionados ao turismo em Paranaguá na revista *O Itiberê*¹³, cujo acervo encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Da Paz (1975) cita os seguintes atrativos turísticos: o Mercado do Peixe, a Fontinha, as Igrejas (de São Benedito, da Ordem, Catedral, e a de Nossa Senhora do Rocio), Palácio Visconde de Nacar, Museu Histórico e Geográfico, Mercado Municipal, Rua da Praia, Loja Maçônica, Ilhas, Praças, Porto de Paranaguá (um dos pontos turísticos preferidos na época), o trem de passageiros e a estrada de ferro, a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres. O autor destaca também tanto a Praia de Leste como Pontal do Sul, pertencentes territorialmente a Paranaguá.

Com base nas informações do autor, verifica-se que nesse período as opções de atrativos ligadas ao turismo eram diversas, tendo forte valor histórico e cultural. Sobre as potencialidades do turismo em Paranaguá e a importância de receber bem o turista, tinha-se:

¹³ Durante o período de 1919 a 1998 circulou em Paranaguá uma revista denominada “O Itiberê”. Scheifer (2008) comenta que ela foi concebida por um grupo que se considerava capaz de colocar Paranaguá no rumo certo, ou seja, esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formando assim opiniões, tendo como instrumento a palavra escrita. As elites literário-culturais estavam decididas a exercer por meio da revista aquela que acreditavam ser sua missão: conduzir Paranaguá na linha do progresso.

Então é isso que Paranaguá pode apresentar a você, caro turista. E ela continua lhe esperando, sorridente, de braços abertos, carinhosa e amiga, porque sabe de sua importância, de sua colaboração para o nosso desenvolvimento sócio-econômico-turístico. Você vindo é um prazer. As portas da cidade estão abertas para lhe receber. Muito obrigado. (DA PAZ, REVISTA "O ITIBERÊ", 1975, p. 21).

FIGURA 6 - FANDANGO CAIÇARA



FONTE: IPHAN (2018)¹⁴.

Dentre as atrações culturais de Paranaguá está o Fandango:

Na arte folclórica temos o fandango, dança característica do litoral, que é acompanhada por mocinhas vestidas ao caráter, sob o som de violas, cujos batidos são feitos com tamancos. Felizmente, essa dança está regressando aos novos tempos, pois já estamos saturados de tantos tipos de sons e danças vindos do estrangeiro. Nós temos o necessário, portanto, é apenas uma questão de prestigiá-lo. No aspecto religioso temos diversas procissões durante o ano, de Nossa Senhora do Rocio, do Perpétuo Socorro, do Santíssimo Rosário, de São Benedito, do Bom Jesus do Emboaguassú e de Nossa Senhora Auxiliadora na Vila de Alexandra, além de cultos evangélicos e espíritas. O Carnaval de Paranaguá dispensa comentários, por ser conhecido de todos os paranaenses. É o melhor do Estado e um dos mais concorridos do Brasil. (DA PAZ, REVISTA O ITIBERÊ 1975, p. 21)

¹⁴ IPHAN. Apresentação de Fandango em Paranaguá. s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/103>. Acesso em: 02 dez.2018.

Ainda sobre o Fandango no litoral paranaense:

O Fandango, no Paraná, é uma festa típica dos caboclos e pescadores habitantes da faixa litorânea do Estado, no qual se dançam várias danças regionais, denominadas marcas do fandango. Temos registrado perto de trinta marcas diferentes, e muitas outras existem ainda, próprias de cada região em que se dança o fandango. As que temos anotado são as seguintes: Anu, Xarazinho, Xará-Grande, Queromana, Tonta, Dondon, Chamarrita, Andorinha, Cana-Verde, Marinheiro, Caranguejo, Vilão-de-Fita, Meia-Canja, Chico, Tiraninha, Lageana, Passeado, Feliz, Serrana, Sabiá, Recortado, Caradura, Sapo, Tatu, Porca, Estrala, Pipoca, Mangelicão, Coqueiro, Pega-fogo e outras, umas conhecidas em certas zonas e outras, noutras. As danças se dividem em dois grupos: as batidas e as valsadas ou bailadas. As primeiras se caracterizam pelo sapateado forte, barulhento, batido a tamanco ou sapato. Abafam quase completamente a música do conjunto. Esse bater do tamanco se chama em alguns lugares rufar. Nas segundas não há sapateado. São uma espécie de valsa lenta, em que cada dançarino baila em geral com o mesmo par, mais se arrastando do que dançando. (TRAMUJAS, 1996, p. 94).

Na mesma edição da revista, consta em destaque um mapa turístico com os principais atrativos divulgados na época em Paranaguá.

FIGURA 7 - MAPA TURÍSTICO DE PARANAGUÁ EM 1975



FONTE: O ITIBERÊ (1975).

A figura acima aponta os seguintes atrativos: Aeroparque, Catedral, Cascata, Casa do Monsenhor Celso, Chalé dos Sonhos, Clube Olímpico, Clube Literário, Clube Literário Campestre, Correio, Cemitério, Colégio Estadual, Colégio Estadual São José, Capitania dos Portos, Departamento de Turismo e Biblioteca, Estação Ferroviária,

Escola Normal, Faculdade de Filosofia, Fontinha, Igreja de São Benedito, Igreja de São Francisco, Ilha dos Valadares, Iate Clube, Inflamáveis, Museus, Mercado, Praça da Paz, Praça Fernando Amaro, Praça Eufrásio Correa, Praça Ubaldino do Amaral, Praça Almirante Tamandaré, Praça Manoel Ricardo, Porto, Prefeitura Municipal de Paranaguá, Palácio dos Esportes, Palácio do Café, Rótula, Rocio, Silos, Santa Casa, TRANSTURMA (telefone público).

Nas pesquisas sobre os meios de hospedagem em Paranaguá na revista *O Itiberê* (1975)¹⁵ foram encontrados: Líder Hotel, Novo Hotel Palácio, Hotel Santa Mosica (Praia de Leste), Anexo Hotel, Hotel Braz, Hotel Litoral, Hotel Central, Hotel Real, Hotel Piratininga, Hotel Santana, Hotel Flórida, Hotel Avenida, Hotel Ribamar.

A revista *O Itiberê* (1977) relata a implantação de um marco no desenvolvimento turístico de todo o litoral do Paraná, o Dantas Hotel, que teve seu projeto aprovado pelo Patrimônio Histórico do estado. A revista salientava a parceria da Prefeitura de Paranaguá, reconhecendo na época a construção do empreendimento como impulsionador do desenvolvimento do turismo na região:

O Dantas Hotel deverá estar concluído no decorrer de 1977 e sua inauguração vai marcar, de forma indelével, a presença, na história econômica da cidade de dois irmãos que oriundos do Rio de Janeiro, nesta cidade constituíram família há alguns anos e, desde então, vêm colaborando decisivamente para o progresso de Paranaguá. (REVISTA O ITIBERÊ, 1977, p. 14)¹⁶.

¹⁵ Revista *O Itiberê*. Paranaguá, ano 55, n. 45. junho-julho 1975, p. 29.

¹⁶Revista *O Itiberê*. Paranaguá, ano 57, n. 51. janeiro 1977, p. 14.

FIGURA 8 - ANÚNCIO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO E DIVULGAÇÃO DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ EM 1978

VENHA AO

LITORAL

Venha ao Litoral do Paraná e descubra um novo mundo de belezas, de encantos e de emoções... Ali é Guaratuba, depois Paranaguá, Matinhos, Guaqueçaba, Morretes e Antonina.

Não deixe de observar de perto suas paisagens naturais, consideradas as mais líricas, as mais rejuvenescedoras e as mais alegres. E daí vêm as praias, as ilhas, os costumes, o céu, as brisas, formando um todo quimérico e espiritualizante... É isso o Litoral do Paraná para você, amigo Turista, um sonho imenso para a sua alma, ou melhor, um mundo de sonhos para seu encantamento. (Swami Vivekananda).

**Departamento de Turismo e Divulgação da
Prefeitura de Paranaguá**

FONTE: O ITIBERÊ (1978)¹⁷.

A propaganda da Figura 8 faz menção ao Departamento de Turismo e Divulgação ligado à Prefeitura de Paranaguá. Nota-se que nesse período as estratégias de comunicação impressa utilizadas para atrair turistas colocavam como objetivo divulgar as praias do litoral paranaense, principalmente as de Matinhos e Ilha do Mel.

Na década de 1980, a Ilha do Mel¹⁸ era reconhecida como um destino de veranistas, mesmo com dificuldades pela precariedade de infraestrutura, transporte e comunicação com o continente (ABRAHÃO; CHEMIN; GÂNDARA, 2012).

¹⁷Revista O Itiberê. Paranaguá, ano 59, n. 58, agosto 1978.

¹⁸ Pertencente ao município de Paranaguá, a Ilha do Mel recebe grande número de turistas, por ser um atrativo de grande relevância natural. "A Ilha do Mel tem aproximadamente 95% de sua área composta por ecossistemas de restinga e Floresta Atlântica, o que a elevou à categoria de Estação Ecológica em

No final da década de 1980 começaram as articulações frente à gestão municipal para criação da Fundação de Cultura e Turismo (FUNCULTUR), o que representou grande avanço para as ações e planejamento do turismo.

Desde a década de 1950 até 1989, o município de Paranaguá veio apresentando aspectos relacionados ao desenvolvimento turístico e cultural de forma limitada. Desse período existem registros de atrativos com potencial para o segmento de turismo de sol e praia, como pôde ser verificado através dos materiais pesquisados que se referem aos atrativos turísticos diversos existentes, e os específicos relacionados à cultura.

Por ser um local de aspectos histórico-culturais potenciais, já eram percebidos no período alguns monumentos, o Fandango, e o surgimento, no final da década de 1960, do Conselho Municipal de Cultura, passo inicial importante para as políticas municipais voltadas à abordagem cultural.

Entretanto, a limitação quanto ao planejamento do turismo é evidente nesse período; pelo fato de Paranaguá abranger territorialmente as praias, a administração municipal tinha dificuldades para a gestão referente ao desenvolvimento municipal do turismo.

4.2 O TURISMO EM PARANAGUÁ DE 1990 ATÉ 2016

Na década de 1990, Paranaguá começou a buscar uma melhor forma de desenvolver-se turisticamente, Freitas (1999) relata que em 21 de dezembro de 1990, com a Lei Municipal nº 1.649¹⁹, foi alterado o nome da Fundação Cultural Nelson de Freitas Barbosa, passando a ser denominada Fundação de Cultura e Turismo Nelson de Freitas Barbosa (FUNCULTUR), e para o cargo de presidente foi nomeado o senhor Paulo Emmanuel do Nascimento.

1982. Em março de 2002 foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel, com uma área de 337,84 hectares. Seus principais atrativos são o Farol das Conchas, a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres e a Gruta das Encantadas. Dos seus 2.700 ha, apenas 200 têm permissão de uso - o restante é reserva ecológica (tombada pelo Patrimônio Histórico em 1975, é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná desde 1982). O turista dispõe de pousadas e pequenos restaurantes. A ilha tem cinco vilarejos: Fortaleza, Nova Brasília ou Brasília, Farol, Praia Grande e Encantadas". ILHA DO MEL, Informações gerais. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/guia-turistico/ilha-do-mel>. Acesso em: março 2018.

¹⁹ LEI MUNICIPAL Nº 1.649. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1990/164/1649/lei-ordinaria-n-1649-1990-dispoe-sobre-a-nova-estrutura-da-fundacao-de-cultura-e-turismo-nelson-de-freitas-barbosa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: novembro 2018.

Conforme a Lei, estas eram as competências da FUNCULTUR:

a) formular a política cultural e de turismo de Paranaguá; b) articular-se com órgãos federais, estaduais, municipais e instituições culturais, e de turismo de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas de qualquer iniciativa; c) conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo; d) emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal; e) promover o intercâmbio com entidades públicas e particulares, no Estado do Paraná, de outros estados da União mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário; f) promover espetáculos, exposições, conferências, debates, projeções cinematográficas; g) realizar promoções a integração social da população com vistas a elevação do seu nível cultural artístico; h) a promoção de propaganda turística de Paranaguá; i) a promoção do levantamento e da divulgação das atrações turísticas de Paranaguá; j) a elaboração de um calendário turístico e a promoção de sua execução; k) [...] l) a manutenção de serviços de informações a pessoas que visitem o município; m) o estímulo e apoio às iniciativas privadas que tenham interesse turístico; n) a organização e difusão de guias e eventos de interesse turístico; o) a proposição de acordos e convênios com entidades públicas e privadas para a execução de programas de natureza turística; p) a execução de planos e programas estabelecidos pelos órgãos estaduais e federais competentes; q) o assessoramento ao Prefeito nos assuntos de sua competência." (PARANAGUÁ, Lei nº 1.649).

Segundo Freitas (1999), uma das primeiras ações da Fundação de Cultura e Turismo foi a realização, na igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, entre 22 e 27 do mês de abril de 1991, da Semana de Cultura, com a seguinte programação:

Dia 22 - Abertura e Exposição

Dia 23 - Noite dos Clássicos com brilhante apresentação de renomadas pianistas locais

Dia 24 - Música Popular Brasileira

Dia 25 - Noite dos Corais

Dia 26 - Teatro de Fantoques

Dia 27 - Noite da Seresta.

Em todas as apresentações, o público superlotou o local, inclusive na parte externa, com imagens geradas e projetadas em telão [...] instalado. A igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, durante a Semana de Cultura, passou a denominar-se Teatro da Ordem. O Dr. José Vicente Elias, Prefeito Municipal, em 2 de julho desse mesmo ano, autorizou a ceder, sob a forma de direito real de uso, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

- SENAC - a propriedade onde foi sede do Conselho Municipal de Cultura, conhecida como "Casa de Monsenhor Celso". A sede da Fundação de Cultura e Turismo Nelson de Freitas Barbosa passou para a casa que pertenceu à família Lobo, localizada à rua Dr. Leocádio, também expropriada pela Prefeitura. - Lei Municipal nº 1.676, de 2 de julho de 1991. (FREITAS, 1999, p. 156).

É perceptível nesse período que as atividades culturais ganharam certa representatividade com a criação da FUNCULTUR. Percebe-se uma ligação direta entre turismo e cultura que acaba impulsionando ações, e a abordagem cultural começa a ganhar *status* em muitos aspectos que resultam ao longo dos anos em projetos e ações.

Com base em pesquisas sobre esse período, Gimenes (2011) afirma que a partir de 1990, mais precisamente no ano de 1993, a gestão municipal voltada ao turismo atentou para questões de cidadania e resgate da autoestima do parnanguara, e o Fandango ganhou força como valorização. Conjuntamente foram incorporadas ações voltadas à valorização do prato típico do litoral, o Barreado, que começou então a ser trabalhado de fato como um atrativo gastronômico pela FUNCULTUR.

A autora destaca:

Entretanto, mesmo sendo preparado nas residências, a ausência de restaurantes especializados na iguaria terminou por prejudicar as estratégias adotadas pelo poder público de divulgar intensamente o prato. Outro aspecto que parece não ter favorecido o fortalecimento da associação Barreado-Paranaguá é o fato de que, tradicionalmente, os restaurantes locais possuem como carro-chefe os frutos do mar e são conhecidos a partir de tal especialidade. (GIMENES, 2011, p. 189).

Ainda conforme Gimenes:

Em Paranaguá, no mesmo ano, o Barreado recebeu destaque a partir de sua associação com o fandango. Segundo Dirce da Silva, em 1994 foi realizado o Festival Internacional de Folclore em Paranaguá, cujo público chegou a doze mil pessoas. O Barreado foi preparado com o patrocínio da Associação Comercial e servido a todos os participantes. A ex-diretora de Turismo de Paranaguá relembra que foi a partir do sucesso deste evento que conseguiram despertar o interesse dos jovens para o fandango: a repercussão foi tanta que mais de oitenta jovens se inscreveram para as doze vagas oferecidas no Grupo Folclórico Mestre Romão, que objetivava resgatar e divulgar o folgado. A divulgação do Barreado, por sua vez, sempre acontecia conjugada com o fandango. Segundo a entrevistada, em todo evento em que era levado o Fandango era levado também o Barreado. (2011, p. 182).

É notório que dois elementos culturais passam a ser valorizados para o turismo: o Fandango e o Barreado, que receberam de fato uma atenção especial nas ações voltadas ao planejamento turístico.

Freitas (1994) apresenta uma relação de aspectos históricos e turísticos de Paranaguá, destacados no quadro abaixo:

QUADRO 8 - ASPECTOS HISTÓRICOS E TURÍSTICOS DE PARANAGUÁ

| | |
|----------------------------|--|
| Aspectos turísticos | <ul style="list-style-type: none"> - Igreja Matriz - hoje Catedral - Igreja do Glorioso São Benedito - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas - Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Rocio - Lenda das Rosas Loucas - Lenda do Pai Berê |
| Outras atrações turísticas | <ul style="list-style-type: none"> -Fonte Velha 21 -Colégio dos Jesuítas -Mercado Municipal -Palácio Visconde de Nacar -Casa Monsenhor Celso -Ilha dos Valadares -Ilha da Cotinga - Ilha das Cobras - Ilha do Mel |

FONTE: FREITAS (1994)

Na busca por materiais relacionados ao turismo em Paranaguá, encontrou-se um número significativo de reportagens na Revista “O Itiberê” nos anos de 1994 e 1995, conforme detalhado no quadro abaixo:

QUADRO 9 - PUBLICAÇÕES NA REVISTA O ITIBERÊ, RELACIONADAS A TURISMO EM PARANAGUÁ, ENTRE 1994 E 1995

| Título da matéria | Objetivo | Ano |
|---|---|------|
| Encontro de turismo em Paranaguá fortalece Litoral. | Discutir o desenvolvimento turístico, através do fortalecimento da relação dos órgãos públicos, federal, estadual e municipal. Temas abordados: o turismo e o produto turístico náutico e marinas; mecanismos de fomento e apoio financeiro ao setor de turismo; importância da formação dos recursos humanos para o turismo. Durante a solenidade foi distribuído o folder turístico dos caminhos do Paraná - Litoral, destacando as belezas e os principais atrativos tanto de Paranaguá como das demais cidades do litoral paranaense. | 1994 |
| Revitalização do Centro Histórico. | A reportagem referia-se a uma série de alternativas ambientais sobre a revitalização do Centro Histórico de Paranaguá, voltados para a Estação Ferroviária; trecho da rua Julia da Costa | 1994 |

| | | |
|--|---|------|
| | com ênfase na entrada da Estação Ferroviária; paisagismo. | |
| Prefeitura de Paranaguá resgata o Fandango. | Grupo Folclórico Mestre Romão parabeniza a prefeitura, através da FUNCULTUR, pelo resgate do Fandango. | 1994 |
| No Litoral a perspectiva é o desenvolvimento do turismo. | Destaque não só de Paranaguá, mas para as demais cidades do litoral paranaense, a reportagem cita o apoio do Sebrae e refere-se às primeiras reuniões com o objetivo de buscar meios para reverter o problema de sazonalidade, trazendo eventos para a baixa temporada do litoral, principalmente para as cidades do segmento de turismo de sol e praia. Teve a presença de representantes da Embratur. | 1994 |
| “Caminhos do PR” Encontro para municipalizar o turismo. | O encontro destinou-se a dirigentes da administração pública e empresários ligados ao turismo dos municípios do litoral do Paraná. Temas abordados no encontro: marketing turístico e o produto turístico náutico e marinas; turismo ecológico; mecanismos de fomento e apoio financeiro ao setor do turismo; formação de recursos humanos para o turismo. | 1995 |
| Paranaguá: turisticamente correta. | A reportagem traz uma visão crítica sobre a importância do desenvolvimento do turismo para Paranaguá, enfatizando a necessidade de parcerias como da Prefeitura de Paranaguá e a ACIAP (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá). Destaca o potencial da cidade, com o objetivo de buscar a consolidação do turismo. | 1994 |
| Grupo “Mestre Romão” passa a resgatar nossas lendas. | A matéria traz referências ao resgate do Fandango através da Funcultur, que vinha investindo no resgate, preservação e divulgação de lendas e tradições, com destaque para o grupo “Mestre Romão”, primeiro grupo folclórico de Paranaguá. | 1994 |
| Os novos caminhos para o turismo. | Destaque para o novo cenário do turismo mundial, salientando que as cidades com forte potencial devem estar atentas a essa nova fase significativa; a matéria cita ainda que já deveria ter começado há muito tempo um programa de qualidade total para o turismo, referindo localmente no caso de Paranaguá, onde o amadorismo precisa ser deixado de lado. | 1995 |
| Festa de Nossa Senhora do Rocio. | A reportagem menciona a importância da festa do Rocio, como também a boa participação da prefeitura na gestão e organização da festa (barracas, higiene, parque de diversões). | 1994 |
| ACIAP resgata a história e o turismo de Paranaguá. | Retrata a importância do valor histórico e cultural da cidade, de buscar seu reconhecimento como cidade “berço da civilização paranaense”. | 1995 |
| Paranaguá: Polo turístico do Paraná. | Incentiva as potencialidades turísticas para se consolidar como um polo do turismo. | 1995 |
| ACIAP e Marcio Assad se unem para o desenvolvimento do turismo em Paranaguá. | Ativar e estruturar o turismo em Paranaguá: na reunião onde a Funcultur e o prefeito estiveram presentes, foram discutidos problemas relacionados a falta de infraestrutura para a recepção de turistas, treinamento especializado e também a falta de projetos concretos para o turismo na cidade. | 1994 |

| | | |
|--|--|------|
| Projetos Cidades Históricas do Paraná. | Com Marcio Assad à frente, o projeto “Cidades Históricas do Paraná” visa através da produção de um vídeo estimular o turismo nas cidades históricas do Paraná (Paranaguá, Antonina, Morretes e Lapa), objetivando os principais polos do turismo, como também o Mercosul; sobre Paranaguá a matéria destacou apresentar toda a condição de se transformar no segundo polo turístico do Paraná, pelas diversidades de suas atrações, desde sua história até o ecoturismo, envolvendo as baías e suas ilhas. | 1994 |
| Centro Histórico do Paraná: uma riqueza do Paraná. | Destaca os pontos positivos de Paranaguá (Patrimônio, cidade histórica.) referindo-se a um polo turístico, e o trabalho que foi realizado pela prefeitura com a comunidade na revitalização do patrimônio do município. Na gestão em referência o Centro Histórico passou a ser visto como algo importante a ser preservado e a restauração tem sido incentivada. Parceria para a revitalização da estação de trem, entre a prefeitura e a rede ferroviária; reurbanização da praça Almirante Tamandaré objetivando receber melhor o turista; revitalização da Rua da Praia criando um novo roteiro turístico. | 1994 |

FONTE: O ITIBERÊ (1994,1995)²⁰.

Em abril de 1993 começou a operar uma linha aérea que atendia a cidade de Paranaguá, porém a empresa responsável, Pantanal Linhas Aéreas, não chegou a operar por muito tempo, encerrando o trajeto em 1997 visto que a demanda de passageiros não vinha atingindo o esperado²¹. Na busca por maiores informações sobre tal empresa, soube-se que:

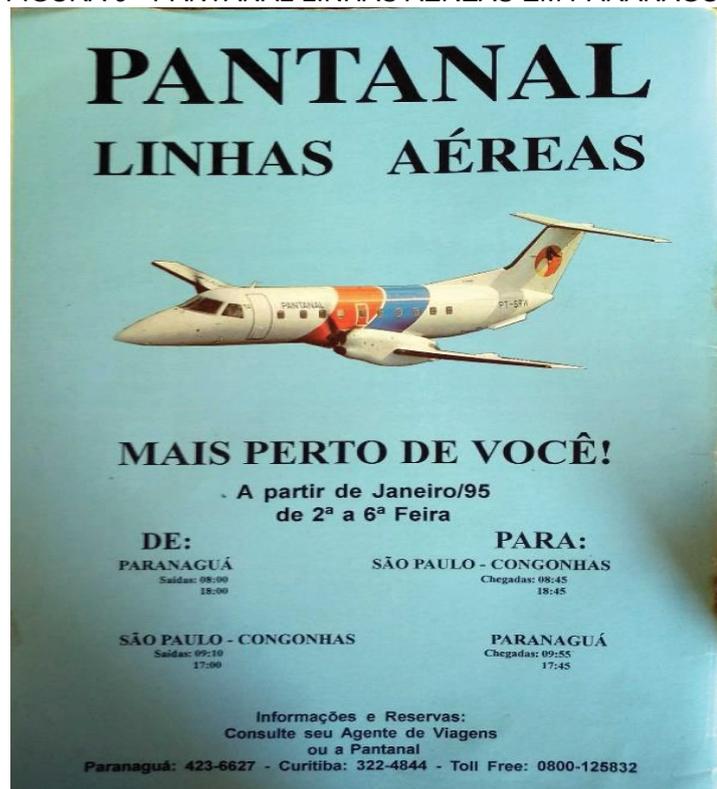
A Pantanal Linhas Aéreas começou a operar como empresa aérea regional em abril do ano passado. Suas rotas na época estavam concentradas nos Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A empresa começou a voar pelo Sul neste ano e já possui uma rota cobijada pelas empresas aéreas nacionais. Trata-se do trajeto entre os aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Bacacheri, em Curitiba. A tarifa dessa linha custa R\$ 96,13 (só ida). Com uma frota de apenas quatro aviões, a empresa conseguiu incluir nos seus roteiros as cidades de Paranaguá (PR), Florianópolis, Criciúma (SC), Caxias do Sul (RS) e Porto Alegre. (FRANCO, Folha Uol, setembro de 1994)²².

²⁰ As 14 matérias citadas no quadro constam em reportagens da Revista O Itiberê, nos anos de 1994 e 1995, pesquisadas no Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

²¹ No que diz respeito aos registros relacionados ao embarque e desembarque de passageiros nos aeroportos do Paraná, de acordo com os dados da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, entre os anos de 1995 até 2011, Paranaguá totalizou, no “Aeroporto Santos Dumont”, no ano de 1995 o embarque e o desembarque de 1.196 passageiros; em 1996 foram 1.738 passageiros; em 1997, 538 passageiros. Ao longo dos anos o número de passageiros foi diminuindo gradativamente, chegando a apenas 96 passageiros em 2011, que correspondem a voos particulares.

²² ROTA DA EMPRESA PANTANAL LINHAS AÉREAS EM PARANAGUÁ. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/15/turismo/6.html>. Acesso em: abril 2018.

FIGURA 9 - PANTANAL LINHAS AÉREAS EM PARANAGUÁ



FONTE: O Itiberê (1995).

Na gestão municipal de 1993-1996 foi criado o projeto “E agora? Projeto Onze”, desenvolvido pela FUNCULTUR com apoio da Secretaria Municipal de Educação. O projeto teve por objetivo conscientizar alunos da rede municipal de ensino sobre a importância do turismo para o desenvolvimento de Paranaguá, com elaboração de uma cartilha didática com vários assuntos voltados à cidade, desde seus atrativos turísticos até noções de amizade e respeito, como também visitação em edifícios históricos.

FIGURA 10 - CAPA DA CARTILHA “E AGORA? PROJETO ONZE”



FONTE: IHGP (2018).

Na apresentação da cartilha o texto destaca os principais objetivos, com uma abordagem voltada ao turismo:

Você já imaginou uma Paranaguá como centro turístico da região... ou mais ainda: o turismo servindo como fonte de renda da população, além do Porto? Pouca gente sabe mas o turismo é uma fábrica de progresso, trabalho e dinheiro, e nós de Paranaguá, temos tudo o que o turista precisa: monumentos, paisagens, ilhas, praias, histórias... Sem falar do nosso Porto! Só precisamos de uma coisa: receber bem o turista. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 1993-1996).

Nas informações disponibilizadas na cartilha o prefeito em exercício na época destacava: “o patrimônio natural e cultural, aqui existente é de grande riqueza, sendo dever de cada um de nós, divulgá-lo, na certeza de que o amor e respeito à terra e ao homem são as sementes desse desenvolvimento” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 1993-1996).

A Secretaria Municipal de Educação ressaltava a importância da relação entre educação, cultura e turismo partindo do contexto educacional, permitindo resgatar valores históricos, culturais e turísticos de Paranaguá, integrando conhecimentos nas diversas áreas de ensino.

Com esta proposta de trabalho a Fundação quer cumprir seu papel cultural, enquanto conscientiza, esclarece sobre os bens de que somos detentores, posto que o desconhecimento é a causa do desapego e até do descaso turístico, enquanto transfere ao cidadão parnanguara o conhecimento necessário para levar ao turista informações sobre as riquezas de nossa terra e a história do nosso povo, dando-lhes inúmeras razões para que conheça e permaneça em Paranaguá. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 1993-1996).

Sobre os atrativos turísticos destacados na cartilha com informações complementares encontram-se:

- Igreja Matriz;
- Igreja de São Benedito;
- Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas;
- Igreja do Rocio;
- Fonte Velha;
- Mercado Municipal;
- Casa Monsenhor Celso;
- Colégio dos Jesuítas;
- Palácio Visconde de Nacar;
- Ilha dos Valadares;
- Ilha das Cobras;
- Ilha da Cotinga;
- Ilha do Mel;
- Porto.

A cartilha também destaca a receita de Barreado, relatando que suas origens já vinham de alguns séculos nos municípios do litoral paranaense. Contém também informações sobre as lendas existentes e um estímulo ao desenvolvimento de artesanatos.

Refere-se também ao Fandango e sua tradição:

Os homens batem o sapateado com tamancos, e o ritmo é entremeado de palmas. O acompanhamento é constituído por uma ou duas violas, uma rabeça e um pandeiro (adufo). Os músicos cantam juntos com a música, mas

os que dançam não cantam. Por vez o violeiro não se contenta com o tocar e cantar, mas ainda bate, braceia, valsa e larga a viola para bater palmas. O fandango é dançado em toda a faixa litorânea do Paraná. O fandango começa ao anoitecer, sete ou oito horas, e só termina de manhã, depois do sol nascido. É comum dançarem da noite de sábado para domingo, descansarem durante o dia e recomeçarem à noite de domingo para segunda, emendando assim, duas noites consecutivas. Em Serra Negra, no Rio Medeiros e em outros pontos da Baía de Paranaguá, o fandango é dançado em cima do arroz, a fim de tirá-lo do casco. A isso se chama “fazer gambá”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, 1993-1996).

Sobre outras fontes relacionadas a tal projeto, reportagem da revista O Itiberê (1996) destacava que mais de 10 mil cartilhas foram para as escolas, apresentando uma Paranaguá rica em seu folclore e na arte, despertando nos estudantes uma aproximação espontânea de amor à cidade, resgatando o orgulho e admiração por sua gente. Destaca-se que uma das prioridades do projeto foi atingida pois os estudantes estavam aprendendo o Fandango nas escolas.

Gimenes (2011) relata que no ano de 1996 foi inaugurada em Paranaguá a Casa do Barreado, um restaurante que buscava recuperar e divulgar o tradicional Barreado, que passou a ser frequentado por turistas e visitantes. Os proprietários se interessaram pelo atendimento ao turismo e participaram de oficinas oferecidas pelo PNMT.

Feldens, Fiori e Rodrigues (1998) destacavam no informativo Paranaguá 350 anos, lançado em 1998, informações, reportagens e imagens sobre o contexto evolutivo e o desenvolvimento de Paranaguá, com destaque aos aspectos histórico-culturais, reflexões sobre investimentos relacionados ao Porto, à Baía de Paranaguá e ao turismo. Comentavam também as obras que foram realizadas na Praça de Eventos Mario Roque, abrangendo uma área de 25 mil metros quadrados, com centro gastronômico, trapiche e inovações para o atendimento ao turista.

Os autores destacavam os objetivos do prefeito em exercício na época, visando o desenvolvimento do turismo:

[...] enfatizou o compromisso com a Paranaguá do futuro. “Vislumbramos as potencialidades que se transformarão em alavancas do progresso”, disse, referindo-se particularmente à indústria do turismo. No tocante ao turismo, o prefeito lembrou que Paranaguá tem boas condições para se inserir nesse segmento. E enumerou os apelos turísticos da cidade: o Centro Histórico com um rico acervo arquitetônico; a baía; considerada pela ONU um dos mais expressivos estuários pela sua diversidade; as belezas das ilhas, a partir da Ilha do Mel. E o próprio porto, o maior da América Latina na movimentação de granéis. (FELDENS; FIORI; RODRIGUES, 1998, p. 12).

No mesmo informativo, Mazza (1998) destacava que Paranaguá, cidade-mãe do Paraná, chegava aos seus 350 anos disposta a buscar uma renovação e recuperar suas raízes ao apostar na cultura, tanto na recuperação de seus prédios como na preservação histórico-artística, com o objetivo de preservar a raiz parnanguara, que tempos de globalização exigem adequação rápida frente aos desajustes sociais e que, portanto, Paranaguá deveria se preparar, sendo essencial o resgate tanto de suas raízes e identidade como o esforço em um mundo repetitivo, estereotipado, padronizado.

A FUNCULTUR foi extinta no ano 2000; em toda sua existência passou por 3 gestões municipais, tendo grande representatividade em prol do turismo e da cultura em Paranaguá. Nesse período, recriaram-se tanto o Conselho Municipal de Cultura como o Conselho Municipal de Turismo.

No ano 2000 foi criada a Fundação Municipal de Turismo Dr. Joaquim Tramujas (FUMTUR)²³, e para ações voltadas à cultura teve-se a criação da Fundação Municipal de Cultura (FUMCUL).

Dentre os principais objetivos da FUMTUR destacavam-se:

- identificar as atrações turísticas de Paranaguá;
- divulgar, em nível local, nacional e internacional, essas tradições;
- elaborar o calendário turístico, promover sua execução e divulgação;
- manter serviços de informações a pessoas que visitem o Município;
- estimular e apoiar as iniciativas privadas que tenham interesse turístico;
- organizar e difundir guias anuais e eventos de interesses turísticos;
- propor acordos e convênios com entidades públicas e privadas para a execução de programas de natureza turística;
- elaborar, em parceria com diversas áreas da administração, projetos interdisciplinares com objetivos turísticos;
- assessorar o Prefeito nos assuntos de sua competência.

²³ CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO, LEI Nº 2.175, de 27 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2000/217/2175/lei-ordinaria-n-2175-2000-cria-a-secretaria-municipal-de-planejamento-semupla-autoriza-o-poder-executivo-a-criar-a-fundacao-municipal-de-turismo-e-estabelece-outras-providencias#>. Acesso em: dezembro 2018.

Em 28 de setembro de 2001 foi promulgada a Lei nº 2.218²⁴, que instituiu o Dia Municipal do Fandango e do Barreado no município de Paranaguá, visando meios de manter a tradição e a cultura: “Art. 1º - Fica criado no município de Paranaguá o Dia Municipal do Fandango e do Barreado que recairá anualmente no 3º domingo do mês de agosto”.

Conforme destaca a Lei, os principais objetivos da criação desse dia foram: divulgar, disseminar, promover, preservar, expressar, ensinar, estudar, historiar o Fandango e o Barreado, resguardando suas formas típicas e tradicionais.

Em 2002, pela Lei nº 2.298²⁵ foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR), com a finalidade de buscar recursos para o desenvolvimento de programas e manutenção dos serviços de turismo no município.

Seus principais objetivos estavam centrados

I – na implantação e desenvolvimento de projetos turísticos no Município; II – na manutenção dos serviços de turismo do Município a cargo da Fundação Municipal de Turismo “Dr. Joaquim Tramujas” – FUMTUR; III – na promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos da FUMTUR, ou apoiados por esta; IV – na divulgação das potencialidades turísticas do Município, através de folheteria e/ou dos meios de comunicação, mídia a nível local, estadual, nacional e internacional, V – no desenvolvimento de projetos de qualificação e aprimoramento dos profissionais dos serviços turísticos; VI – no desenvolvimento de outros projetos ou atividades do interesse da política municipal, ou regional, de turismo apoiados pela FUMTUR. (LEI Nº 2.298).

Cabe destacar que o FUNDETUR, administrado pela FUMTUR, executava seus objetivos em consonância com o Conselho Municipal de Turismo, que, elaborado na década de 1990, passou por algumas mudanças quanto aos objetivos, alterados para o que consta abaixo:

I – elaborar o Plano de Turismo do município e encaminhá-lo para aprovação do Prefeito Municipal; II – aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo; III – coordenar, incentivar e promover o turismo no município de Paranaguá; IV – fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo; V – estudar e propor à Fundação Municipal de Turismo “ Dr. Joaquim Tramujas” – FUMTUR, medidas de difusão e amparo ao turismo, em colaboração com os órgãos e entidades no Município; VI – promover junto à comunidade, com ênfase nas instituições educacionais campanhas no sentido de incrementar o turismo no município; VII – propor medidas de

²⁴ Lei relacionada ao Dia Municipal do Fandango e do Barreado em Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2001/221/2218/lei-ordinaria-n-2218-2001-cria-o-dia-municipal-do-fandango-e-do-barreado-no-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias-2001-09-28>. Acesso em: dezembro 2018.

²⁵ Criação do Fundo de Desenvolvimento do Turismo. Lei nº 2.298, de 16 de outubro de 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2002/230/2298/lei-ordinaria-n-2298-2002-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-fundo-de-desenvolvimento-de-turismo-e-da-outras-providencias-2005-04-27-versao-compilada>. Acesso em: dezembro 2018.

aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução da Política de Turismo no município. (LEI Nº 2.298).

O documento buscava atender o planejamento turístico como um todo e a relação com o Ministério do Turismo nesse processo:

Desde 2003, com a instituição do Ministério do Turismo, o Brasil teve um ganho significativo no desenvolvimento da atividade turística. A construção de políticas voltadas ao planejamento por meio de uma Gestão Descentralizada e a construção de políticas como o Programa de Regionalização e projetos de apoio à qualificação, estruturação da oferta e comercialização de produtos turísticos são fundamentais para o crescimento continuado e sustentável da atividade. (MTUR, 2008, p. 18).

Nesse período, o Porto de Paranaguá atraía um destacado número de turistas. Segundo dados do documento “Paraná – Estudo Estatístico 20 anos de Turismo” (2014)²⁶, o movimento de visitação no Porto era registrado desde 2004, quando se iniciaram as visitas monitoradas. Em 2008 houve um pico de 36,7 mil visitas; nos anos seguintes esse número foi diminuindo. Mesmo assim, no período de janeiro a outubro de 2009, o Porto recebeu mais de 15,7 mil visitantes. O serviço era gratuito e a visitação acontecia aos sábados e domingos em três horários (9h30; 10h30; 11h30).

Nesse período eram oferecidas visitas guiadas aos sábados e domingos, com um atrativo a mais para turistas e visitantes: um micro-ônibus com um monitor que prestava informações sobre o Porto, percorrendo por cerca de 30 minutos a área portuária interna.

No levantamento de maiores informações sobre a visitação no Porto de Paranaguá, teve-se conhecimento pelo *site* oficial²⁷ do órgão que “Por questões de segurança e restrições de acesso às áreas portuárias, não é possível o atendimento para visitas turísticas, nosso atendimento, com agendamento prévio e sujeito a confirmação, é feito apenas para grupos com o perfil de visitas técnicas (comerciais e acadêmicas) e há a necessidade de virem com uma condução coletiva própria (ônibus, micro-ônibus ou van)”.

²⁶ PARANÁ TURISMO/SEBRAE-PR. Registros de visitação no Porto de Paranaguá. Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_Estudo_Estatistico_20_anos_Turismo__1.pdf. Acesso em: janeiro 2018.

²⁷ VISITAS AO PORTO DE PARANAGUÁ. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=335>. Acesso em: janeiro 2018.

A partir da criação do Ministério do Turismo, foi criado também o Programa de Regionalização do Turismo, que identificava 65 destinos indutores no Brasil. No estado do Paraná foram contemplados no programa 3 destinos: Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá. No caso de Paranaguá um dos fatores que contribuiu para sua inclusão foi o fluxo turístico na Ilha do Mel.

No documento do Projeto 65 destinos indutores²⁸, a parte específica sobre Paranaguá destaca os resultados do estudo de competitividade sobre itens, como: infraestrutura geral, acesso, serviços e equipamentos turísticos, *marketing*, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais.

No que se refere ao subitem Planejamento comprova-se que:

O destino Paranaguá obteve uma nota abaixo da média do grupo de cidades não capitais. Como resultado da priorização das variáveis, o destino listou a existência de planejamento para a cidade e para a atividade turística como uma das de baixa prioridade, atribuindo a pontuação de 31,0. O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento básico da política de desenvolvimento de uma cidade. Sua principal finalidade é orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural e na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar, em longo prazo, melhores condições de vida para a população. Em virtude de sua importância, a legislação brasileira determina que cidades acima de vinte mil habitantes elaborem seus planos diretores municipais. Por seu caráter ordenador, a existência de planejamento por meio de um PDM, principalmente se contemplar o setor de turismo, é fundamental para a competitividade de um destino turístico. (PARANAGUÁ/ESTUDO DE COMPETITIVIDADE DOS 65 DESTINOS INDUTORES, 2007, p. 21).

Para o reconhecimento de uma localidade turística como destino indutor alguns itens são importantes. Na sequência é apresentado o resultado referente ao município de Paranaguá, frente às dimensões analisadas. Como pode ser verificado na Tabela 1, tem-se valores significativos: o item aspectos culturais, por exemplo, apresenta nota maior do que o nível geral do Brasil e das capitais. Também em políticas públicas, Paranaguá destaca-se acima tanto da média Brasil, como das capitais.

TABELA 1 - RESULTADO DA SOMA PONDERADA DAS 13 DIMENSÕES RELACIONADAS AO DESTINO INDUTOR PARANAGUÁ

| Dimensões | Brasil | Macrorregião | Capitais | Não capitais | Paranaguá |
|-----------|--------|--------------|----------|--------------|-----------|
|-----------|--------|--------------|----------|--------------|-----------|

²⁸ O projeto 65 destinos indutores teve como objetivos capacitar os atores locais para a gestão em turismo, ampliar os conhecimentos sobre planejamento estratégico, fortalecer a governança e a inter-relação dos destinos com as regiões em que estão inseridos.

| | | | | | |
|------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Total geral | 52,0 | 50,6 | 59,3 | 46,7 | 54,4 |
| Infraestrutura geral | 63,0 | 58,0 | 70,5 | 58,1 | 72,4 |
| Acesso | 58,7 | 59,4 | 69,9 | 50,8 | 49,2 |
| Serviços e Equipamentos turísticos | 44,3 | 44,9 | 56,1 | 35,9 | 40,3 |
| Atrativos turísticos | 57,6 | 54,0 | 55,8 | 58,9 | 57,5 |
| Marketing | 37,7 | 33,1 | 46,3 | 31,7 | 40,1 |
| Políticas públicas | 50,3 | 43,2 | 55,0 | 46,9 | 62,3 |
| Cooperação regional | 48,9 | 45,9 | 48,6 | 49,2 | 52,0 |
| Monitoramento | 34,8 | 33,4 | 41,6 | 30,0 | 41,3 |
| Economia local | 56,7 | 54,2 | 64,7 | 50,9 | 65,2 |
| Capacidade empresarial | 51,0 | 51,0 | 72,1 | 35,9 | 51,2 |
| Aspectos sociais | 57,2 | 57,2 | 62,5 | 53,5 | 58,4 |
| Aspectos ambientais | 58,2 | 60,3 | 62,6 | 55,1 | 61,4 |
| Aspectos culturais | 54,7 | 52,6 | 60,2 | 50,8 | 55,6 |

FONTE: MTUR (2007)²⁹.

O Ministério do Turismo (2008) destaca que o Plano Nacional do Turismo se baseia em uma ferramenta de planejamento, gestão e ação estratégica do governo federal no ordenamento e na promoção do turismo, para que gere uma atividade econômica competitiva. Entre as metas do PNT, salienta a de estruturar os 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional. A seleção destes destinos identificados como indutores do desenvolvimento do turismo no país é resultado de um trabalho no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, pautado nos princípios da cooperação, integração e da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e política para a estruturação de roteiros nas regiões turísticas brasileiras.

Com o objetivo de conhecer e entender a realidade dos principais destinos turísticos brasileiros e também como forma de fornecer subsídios para o planejamento e para a formulação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento das localidades turísticas, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. (MTUR, 2014, p. 2)³⁰.

²⁹ Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: Paranaguá. 2007-2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2008/Paranagua.pdf. Acesso em: maio 2018.

³⁰ ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE DO TURISMO NACIONAL DESTINOS INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2014/Jijoca%20de%20Jericoacoara_Relatorio_analitico_2014.pdf. Acesso em: junho 2018.

No ano de 2009, em uma das principais ações do projeto 65 destinos indutores do turismo, foram realizadas oficinas de sensibilização, treinamentos de gestores para o monitoramento dos destinos indutores e oficinas de capacitação. Ressalta-se que³¹

Implantar o programa de gestão é o grande desafio do MTur, já que um grupo gestor fortalecido e atuante é fundamental para que o destino aumente sua competitividade nos mercados nacional e internacional. Os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional compreendem as 27 capitais e municípios de vocação turística identificados pelo Programa de Regionalização do Ministério do Turismo.

A participação de Paranaguá como um dos 65 destinos indutores trouxe grande representatividade para a cidade. O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) destaca as principais ações desenvolvidas no ano de 2009 em Paranaguá:

Paranaguá, 2009, servidores participaram de cursos à distância, oferecidos pelo Ministério de Turismo, sendo eles: gestão de políticas públicas em turismo e regionalização do turismo. Atualmente, a FUMTUR conta com as parcerias da ISULPAR, IFPR, SESC, e SEBRAE - PR na realização de suas atividades. Dentre elas, a elaboração do inventário turístico municipal, e a quantificação dos empreendimentos turísticos e a movimentação hoteleira (PDITS, 2015, p. 151).

O PDITS aponta ainda vantagens e dificuldades do município:

Diferentemente dos demais municípios do litoral, Paranaguá possui uma FUMTUR, que utiliza de serviços terceirizados para a realização de eventos e para o deslocamento de sua equipe na participação de atividades e eventos do setor. O Plano Diretor do Município foi elaborado e aprovado em 2007 e contempla políticas relacionadas ao turismo. Por fim, conforme reunião técnica de estratégias e critérios municipais para o desenvolvimento regional – “Litoral do Paraná”, ocorrida em Antonina nos dias 30/09 e 01/10/2009, as principais dificuldades apontadas pelo Município de Paranaguá, no que diz respeito à gestão e articulação institucional, são: - integração entre o poder legislativo e executivo; - gestão e articulação orçamentária; - falta de envolvimento da iniciativa privada e comunidade; e - falta de mão de obra qualificada. (PDITS, 2015, p. 146).

O Jornal Tribuna do Paraná (2010)³² traz uma reportagem na qual afirma Paranaguá como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, destacando

³¹ OBJETIVOS DO PROJETO GESTÃO 65 DESTINOS INDUTORES DO TURISMO. Disponível em: <http://65destinos.blogspot.com/search/label/Hist%C3%B3rico>. Acesso em: maio 2018.

³² JORNAL TRIBUNA PR. Mais Cores e Diversão à História de Paranaguá. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/mais-cores-e-diversao-a-historia-de-paranagua/>. Acesso em: dezembro 2018.

também que o Centro Histórico de Paranaguá foi tombado pelo IPHAN no ano de 2009. A reportagem cita também que o então presidente da FUMTUR, Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima, afirmava que Paranaguá não teve o destaque merecido pelos próprios paranaenses e que a população paranaense deveria buscar conhecer suas raízes, pois o município exala cultura e história. O entrevistado comentava que o Centro Histórico, no qual se encontra a Rua da Praia, na margem esquerda do Rio Itiberê, é considerado o cartão postal de Paranaguá, pois conta com casarões construídos nos séculos XVIII e XIX e com a maior parte das atrações turísticas, como o Mercado Municipal, Mercado de Artesanato, Mercado do Café e o Museu de Arqueologia e Etnologia. Toda a área pode ser percorrida a pé. Destacava também os passeios pela baía de Paranaguá e as ilhas da região, com prioridade para a Ilha do Mel.

Uma reportagem do Jornal Gazeta do Povo (2011)³³ cita as principais opções de roteiros turísticos relacionados a Paranaguá, tais como:

- cultural: Fandango, Boi de Mamão e outras danças;
- natureza: Baía de Paranaguá e Ilhas, do Mel, da Cotinga e dos Valadares;
- histórico: Casario tombado pelo Patrimônio Histórico e museus.
- gastronômico: Barreado e frutos do mar.
- religioso: Templo de Nossa Senhora do Rocio e igrejas históricas.
- náutico: Porto de Paranaguá e passeios de barco pela baía.

Na temporada 2011/2012 foi realizada pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU), uma pesquisa de campo com passageiros que estiveram a bordo do navio de cruzeiro AIDAcara (navio de bandeira alemã) que esteve no Porto de Paranaguá³⁴. Foram entrevistados 377 passageiros. Quando perguntados sobre infraestrutura existente em Paranaguá, avaliaram os itens a seguir como ótimo: hospitalidade (57,8%), informação turística (47,9%), segurança (39,4%); transporte local (36,4%) e passeios (30,7%).

³³ PARANAGUÁ BOA PARA MORAR E PARA VISITAR. Gazeta do Povo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/litoral/paranagua-boa-para-morar-e-para-visitar-belfelnl3bxnrupbp141pwsu>. Acesso em: março 2018.

³⁴ ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE AO DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS NAVIO AIDA CARA EM PARANAGUÁ. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/AnalisesobreospassageirosdeNavioPortodeParanagua.pdf>. Acesso em: abril 2018.

Na sequência foram analisadas pelos técnicos da SETU as informações obtidas junto aos passageiros e elaborados pontos fortes e pontos fracos, cujo resultado é o constante no Quadro 11.

QUADRO 10 - PONTOS FORTES E FRACOS SEGUNDO ENTREVISTA REALIZADA COM PASSAGEIROS DE NAVIO DE CRUZEIRO EM PARANAGUÁ NA TEMPORADA 2011/2012

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Navios com capacidade para 1.186 passageiros e 360 tripulantes para cada parada; • alto poder de compra dos passageiros que desembarcam; • demanda potencial de pacotes turísticos com possibilidades de aumento na venda de excursões locais e regionais; • itens de infraestrutura e segurança bem avaliados; • envolvimento e sinergia das autoridades locais e da comunidade no receptivo; • possibilidade de uma campanha mais agressiva de prospecção de negócios com operadoras turísticas que trabalham o turismo náutico; • ganho no planejamento do porto e do espaço público da cidade com a integração funcional e o uso correto dos prédios históricos e da logística de recepção; • ação integrada na regeneração da cidade e do porto voltada à pauta de discussão do desenvolvimento regional. | <ul style="list-style-type: none"> • Falta de serviços de alfândega especializado; • sistema de paradas deve ser negociado com as operadoras; • superar a barreira do idioma (alemão, inglês e espanhol), item com problemas na avaliação geral; • falta de planejamento estratégico de longo prazo (investimento para atracamento de navio e terminal de porto turístico são muito caros); • infraestrutura necessária precisa de planejamento e financiamento de longo prazo, com o aval do estado; • possíveis conflitos entre a hotelaria local e os navios de passageiros, quando o uso dos navios substitui a demanda hoteleira existente. |

FONTE: SETU (2018).

O Guia Histórico, Turístico e Cultural (2012), lançado por iniciativa da FUMCUL, em parceria com a FUMTUR, além de informações históricas sobre o surgimento de Paranaguá, traz relatos relacionados à Ferrovia, Carnaval e Banho à Fantasia, destacando a tradição de tais festas no transcorrer de décadas. Trata-se de um guia turístico com levantamento de muitos atrativos turísticos relacionados principalmente ao patrimônio histórico de Paranaguá, como também um enfoque para a Ilha do Mel.

Com relação às tradições e costumes, o guia traz informações sobre o Fandango parnanguara como um misto de fandango espanhol (dança de andamento vivo, em compasso ternário ou binário composto, cantada e sapateada ao som de guitarra e castanholas) com as danças de nossos índios carijós (FUMTUR, 2012, p. 34).

O guia destaca também os grupos de Fandango e enfatiza que a FUMCUL tem apoiado as manifestações folclóricas em Paranaguá, com oficinas de repasse,

patrocínios a viagens e ao ensino do Fandango nas escolas de período integral. Cita ainda que existem em Paranaguá diversos grupos folclóricos que apresentam o Fandango de Tamancos e outras manifestações folclóricas brasileiras, destacando manifestações e usos tradicionais e populares representativos em Paranaguá, como as festividades.

Consta no *site* oficial da prefeitura o “Observatório do Turismo de Paranaguá”, criado em 2012. É um núcleo de estudos e pesquisas com estatísticas do turismo na cidade, desenvolvido pela Fundação Municipal de Turismo com finalidade de pesquisar, registrar, informar e gerenciar os resultados de pesquisas como instrumento de planejamento e gestão estratégica³⁵.

Feitoza e Novais (2014) afirmam que a potencialidade turística existente em Paranaguá foi um dos fatores que motivaram a criação do Observatório do Turismo, com um banco de dados sobre os estabelecimentos formais ligados à atividade turística, incluindo principalmente pesquisas voltadas à Ilha do Mel, e o perfil dos hóspedes, procedências, motivações de viagens, permanência na cidade, dentre outras variáveis, como a pesquisa de demanda nos eventos realizados.

O *site* da prefeitura permite acesso a pesquisas, inventários e relatórios turísticos realizados pelo Observatório do Turismo.

QUADRO 11 - PESQUISAS, INVENTÁRIOS E RELATÓRIOS TURÍSTICOS REALIZADOS PELO OBSERVATÓRIO DO TURISMO

| | |
|--|--|
| Inventários | <ul style="list-style-type: none"> • Inventário da Oferta Turística dez/2014 • Inventário Turístico Alimentos e Bebidas dez/2016 |
| Pesquisas Feira da Lua | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Pesquisa Feira da Lua |
| Pesquisas Ilha do Mel | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Ilha do Mel 2015 • Relatório Ilha do Mel 2013/2014 • Relatório Ilha do Mel 2015/2016 |
| Pesquisas Carnaval | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Carnaval 2015 • Relatório Carnaval 2014 • Relatório Carnaval 2013 |
| Pesquisas centrais de Informações Turísticas CIT | <ul style="list-style-type: none"> • Relatórios centrais de informações turísticas |
| Pesquisas de Festas de Nossa Senhora do Rocio | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Festa de Nossa Senhora do Rocio 2014 • Relatório Festa de Nossa Senhora do Rocio 2013 |

³⁵ OBSERVATÓRIO DO TURISMO. Disponível em: www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/observatorio-do-turismo. Acesso em: janeiro 2018.

| | |
|--------------------------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Festa de Nossa Senhora do Rocio 2012 |
| Pesquisas Festa da Tainha: | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Festa Nacional da Tainha 2017 • Relatório Festa Nacional da Tainha 2015 • Relatório Festa Nacional da Tainha 2014 • Relatório Festa Nacional da Tainha 2013 • Relatório Festa Nacional da Tainha 2012 |
| Desempenho da Hotelaria | <ul style="list-style-type: none"> • Relatório anual da Conjuntura Turística da Hotelaria de Paranaguá 2014 • Boletim Hotelaria – primeiro quadrimestre 2012 • Boletim Hotelaria – primeiro semestre 2012 • Boletim Hotelaria – segundo quadrimestre 2011 • Desempenho da hotelaria – terceiro quadrimestre 2011 |
| Boletim do Turismo | <ul style="list-style-type: none"> • Boletim do Turismo – primeiro semestre 2013 • Boletim do Turismo – segundo semestre 2012 |
| Taxa de ocupação hoteleira | <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de ocupação hoteleira – novembro 2012 • Taxa de ocupação hoteleira – outubro 2012 • Taxa de ocupação hoteleira – setembro 2012 • Taxa de ocupação hoteleira – agosto 2012 • Taxa de ocupação hoteleira – julho 2012 |
| Indicadores do Turismo | <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores do Turismo – segundo semestre 2013 |
| Pesquisa Parada de navio de cruzeiro | <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Parada de navio – temporada 2013-2014 |

FONTE: Prefeitura Municipal de Paranaguá (2018).

No tocante à cultura, nota-se no quadro que o carnaval é já tradicional, como o é a Festa de Nossa Senhora do Rocio, relacionada ao turismo religioso em Paranaguá.

As festividades que acontecem no Santuário do Rocio³⁶ sempre são realizadas no mês de novembro, e se estendem geralmente por 2 semanas, com shows musicais, barracas gastronômicas e de produtos diversos, parque de diversões, e as tradicionais programações religiosas (missas, novenas, procissões).

³⁶ Sobre o início das festas à Nossa Senhora do Rocio em Paranaguá, Matos (2010) relata que, embora a festa tenha passado a ser realizada anualmente desde 1813, foi somente a partir de 1843 que a hierarquia da Igreja passou a organizá-la, contando com celebração eucarística e a participação dos devotos da região e presença de peregrinos de diversos lugares do Paraná. As festas em honra à Virgem do Rocio antes de 1843 eram realizadas pelos devotos leigos, que convidavam ministros ordenados e oradores sacros para celebração dos atos litúrgicos. A cada ano que passava a procissão e os festejos tornavam-se mais importantes para o povo do Paraná.

Maia (2010) relata que as festividades dedicadas à Nossa Senhora do Rocio, parte do turismo cultural-religioso, valorizam a dimensão histórica e cultural do município, não se restringindo apenas à região do litoral, mas também atraindo dioceses do interior do Paraná e de outros estados do Brasil.

Foi inaugurada em 2013, no aniversário de 365 anos de Paranaguá, a Linha Turismo, um ônibus destinado aos turistas para conhecer os atrativos parnanguaras. Ao adquirir o ingresso o turista/visitante recebia um mapa com os principais atrativos, conforme consta na Figura 11:

FIGURA 11 - MAPA TURÍSTICO DE PARANAGUÁ, DISPONIBILIZADO NA LINHA TURISMO



FONTE: Prefeitura de Paranaguá (2013).

A ideia do projeto teve a adesão do Poder Executivo e, por meio da Fundação Municipal de Turismo e da Viação Rocio, foram providenciados os ônibus, situados os pontos de parada, realizadas a plotagem do veículo e a confecção das passagens, conforme consta do site da prefeitura. No entanto, a Linha Turismo não durou muito

tempo; o *Jornal de Bairros*³⁷ publicou em seu *site*: “O principal motivo da inviabilidade desta boa iniciativa se deve ao sucateamento de alguns dos pontos turísticos incluídos no trajeto, aliado à falta de divulgação e a devida contrapartida por parte da prefeitura com a falta de manutenção dos pontos que estão em condições de serem visitados”.

A Linha Turismo contava com 34 atrativos turísticos, em que eram realizadas paradas. Do total de atrativos, um acentuado número relacionava-se cultura, pois, pelo formato em que o serviço era oferecido, o patrimônio histórico de Paranaguá ganhava maior representatividade.

FIGURA 12 - MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE PARANAGUÁ EM 2014 REALIZANDO VISITA TÉCNICA À LINHA TURISMO



FONTE: Prefeitura de Paranaguá (2014).

Feitoza e Novais (2014) comentam que Paranaguá tem como principal atividade econômica a área portuária, no qual contribui para ao turismo de negócios. Também possui atrativos naturais e culturais de grande representatividade, movimentando tanto os meios de hospedagem como a cadeia produtiva do turismo. Em 2014 foi inaugurado o aquário marinho, contribuindo para o aumento das taxas de ocupação hoteleira no município nos finais de semana.

No contexto geral, um aquário marinho por si só já desperta a curiosidade de turistas e visitantes, seja pela variedade de espécies marinhas, seja pela oportunidade de conhecer e entender melhor a dinâmica e o respeito à fragilidade dos biomas, proporcionando principalmente a educação ambiental. “Quando bem fundamentados

³⁷ LINHA TURISMO. Prejuízo e ônibus vazio. Disponível em: <https://www.jblitoral.com.br/litoral/prejuizo-e-onibus-vazio/>. Acesso em: março 2018.

em educação ambiental de qualidade, pesquisa científica séria e estratégias de conservação da biodiversidade, sempre oferecendo ótimas condições de acomodação e exposição e tratamento pautados pelo respeito à vida e ao bem-estar dos animais, aquários podem e devem ser vistos como importantes equipamentos de sustentabilidade para a sociedade. Torná-los também modernos equipamentos de turismo, lazer e entretenimento só reforça sua vocação”³⁸.

O Aquário Marinho de Paranaguá, localizado junto à Praça 29 de julho (onde são realizados os principais eventos municipais), tem em seu entorno o Museu de Arqueologia e Etnologia, serviços e passeios de barcos que realizam o transporte de turistas e moradores para as Ilhas saindo da baía de Paranaguá, o Mercado do Café, Mercado de Artesanato, Mercado Municipal e Mercado do Peixe, e também o acesso à ponte para a Ilha dos Valadares. O edifício do Aquário Marinho de Paranaguá surgiu a partir da compensação por danos ambientais causados pela explosão de um navio:

Em decorrência da explosão houve rompimento dos tanques de óleo no navio, resultando em vazamentos de óleo bunker, óleo diesel e óleos lubrificantes, num total aproximado de 291.000 litros, causando impactos de curto prazo, além de impactos de médio e longo prazo, ainda a serem dimensionados e avaliados, sobre os diversos ambientais do Complexo Estuarino de Paranaguá e da faixa costeira do litoral paranaense”. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2013)³⁹.

FIGURA 13 - ILUSTRAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ENTORNO DO AQUÁRIO MARINHO DE PARANAGUÁ

³⁸ AQUÁRIOS: FILOSOFIA E MISSÃO. Disponível em:

<http://www.aquariomarinhodorio.com.br/aquario-marinho/filosofia-e-missao>. Acesso em: março 2018.

³⁹ AÇÃO CIVIL PÚBLICA, EXPLOÇÃO NAVIO VICUÑA E CONSTRUÇÃO DO AQUÁRIO MARINHO. Disponível em: <http://www.mppr.mp.br/arquivos/File/ParanaguaCatalini0801.pdf>. Acesso em: janeiro 2018.



FONTE: Prefeitura de Paranaguá (2018).

Em 2016 realizou-se a VII Festa do Fandango Caiçara de Paranaguá, na Ilha dos Valadares. O evento teve como objetivo o fortalecimento da tradição do Fandango, e também proporcionar um espaço de discussão, intercâmbio e práticas relacionadas. Teve como organizadores a UFPR, A FUMCUL e o Instituto Federal do Paraná (IFPR) – campus Paranaguá.

FIGURA 14- DIVULGAÇÃO DA VII FESTA DO FANDANGO CAIÇARA DE PARANAGUÁ



FONTE: Ilha do Mel FM. Disponível em: <http://ilhadomelfm.com.br/vii-festa-de-fandango-iniciara-nesta-sexta-feira-19-na-ilha-dos-valadares/>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Em janeiro de 2017 o município passou por mudança de gestão, a FUMTUR e a FUMCUL foram extintas e foi criada a SECULTUR. Mesmo o Plano Master tendo ações previstas para execução até 2020, algumas barreiras foram colocadas na troca de gestão municipal.

Pode-se considerar, analisando o período de 1990 a 2016, que, a partir do início da década de 1990 houve interesse por políticas específicas para o desenvolvimento do turismo e da cultura no município de Paranaguá, já que os temas pertenciam a mesma pasta. Verificou-se também haver uma preocupação maior por parte dos gestores sobre a representação e resgate cultural aliado ao turismo, principalmente como foi constatado nos objetivos de implantação do Projeto “*E agora? Projeto onze*”. Observou-se também, pelos materiais analisados, que já eram perceptíveis alguns reflexos do PNMT para o município, com articulações municipais sendo desenvolvidas na última década do século XX.

Nota-se com a criação da FUMTUR e FUMCUL no início do ano 2000, substituindo a FUNCULTUR, um desenvolvimento mais adequado às necessidades impostas pelo início do século XXI. O país já contava então com o Ministério do Turismo, e o município realizou adequações advindas do Programa de Regionalização do Turismo.

Um dos fatores marcantes nesse período pós-ano 2000 em Paranaguá foi a sua inclusão entre os 65 destinos indutores, que ocasionou a criação de um primeiro plano de turismo municipal no ano de 2013, que consolidou o reconhecimento, necessário, de Paranaguá como destino turístico.

4.3 A IDENTIDADE CULTURAL DE PARANAGUÁ

No levantamento de informações sobre a identidade cultural de Paranaguá, observou-se a necessidade de compreensão de algumas questões fundamentais no tocante aos consideráveis valores históricos e culturais.

Mesmo depois de várias transformações, ao considerar diretamente o fator identidade, Paranaguá continua tendo uma relação direta com aspectos do passado, como a escravidão, a questão indígena e o ciclo do ouro. Mesmo o Fandango e a marca portuária dominante apresentam marcantes ligações com a história.

Boutin (1994) relata a passagem do botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire por Paranaguá em 1820, e que descreveu as características da

população na vila de Paranaguá como um grande número de indivíduos que, aos olhos dele, “parecem brancos à primeira vista”, mas tem sua origem com uma mistura de índios e portugueses e são chamados de caboclos, possuindo grande número de escravos. Fez ainda referência à Festa do Rocio e à Sexta-Feira Santa comemorada na cidade.

Um dos pontos marcantes no desenvolvimento cultural de Paranaguá é a criação do Clube Literário. Scheifer (2008) afirma que, criado em 1872, o Clube Literário de Paranaguá reunia diversas pessoas que compunham os “homens de letras” da cidade. O clube contribuiu com o ideal de investir tanto na modernidade da cidade como foi através dele que Paranaguá desenvolveu uma vida cultural literária, objetivando investir na civilidade dos costumes, na formação literária e cultural das elites, dotando Paranaguá de uma civilidade social e cultural.

Nas pesquisas relacionadas à identidade parnanguara, constatou-se uma ligação entre crenças e festividades e o desenvolvimento de Paranaguá.

Com leves variantes, sobrevivem na atual população, os costumes, formas comuns de pensamento, de crenças, de ação, de recursos técnicos do antepassado, sem prejuízo das inovações e modificações introduzidas pelo progresso moderno, bem como o gosto pelas festas religiosas, pelas expansões do carnaval, e hoje, por diversões. (JUNIOR, 1980, p. 136).

Junior (1980) afirma que desde 1821 já existiam relatos discretos da realização de carnaval em Paranaguá, porém só a partir de 1862 é que se pode documentar os carnavais paranaguenses.

Souza (2011) relata que as primeiras iniciativas de proteção ao patrimônio cultural do Paraná ocorreram em 1938, com o tombamento da Igreja de São Francisco das Chagas em Paranaguá, a Fortaleza da Ilha do Mel, a Matriz de Guaratuba e a Casa Lacerda, na Lapa.

Junior (2006) destaca que por volta dos anos de 1950 e 1960 Paranaguá já realizava festas de carnaval com grande representatividade e recebia não somente turistas do Paraná, mas do Brasil, e já havia nesse período carros alegóricos, escolas e blocos de samba e rei momo.

Ainda conforme Junior (2006), algo que remete à tradição parnanguara é o Banho à Fantasia, do qual se tem registros desde 1942. O autor menciona também a

realização do Barreado nos dias do carnaval. Sobre evento do Banho de Mar à Fantasia⁴⁰:

O Banho de Mar à Fantasia é um evento tradicional que marca a abertura do Carnaval na cidade. A concentração acontece na Praça Rosa Andrade, conhecida como Praça do Guincho. Trata-se de um evento bastante tradicional, que abre a programação do carnaval em Paranaguá e acontece pelas ruas do Centro Histórico da cidade, sempre aos domingos. Há mais de seis décadas, o cortejo encerrou com o mergulho no mar, ainda com a fantasia. A partir de então, a brincadeira foi batizada – Banho de Mar à Fantasia – e se repete todo ano. Esta tradição que começou há 70 anos e a cada ano atrai mais e mais foliões que brincam e dançam nas ruas. Em 2019, o percurso terá 1,5 km aproximadamente, saindo da Praça do Guincho até a Praça de Eventos Mário Roque, dispersando na Rua João Estevão, e contará com 3 pontos de apoio no trajeto. A passeata é precedida por um carro de som, e é comum os moradores das casas, por onde passa o circuito, ajudarem a refrescar os foliões com jatos d'água. Os foliões percorrem as ruas do centro da cidade com fantasias diversas ou com abadás dos blocos e terminam a festa na Praça de Eventos Mário Roque. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ).

Abrahão e Bahl (2011) afirmam que Paranaguá preserva parte relevante da história do Brasil, que é percebida nos monumentos e na arquitetura em que o processo histórico é refletido através da etnia, costumes e na própria organização política contemporânea. A associação desses elementos pode contribuir para o direcionamento do turismo, em especial na perspectiva da cultura, com destaque ao planejamento, tendo em vista a construção de políticas voltadas ao desenvolvimento incluyente.

De acordo com o levantamento conduzido desde 2007 no município foram identificados 120 bens culturais dos quais o IPHAN selecionou 27 para o trabalho de inventário e documentação (FUMTUR, 2009). Na mesma fonte consta que entre os bens documentados estão festas como a de Nossa Senhora do Rocio e de Nossa Senhora do Rosário, Boi de Mamão e a Lenda da Caveirinha, entre outros. Também menciona que foram incluídas manifestações como o Carnaval, a presença árabe na cidade e as colônias, que receberam imigrantes de diversos países. Como ressalva discorre-se que permanece, no entanto, a direção estadual de priorizar o registro do fandango caiçara como patrimônio cultural do Brasil. (ABRAHÃO; BAHL, 2011, p. 107).

Conforme informações no *site* do IPHAN⁴¹,

Paranaguá é uma cidade portuária e foi o primeiro núcleo urbano a se formar no Estado do Paraná. O seu Centro Histórico - tombado pelo Iphan, em 2009 - apresenta importantes exemplares da arquitetura colonial brasileira, como as construções da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e o Colégio dos Jesuítas. Destaca-se, ainda, o conjunto de sobrados da Rua da Praia, típicas moradias de quem detinha o poder econômico, na região, no

⁴⁰ BANHO DE MAR A FANTASIA: Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/secultur/event/70o-banho-de-mar-a-fantasia/>. Acesso em: dezembro 2018.

⁴¹ IPHAN. Paranaguá. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/391/>. Acesso em: dezembro 2018.

final do século XVI. Outras influências estéticas, como o neoclassicismo, foram absorvidas e podem ser observadas no prédio da Câmara Municipal e no Palacete Visconde de Nacar. Sua condição de cidade portuária levou a Paranaguá influências do neoclassicismo, em função do contato com a cidade do Rio de Janeiro e outros países. Essas características estão em construções como a Câmara Municipal, o Palacete Visconde de Nacar e o prédio comercial da Rua XV de Novembro (Casas Jaraguá), com fachada de azulejos e molduramento de vãos em cantaria. Com a construção do novo porto, em 1935, muitas áreas foram urbanizadas. (IPHAN, Ministério da Cultura, 2018).

Brambatti e Damas (2016) comentam que um município com um Centro Histórico caracterizado como o de Paranaguá torna-se um importante recurso turístico, pois remete a um período de poder econômico em que a cidade construiu importantes e monumentais prédios, edificações públicas e privadas, mansões e palácios. Esta identidade patrimonial marcou um período distinto na história da cidade, contribuindo dessa forma para que se formasse uma identidade parnanguara, somando-se a arte produzida nestes períodos, literatura, música, festas populares, como o Fandango, contribuindo assim para o conjunto de traços identitários da cidade e de distintas classes sociais.

Bortolucci e Jabur (2011) acreditam que é preciso que sejam efetivas as ações de preservação histórico-cultural em Paranaguá, mas que antes de tudo a população parnanguara seja inserida nesses atos para que a própria compreensão de sua identidade esteja em sintonia com a preservação patrimonial necessária, assim como é essencial realizar as devidas restaurações. Também é necessário promover ações de educação patrimonial tanto para os moradores como para turistas, para que seja obtida a devida importância do município.

Visando atender as demandas nacionais de folclore, foi criada em 15 de maio de 1948 a Subcomissão Paranaense de Folclore que fez surgir subcomissões estaduais de folclore. Nesse contexto, Paranaguá foi incorporada em 1959, no entanto o movimento começou a ganhar adesão com o intuito de assumir uma identidade nacional já em 1958, com uma campanha de defesa do folclore, que estimulava as atividades e os projetos de documentação e divulgação tanto em nível nacional como estadual, além de reuniões, encontros e publicações (MUNIZ, 2017).

Abrahão e Felisbino (2016) destacam que o Fandango, como uma manifestação de cultura popular, passou por processos de transformação, indo do mutirão a grupos organizados; os próprios fandangueiros sentiram tal mudança, por adaptações que foram feitas. Hoje, os jovens fandangueiros buscam medidas para

salvaguardar o legado recebido de seus antepassados ou adquiridos pelos ensinamentos dos mestres mais antigos. Com base em heranças e tradições culturais, o Fandango tem uma ligação direta com a identidade cultural de Paranaguá, tanto pelo valor histórico como pelo que agregou ao contexto da formação de identidade.

Ainda conforme Abrahão e Felisbino (2016), o Fandango é uma manifestação musical-coreográfica-poética e festiva relacionada à cultura caiçara, encontrado nos municípios de Iguape e Cananéia (litoral sul de São Paulo), Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes (litoral norte do estado do Paraná), estendendo-se a alguns municípios adjacentes como Peruíbe e Ilha Comprida (São Paulo). Especificamente sobre Paranaguá, as autoras afirmam:

A sociedade Parnanguara fundada sobre essa tradição, praticava o fandango como parte de suas manifestações culturais. Magnus R. Pereira relata que o fandango estava presente nos salões dos afortunados no período final do século XVIII. No entanto, a partir de 1792 ocorreram perseguição e desvalorização dessa prática. (ABRAHÃO; FELISBINO, 2016, p. 36).

Reconhecida por fatores culturais representativos e de tradições caiçaras expressivas tem-se a Ilha dos Valadares. Considerada um dos bairros mais populosos de Paranaguá, é ligada à cidade por uma ponte que foi inaugurada no ano de 1991 com 24 metros de extensão e ladeada pelos Rios Itiberê e Correias (JUNIOR, 2006). Ali se destaca o folclore existente, tendo como ponto-chave o tradicional Fandango, que já ultrapassou fronteiras, levando o nome de Paranaguá para outras localidades, principalmente tendo à frente o Mestre Romão.

Martins (2006) comenta que até a década de 1970 a Ilha dos Valadares era considerada refúgio de poucas famílias de pescadores e sitiantes, com um crescimento demográfico acentuado na década de 1980. O movimento migratório em direção à Ilha se iniciou na década de 1950, quando a comercialização do café e da madeira movimentava o Porto de Paranaguá. Nesse contexto, Valadares acabou se tornando um espaço privilegiado de convívio e de tensão entre historicidades, sociabilidades e a própria identidade.

Abrahão e Felisbino (2016) afirmam que a tradição cultural envolve uma intrincada relação entre a produção e a festa; em Paranaguá os contornos do perfil cultural se deram nos processos de ocupação do litoral do Paraná, onde ainda hoje se percebem elementos desse processo constituinte. Na Ilha dos Valadares, mesmo que de maneira dispersa, persistem os traços dos três pilares do modo de vida caiçara: o Fandango (existem quatro grupos: Ilha dos Valadares, do mestre Brasília Ferres;

Pés de Ouro, do mestre Nemésio Costa; Grupo Mestre Romão; e Mandicuera, do mestre Aorélio Domingues), a produção da farinha de mandioca e a pesca.

Em Paranaguá, o Grupo Folclórico Mestre Romão (criado na década de 50 pelo Prof. Inami Custódio Pinto, mas retomando suas atividades em 1993), o Grupo Mestre Eugênio (fundado em 2001, já extinto), o Grupo Pés de Ouro (formado a partir de 2004), o Grupo Caiçaras do Paraná (já extinto), o Grupo de Fandango da Ilha dos Valadares Mestre Brasília e o Grupo Mandicuéra (fundado pela Associação de Cultura Popular Mandicuéra em 2004), todos realizando bailes e apresentações culturais, também oficinas e palestras, alguns ainda atuando com formação de grupos infanto-juvenil, porém, saliente-se, todos derivam de dissidências, principalmente dos dois primeiros grupos ali fundados. (MUNIZ, 2017, p. 190).

Muito é atribuído ao Fandango como modo de vida caiçara, porém é necessário refletir sobre isso considerando as transformações nesse contexto, ou seja, sobre como elas passam a interferir nas heranças e identidades de tal modo de vida.

Sobre a cultura caiçara, Branco procura um entendimento crítico:

Assim, a cultura caiçara como a de outros grupos que permaneceram a margem do desenvolvimento intelectual nacional, é referida com maior ou menor travo de subalternidade. Mesmo para o investigador despojado de qualquer tendência discriminatória, torna-se difícil evitar os efeitos de um conceito que nasceu para distinguir aspectos de uma cultura nacional, considerados populares, mais simples e mais rústicos. (BRANCO, 2005, p. 21).

Tramuja (1996) traz relatos desde a década de 1960 que afirmam que o Fandango como uma dança típica do litoral paranaense de caboclos e pescadores se perde no tempo quanto às origens. A tradição já vinha deixando de marcar presença, no entanto historiadores, folcloristas e pesquisadores exercem destacado papel para que se mantenha viva essa manifestação cultural, quase esquecida pelas novas gerações.

O autor comenta que o Fandango do Paraná tem uma vitalidade e uma pureza raras, mesmo apresentando vestígios de desaparecimento, pois os jovens da nova geração não querem dançar o Fandango e preferem as danças modernas.

FIGURA 15 - BAILE DO FANDANGO REALIZADO EM 2017 NO MERCADO DO CAFÉ EM PARANAGUÁ



FONTE: Jornal Folha do Litoral. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/cultura-e-entretenimento/baile-de-fandango-acontece-neste-sabado/#.XMdBI7dKjIU>. Acesso em: 17 nov. 2018.

O Fandango caiçara é reconhecido pelo IPHAN como patrimônio imaterial da cultura, devido a sua importância no contexto e na identidade de Paranaguá⁴².

O Fandango Caiçara - registrado pelo Iphan em novembro de 2012 - é uma expressão musical-coreográfica-poética e festiva, cuja área de ocorrência abrange o litoral sul do Estado de São Paulo e o litoral norte do Estado do Paraná. Essa forma de expressão é um dos bens imateriais que compõe o Patrimônio Cultural do Brasil. Possui uma estrutura bastante complexa e se define em um conjunto de práticas que perpassam o trabalho, o divertimento, a religiosidade, a música e a dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres. O Fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques.

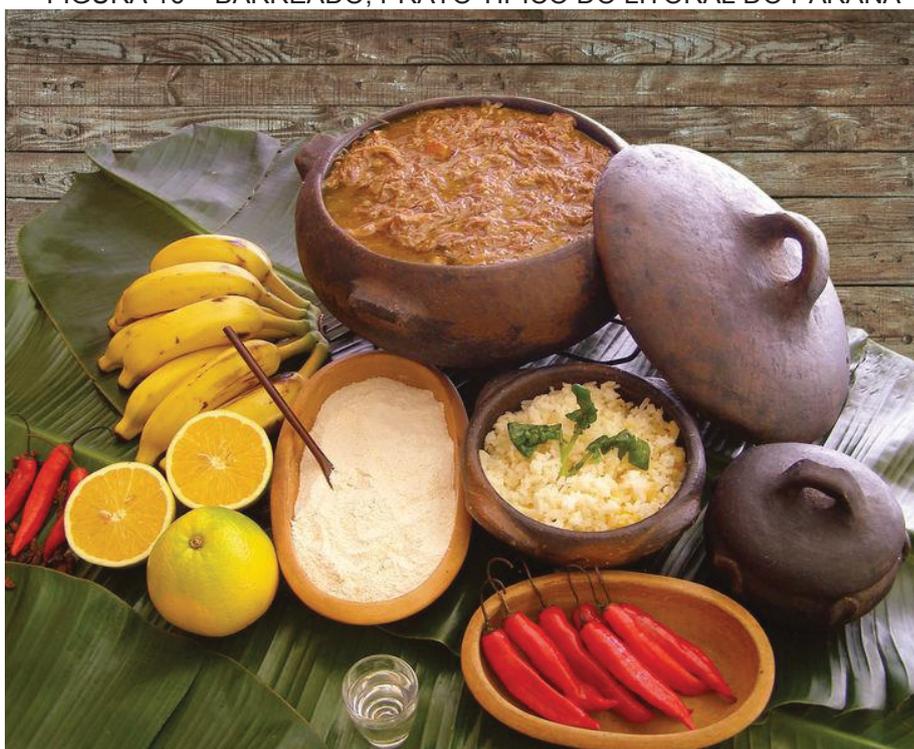
Segundo o PDDI (2007), o Fandango como patrimônio imaterial está presente nas festas populares, manifestações culturais, mantidas pela memória e perpetuadas pela tradição caiçara. Já na culinária típica, o Barreado é um prato que teve origem com os pescadores do litoral e cuja tradição remonta ao século XIX, tendo se estendido dos pescadores para o caboclo, porém sempre com as raízes do litoral paranaense.

Assim como o Fandango, o Barreado faz parte da identidade cultural parnanguara, é conhecido como o prato típico do litoral paranaense e apresenta

⁴² FANDANGO CAIÇARA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83>. Acesso em: dezembro 2017.

aspectos que vão além de um atrativo gastronômico. Gimenes (2011) relata que o Barreado preparado no litoral paranaense é feito à base de carne bovina cozida exaustivamente com condimentos, utilizando tradicionalmente como recipiente uma panela de barro totalmente fechada com goma de farinha de mandioca. O prato tem características marcantes na textura e na apresentação da carne, servida com farinha de mandioca e banana.

FIGURA 16 – BARREADO, PRATO TÍPICO DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=702>
Acesso em: 11 jan. 2019.

Comentando aspectos da tradição no litoral paranaense, a autora defende:

A importância do prato, entretanto, não se encerra na peculiaridade de seu preparo nem em seu sabor. Mais do que uma iguaria gastronômica, o Barreado é uma manifestação intimamente ligada a outras práticas culturais litorâneas, presente na mesa dos autóctones nos domingos, em casamentos, batizados e aniversários, bem como nas festas comunitárias e religiosas, vinculada até hoje aos festejos do Carnaval e ao Fandango. Símbolo de festa e fartura para as comunidades do litoral, o Barreado extrapolou o âmbito doméstico e alcançou a esfera comercial, sendo atualmente servido e degustado em larga escala em restaurantes dos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá. (GIMENES, 2011, p. 162).

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)⁴³ enfatiza a importância dos aspectos imateriais da cultura para a manutenção da identidade dos povos frente às rápidas mudanças da realidade contemporânea. Foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9.764, de 16 de agosto de 2016, a instituição do registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Paranaense:

Manifestações religiosas: Cavalhadas em Guarapuava; **Danças, Músicas:** Fandango no litoral paranaense; **Lendas:** Tarobá (Cataratas do Iguçu); Caa-Yari (Erva-mate); **Culinária e Iguarias:** Barreado e Cachaça Morretiana no litoral paranaense; **Integração das etnias dos imigrantes:** formação de brasilidades. (SEEC, 2018).

A Superintendência Estadual do IPHAN no Paraná⁴⁴ esclareceu que o Barreado não é registrado como bem imaterial pelo IPHAN, e que até o momento não existe processo nenhum de registro em andamento nesse sentido. Ainda destacou que ao Patrimônio Imaterial se aplica o Decreto nº 3.551/2000, que institui a figura do Registro, e não o Decreto-Lei nº 25/1937, que institui o tombamento. Tal informação é importante pois em muitos materiais pesquisados tal relação é confusa, não estando claros os pontos de vista entre a esfera estadual e federal.

No tocante ao patrimônio imaterial, o turismo pode contribuir para o revigoração dos saberes e fazeres populares e suas tradições, como, por exemplo, pelo aumento da visibilidade, pois o turismo cultural relaciona-se ao fortalecimento das identidades culturais e práticas socioculturais específicas que podem estar sofrendo um processo de desaparecimento (CARNEIRO; CARVALHO; OLIVEIRA, 2010).

Sobre o que de fato se entende por utilização do termo imaterial, Fonseca (2015) afirma que se associa à expressão do patrimônio cultural. Mas cabe ressaltar que os bens a que se refere o autor dependem necessariamente, como qualquer forma de comunicação humana, de um suporte físico para que se manifestem aos nossos sentidos. Por exemplo, por meio de transmissão oral, relacionados aos conhecimentos e técnicas tradicionais, e também de objetos (práticas artesanais); corpos em movimento, sons, e outros recursos materiais, como os instrumentos

⁴³ PATRIMÔNIO IMATERIAL, SEEC. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=259>. Acesso em: novembro 2018.

⁴⁴Superintendência Estadual do IPHAN no Paraná. Contato estabelecido via correio eletrônico em 25 de janeiro de 2019.

musicais, adereços relacionados a arte do espetáculo, rituais e atos tanto festivos como lúdicos.

Em Paranaguá na década de 1950 já ocorriam eventos voltados a manifestações relacionadas ao patrimônio cultural, como pode ser percebido na Figura 17.

FIGURA 17 - BARREADO OFERECIDO EM PARANAGUÁ AOS COMPONENTES DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE (1953)



FONTE: AZEVEDO (1975).

No que se refere à atividade portuária em Paranaguá, e que interfere diretamente em muitos aspectos da vida dos moradores, o município desenvolveu-se atrelado ao poder e às grandes marcas que utilizam o porto. Brambatti e Damas (2016) relatam que com a modernização do Porto firmou-se uma relação distanciada com os moradores, decorrente da própria dinâmica, como da gestão voltada a atender a crescente necessidade das exportações brasileiras, como parte da própria política de *commodities*, que pouco envolve a cidade em si. Abrahão afirma:

Nessa perspectiva, Paranaguá enquanto cidade portuária incorpora um papel dentro da rede de cidades do espaço produtivo ao qual o porto se liga. Todavia, esse papel é contraditório na medida em que a cidade perpetuou sua dependência da atividade portuária, em que pese a diversificação de sua economia, atividade responsável pelo fluxo econômico cada vez mais intenso, em detrimento de sua capacidade de geração de empregos. Efetivamente, esse processo constitui um dos caminhos da separação entre cidade e porto, mas não o único. (ABRAHÃO, 2011, p. 22).

A autora registra que contemporaneamente a cidade de Paranaguá apresenta um perfil de cidade portuária, porém os dados revelam que ela não conseguiu se expandir por não atrair os benefícios dos fluxos globais para uma parcela mais expressiva de renda para a população local:

No caso de Paranaguá, em função da atividade portuária que desde o século XIX marca a configuração de seu território, pode se dizer que a rede constitui marca essencial da identidade da cidade. Isso porque possibilitou que ela participasse de um grupo de cidades brasileiras e latino-americanas que se interligaram em função dos fluxos de exportação, bem como do tráfico de escravos. (ABRAHÃO, 2011, p. 36).

Sobre o porto no contexto de identidade de Paranaguá, Abrahão, Chemin e Gândara (2012) consideram que as riquezas patrimoniais, materiais e imateriais existentes no espaço que representa a cidade podem ampliar o olhar do observador que a identifica prontamente com a atividade portuária. Entretanto, se de um lado está a área portuária que apresenta uma faceta moderna e articulada aos grandes fluxos globais por meio das atividades econômicas típicas dos portos, de outro lado o núcleo histórico da cidade e sua interface com as ilhas que compõem a baía de Paranaguá simbolizam seus arcaísmos, sua tradição pré-moderna, e ambos os lados compõem o mesmo núcleo urbano cidade histórica e porto, mas de fato explicitam temporalidades distintas por meio da própria configuração espacial.

Tratando de assunto diretamente ligado à forma de vida dos moradores, cabe comentar que sua identidade cultural vem passando por fatores mais negativos que positivos, o que é sentido diretamente pelos parnanguaras, principalmente no turismo, como o descaso com o patrimônio histórico, impactos negativos advindos do porto, dentre outros fatores econômicos e ambientais que interferem direta e indiretamente no cotidiano.

No que tange ao turismo, a identidade cultural precisa ser ressignificada, visto a bagagem histórica e cultural que faz parte da história, dos costumes e tradições.

4.4 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ

Durante décadas a Estação Ferroviária de Paranaguá teve grande importância para a sociedade como um todo em aspectos econômicos e políticos. Citam-se dados históricos levantados pelo Museu Paranaense⁴⁵:

[...] já no dia 19 de dezembro de 1884, no 31º aniversário de emancipação política do Paraná, o primeiro trem chega à cidade de Curitiba. Não era ainda a inauguração oficial. Esta acontece no dia 2 de fevereiro de 1885, o trem que fez a viagem, apinhado de autoridades locais e nacionais e um grande número de jornalistas (entre eles, por exemplo, Capistrano de Abreu, então repórter da “Gazeta de Notícias”, do Rio), partiu de Paranaguá às 10 horas da manhã. Na extensão de 110 km, foram realizadas 420 obras de engenharia, onde se incluíram 13 túneis, 30 pontos e vários viadutos de grandes vãos, como os de São João e do Carvalho. Além de seis estações. (MUSEU PARANAENSE, 2017).

Sobre a Estação Ferroviária de Paranaguá, Wilke (2006) afirma que a pedra fundamental foi lançada em 5 de junho de 1880 e contou com a presença do imperador Dom Pedro II e da imperatriz do Brasil, e foi inaugurada em 1885 pela princesa Izabel. A estrada de ferro é reconhecida como uma das maiores obras de engenharia ferroviária do mundo.

Na lista de bens tombados e em processo de tombamento disponibilizada no portal do IPHAN⁴⁶, a Estação Ferroviária de Paranaguá é classificada como infraestrutura e equipamento urbano, tem como início para os processos de tombamento o ano de 1983 e a situação em que se encontra é “instrução”. Verificou-se também que no portal do IPHAN consta uma lista do patrimônio cultural ferroviário, realizada de 2007 a 2015⁴⁷, em que a Estação de Paranaguá está referenciada como “Bens declarados de valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010”, a citação é como “identificação de bem” e a data de inscrição é 28 de abril de 2009.

A estação funcionou por mais de um século; após a privatização da Rede Ferroviária Federal, o trecho Paranaguá-Curitiba foi assumido por concessionárias

⁴⁵ MUSEU PARANAENSE. A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Banestado61anos/AestradaFerroParanaguaCuritibaUmaobradeArte.pdf>. Acesso em: novembro 2017.

⁴⁶ LISTA DOS BENS TOMBADOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO (1938-2018). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_20. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁴⁷ LISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_patrimonio_cultural_ferrov%C3%A1rio_dez_2015.pdf. Acesso em: abril 2018.

distintas para trens de carga e trens de passageiros. O jornal Gazeta do Povo⁴⁸ publicou em 2011 uma reportagem com indícios dos tempos áureos em que a estação ferroviária de Paranaguá estava em pleno funcionamento e o trem vinha até a cidade: “Na década de 90, antes da privatização da linha férrea, Paranaguá recebia o trem de passageiros diariamente e não havia problemas com horários. Pontualmente, às 11 horas, o trem adentrava a estação, tinha-se milhares de turistas visitando Paranaguá todos os meses”. Os turistas chegavam de trem e retornavam de ônibus para Curitiba. Ainda de acordo com a reportagem, o comércio gastronômico e as lojas de artesanato faturavam muito. O trem de passageiros deixou de chegar à cidade por volta do ano 2000; até 2012 esporadicamente, conforme a demanda de turistas em Paranaguá, eles eram levados até Morretes; a linha atual do trem de passageiros liga apenas Curitiba a Morretes.

FIGURA 18 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ



FONTE: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/391/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

Analisando o período em que funcionou a linha de trem que chegava até a Estação Ferroviária de Paranaguá, percebe-se que o transporte ferroviário trouxe significativas contribuições para o município, não só pelo fator econômico advindo da utilização do trem por turistas e pelos próprios moradores do município e da região,

⁴⁸ PARANAGUÁ FICA SEM TREM DE PASSAGEIROS. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/paranagua-fica-sem-trem-de-passageiros-4oks50kg11bne0z3syufac6ry>. Acesso em: março 2018.

mas pelo valor histórico e cultural e até mesmo de pertencimento, como identidade, por fazer parte da vida principalmente dos moradores. Representava também um atrativo em potencial para visitantes e turistas, e que, com o tempo foi perdendo sua representatividade e a linha deixou de existir. Dessa forma, é um patrimônio histórico à mercê do tempo, com tentativas limitadas de restauração, e pode constituir um desafio futuro para sua reutilização.

4.5 CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ

Ávila e Wilke (2008) relatam que o Centro Histórico de Paranaguá representa um importante e significativo conjunto arquitetônico, histórico e cultural, considerado privilegiado se comparado com outros locais com potencial para o turismo. Ali as principais edificações representam parte da história da formação do litoral paranaense e do estado do Paraná, e complementam a história do município integrando edificações e monumentos.

Segundo o *site* do IPHAN⁴⁹ (2019), em dezembro de 2009 Paranaguá teve seu Centro Histórico tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN, reconhecimento devido à importância por ser a primeira cidade do estado do Paraná. DO plano diretor de 1967 já considerava a região como área de proteção rigorosa. O tombamento estadual ocorreu em 1990.

O Plano Master 2016- 2026⁵⁰ relaciona os bens tombados pelo IPHAN em Paranaguá: o Colégio dos Jesuítas (atual Museu de Arqueologia e Etnologia), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres (localizada na Ilha do Mel), a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, a Igreja de São Benedito e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico.

Para Bortolucci e Jabur (2011), o conjunto histórico de Paranaguá se mantém como o centro da cidade, no qual funciona o centro comercial e onde são encontradas algumas habitações, principalmente em edifícios mistos em que o comércio se desenvolve no térreo e a moradia está no pavimento superior. Instituições bancárias, comércios, restaurantes, turismo e demais atividades se concentram nessa região.

⁴⁹ CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ É TOMBADO PELO IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2687/centro-historico-de-paranagua-e-tombado-pelo-iphan>. Acesso em: novembro de 2018.

⁵⁰ PARANÁ TURÍSTICO 2026 Pacto para um destino inteligente. Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO_DE_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto__1.pdf. Acesso em: out. 2018.

FIGURA 19 - CARACTERÍSTICAS DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS QUE COMPÕEM O CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ – RUA DA PRAIA



FONTE: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/391/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

No contexto do Centro Histórico existe um elo entre passado e presente. Os desafios e fatores limitantes trazem à tona a importância de sua preservação, de seu patrimônio. A própria cultura faz parte de seus monumentos, nas memórias de seus moradores, mas, considerando as inevitáveis transformações, é imprescindível uma educação patrimonial, primeiramente para os próprios moradores, para que ocorram reflexos positivos junto aos turistas.

4.6 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

O Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) de Paranaguá, sob responsabilidade da Universidade Federal do Paraná desde sua inauguração em 29 de julho de 1963, tem significativo valor histórico para o contexto de Paranaguá, pois abrigou durante muitos anos o Colégio dos Jesuítas. Além da atração maior que é o próprio prédio histórico, no museu acontecem exposições permanentes e por períodos determinados. Oferece ainda atendimento a escolas, universidades, aos moradores de Paranaguá e turistas — brasileiros e estrangeiros.

Em 1963, parte do acervo arqueológico e etnográfico do Museu Paranaense foi repassado para o Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná, criado por Loureiro Fernandes e hoje denominado Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), cuja área de visitação fica em Paranaguá, e a reserva técnica em Curitiba. (PARELLADA, 2014, p. 76).

Como verificado na citação acima, a contribuição de José Loureiro Fernandes foi significativa pois esteve à frente da transformação do antigo Colégio de Jesuítas em Museu de Arqueologia:

Objetivando dotar o litoral paranaense de uma base operacional para o estudo dos sítios arqueológicos e da população cabocla, empenhou-se na restauração do antigo Colégio dos Jesuítas na cidade de Paranaguá, concluída em 1953, por ocasião das comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná. Conseguiu, simultaneamente, que nele fosse instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares, em 1963, com peças dos acervos do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Departamento de Antropologia e Museu Paranaense. (CHMYZ, 2006, p. 45).

Chmyz (2006) relata também que na década de 1970, Loureiro Fernandes vivia com constantes preocupações visto as dificuldades encontradas para manter o MAAP funcionando após a inauguração. Obteve a solução através do convênio assinado entre a UFPR, o IPHAN e o MAAP, e o museu teve suas necessidades mínimas supridas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá e a operacionalização feita pela UFPR.

Vörös (2011) esclarece que o Museu, desde seu surgimento na década de 1960, veio passando por mudanças em sua denominação: no período de 1962 a 1992 era Museu de Arqueologia e Artes Populares (MAAP); de 1992 até 1999 denominou-se Museu de Arqueologia e Etnografia de Paranaguá (MAEP); a partir de 1999 passou à denominação Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR).

Os principais referenciais históricos de criação do atual Museu de Arqueologia e Etnologia mostram que ele foi tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesta época o órgão era chamado de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) (VORÖS, 2011).

O prédio histórico é uma construção datada de 1754, foi erguido com o objetivo de promover a educação da população que vivia em terras parnanguaras pelos jesuítas que ali habitavam. Os religiosos ocuparam as instalações do prédio histórico até a Reforma Pombalina, em 1759, período em que a ordem religiosa foi deportada

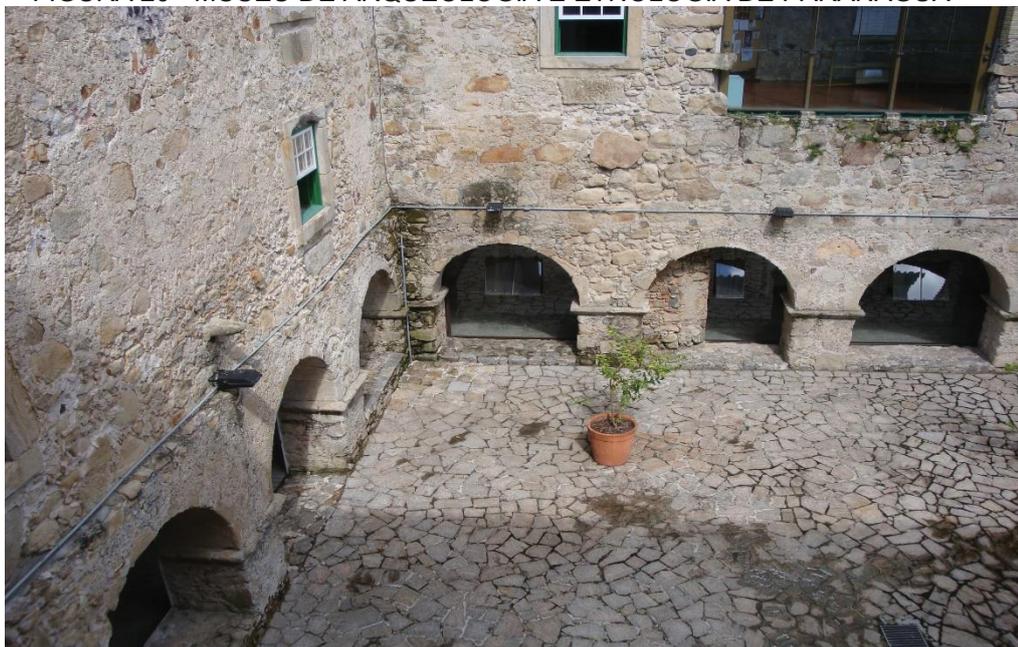
do país. A edificação colonial de três pavimentos era a única nessa condição existente no sul do Brasil, adquirindo desta forma grande expressão arquitetônica.

No que tange ao tombamento e suas conseqüentes etapas até a consolidação como museu, Assis informa:

Fica evidente o caráter contemplativo não apenas do prefeito, mas dos órgãos administrativos de Paranaguá, a respeito de seu patrimônio histórico como marco de uma história patriótica, ainda na documentação, este exprime as vantagens do turismo patrimonial para o progresso local, além de solicitar à câmara “uma Lei de Desapropriação, por utilidade pública, dos imóveis particulares compreendidos na quadra do Colégio Velho dos Jesuítas, já tombado e que será entregue ao Município para nele instalar Museu, Pinacoteca e Biblioteca Municipais” (Ofício nº 420 do Prefeito Municipal de Paranaguá à Câmara Legislativa. 07/08/1948). (ASSIS, 2016, p. 115).

É válido destacar que já se mencionava em 1948 as vantagens de relacionar turismo patrimonial e progresso local, ou seja, já havia um enfoque que buscava atrelar o potencial histórico e cultural ao turismo.

FIGURA 20 - MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DE PARANAGUÁ



FONTE: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/391/> . Acesso em: 02 dez. 2018.

O MAE destaca-se como atrativo histórico cultural, como uma memória presente de uma educação patrimonial, pois remete às características essenciais das etapas históricas cruciais que Paranaguá foi estabelecendo ao longo do tempo, com marcas e entendimentos culturais expressivos, significando seu patrimônio histórico.

5 ANÁLISE DE PLANOS, PROGRAMAS E ENTREVISTAS

Neste capítulo apresentam-se os resultados das pesquisas sobre Paranaguá, relacionados ao Plano Diretor de 1969, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2007, e Plano Master de Turismo de Paranaguá de 2013. Destacam-se ainda neste capítulo itens relacionados ao PAC Cidades Históricas e o resultado das entrevistas realizadas com os ex-gestores de turismo de Paranaguá.

5.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PARANAGUÁ 1969

Para Kersten (1998), após a década de 1950, Paranaguá começou a crescer rapidamente. Havia, no entanto, o risco de perder totalmente as antigas edificações coloniais e as tortuosas ruas e vielas da cidade antiga. Para frear tal ação, foi criado então o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 773/69), que destacava a importância da preservação do Centro Histórico Colonial, que abrangia os numerosos sobrados e as igrejas.

Para a elaboração do Plano, o Estado firmou um convênio com o Município de Paranaguá, envolvendo, além da Prefeitura, a Superintendência do Porto e a Universidade Federal do Paraná, com o intuito de um projeto completo que incluía o planejamento da área urbana, pretendendo preservar a memória histórica impressa nas edificações.

Como embasamento específico, a Lei nº773/69⁵¹ traz no capítulo II, art. 4º, dentre diretrizes básicas a serem seguidas, itens relacionados ao contexto do turismo:

Art. 4º - Os principais objetivos estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá são: I - Consolidar a posição tradicional de Paranaguá como centro da região do litoral; II - Capacitar Paranaguá a se tornar um centro de atração turística, com aproveitamento de sua paisagem urbana e natural; III - Assegurar estrutura urbana adequada ao crescimento demográfico previsto, e às funções turísticas do município; IV - Estimular as relações comunitárias, favorecendo a sociabilidade dos moradores, através da organização de seus equipamentos físicos e sociais; V - Incentivo a formação de uma consciência coletiva em relação aos problemas de saúde, e assistência social; VI - Modernização da administração municipal, capacitando-a a se tornar um agente promotor do desenvolvimento em nível

⁵¹ LEI Nº 773/1969. Plano Diretor de Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/1969/77/773/lei-ordinaria-n-773-1969-fica-instituido-a-plano-diretor-de-paranagua-e-aprova-as-suas-diretrizes-basicas-constantas-da-presente-lei-de-acordo-com-os-documentos-que-o-acompanham-como-parte-integrante-e-complementar>. Acesso em: out. 2018.

local; VII - Ampliação da rede escolar e aprimoramento do sistema, proporcionando oportunidade de escolarização e de formação adequada a totalidade de população em idade escolar; VIII - Adoção de medidas capazes de liberar Paranaguá de sua estrutura econômica monodependente, através do desenvolvimento da agricultura do extrativismo e do turismo.

Já em seu capítulo III, sobre o sistema viário, enfatiza-se que é determinado pelo próprio Plano Diretor, dentro de uma hierarquia de vias:

I - Rodovia Federal; II - Vias estruturais; III - Vias coletoras; IV - Vias secundárias; V – Vias residenciais; VI - Vias turísticas. Art. 11º - Será considerada como via turística o conjunto formado pela Desembargador Ermelino, rua da Praia até encontrar a rua dos Expedicionários, numa 1ª fase, que será posteriormente completada pelo trecho que vai ao longo do Itiberê até a Estrada do Corrêa Velho. Art. 14 - Deverão receber tratamento prioritário: a - a via turística, por sua importância, deverá ser atendida logo após o anel central, sendo posteriormente atendidas as coletoras. As vias secundárias e residenciais receberão tratamento de acordo com o crescimento e necessidade locais.

Como informa o Plano Diretor, o IPHAN já vinha desenvolvendo em Paranaguá ações nesse período. Em relação ao patrimônio existente, sobre arruamento e loteamento, destacam-se os seguintes itens:

Art. 11º - Os arruamentos e loteamentos deverão respeitar as exigências da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado, em tudo que diz respeito a preservação do patrimônio Histórico, monumental ou paisagístico. [...] Art. 22 - Se no prazo de 3 (três) anos, a partir da data do alvará de aprovação do projeto, o loteador não tiver executado as obras e os serviços exigidos na presente lei, perderá em favor do município a área caucionada. § Único - Transcorrido o prazo estipulado no artigo anterior a Prefeitura executará as obras e serviços exigidos e promoverá ação competente para adjudicar ao seu patrimônio e área caucionada que integrará os bens dominicais do Município. [...] Art. 93º – Qualquer demolição que for executada dentro do perímetro urbano e de expansão urbana deverá ser precedida de licença da Prefeitura Municipal, se a obra a demolir estiver na ZC1, a Prefeitura deverá consultar o Patrimônio Histórico.

Sobre a implantação do primeiro Plano Diretor em Paranaguá, Jabur (2015) esclarece que para a elaboração teve-se o apoio do professor José Loureiro Fernandes, e de um arquiteto belga a serviço da UNESCO que veio até Paranaguá com o objetivo de elaborar o primeiro plano que delimitou o setor histórico do município.

Assim, o Plano Diretor de Paranaguá foi instituído pela Lei nº 773, de 12 de setembro de 1969 e nos anos 1970 já eram percebidos seus efeitos, principalmente no que tange ao turismo. Em 1974 a Embratur classificou Paranaguá como cidade histórica, incluindo-a nos roteiros no sul do Brasil. Uma revista de circulação estadual, *Paraná em Páginas*, teve como tema, em julho de 1975, a cidade de Paranaguá associando-se ao turismo e às

atividades portuárias. As matérias e as campanhas publicitárias retratam, como imagem da cidade, o Porto e a Rua da Praia. (JABUR, 2015, p. 161).

Sobre as considerações existentes em tal plano e sua relação com o turismo, Jabur (2015) reafirma que o local que apresenta mais potencialidades turísticas corresponde à rua General Carneiro, à qual onde a aproximação com o rio Itiberê e o conjunto de sobrados de diversos períodos davam maior destaque. Com o apoio de Cyro Corrêa Lyra⁵² teve-se a proposta de valorizar tal via; a região em questão estava abandonada visto a transferência das atividades portuárias para o novo local do porto de Paranaguá. Ainda de acordo com o autor, existia um depósito de lixo em frente ao antigo Colégio dos Jesuítas e já eram perceptíveis os problemas de assoreamento do rio, principalmente na área próxima ao Museu de Arqueologia. Cyro propôs então a criação de uma via turística, como forma de ligação de todos os pontos turísticos, o próprio Centro Histórico e seus monumentos.

Sobre as transformações do Centro Histórico de Paranaguá, e em uma visão crítica sobre a proposta de tais ações, Mattos informa:

A primeira proposta de preservação do Patrimônio Histórico data também de 67, e não conseguiu conter a demolição e a descaracterização de boa parte dos imóveis, porém salvaguardou significativo número de edificações, assim como o tecido urbano original. (1996, p. 27).

O autor enfatiza:

Das intervenções mais prejudiciais a construção de um grande aterro em pleno setor histórico nos anos 70 foi a mais desastrosa, desvalorizando os monumentos, como exemplo a Fontinha Velha, atualmente esquecida nos fundos da Copel. A instalação de vários equipamentos de grande porte como o Mercado Municipal, a Rodoviária, o Ginásio de Esportes, que poderiam estar em lugares muito mais adequados sem que fosse necessário aterrar tanto dinheiro público, em nada colaborou para a revitalização da área, pois as obras foram realizadas sem que se observasse qualquer preocupação de integração destes elementos entre si, e com a paisagem urbana. (MATTOS, 1996, p. 27).

Jabur comenta que “os anos de 1969, 1990 e 2009 são momentos chave para entendermos de que maneira o Centro Histórico foi delimitado, primeiro com o Plano

⁵² Arquiteto, foi professor da UFPR e atuou como Diretor do Departamento de Cultura do Estado do Paraná.

Diretor, depois com o tombamento estadual, e por fim com o tombamento federal” (2015, p. 25).

Apesar das diversas críticas, entende-se que, conforme cronologia apresentada no Quadro 12, tais itens apresentados trouxeram contribuições relacionadas à abordagem cultural e ao planejamento turístico de Paranaguá.

QUADRO 12 - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM CULTURAL E O PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE PARANAGUÁ

| 1969 | 1990 | 1993 | 1997 | 2000 | 2002 | 2007 | 2009 | 2013 | 2015 |
|---|--|-----------------------|---|--|---|---|--|--------------------------------------|---|
| Elaboração do 1º Plano Diretor de Paranaguá | - Tombamento Estadual Centro Histórico de Paranaguá - Criação da FUNCULTUR | E agora? Projeto Onze | Programa de Restauração de Imóveis do Centro Histórico de Paranaguá | - Formação do Conselho Municipal de Turismo - Criação da FUMTUR E FUMCUL | Criação do Fundo de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR) | Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) | - Tombamento Federal do Centro Histórico de Paranaguá - PAC - Cidades Históricas | Plano Master de Turismo de Paranaguá | Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) |

FONTE: O autor (2018).

Nardi (2011) ressalta que o tombamento estadual do Centro Histórico de Paranaguá, ocorrido em 22 de dezembro de 1990, trouxe alterações na Lei Municipal nº 773/1969, através da Lei 01/1990, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que diminuiu significativamente a área preservada, pois não estava comprometida com a preservação; e que a demolição do edifício *Palais Royal* causou grande reação popular surgindo um movimento denominado “SOS Paranaguá”, que coletou muitas assinaturas em favor da preservação arquitetônica e urbana da cidade.

Sobre os problemas nesse período, Nardi continua:

O ato de tombamento estadual do Setor Histórico de Paranaguá, em 1990, não foi indutor de intervenções positivas no sentido da conservação e preservação de edificações e espaços públicos contidos no perímetro protegido. Ao contrário, o tombamento provocou uma reação de abandono daquela área por parte da municipalidade, que segundo relatos da época não recolhia o lixo, nem trocava lâmpadas queimadas na área, evidenciando seu descontentamento com a nova situação. Conjetura que se modificou somente em 1993, no início da gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato, que criou uma estrutura própria para tratar as questões patrimoniais e contratou o arquiteto Luiz Marcelo Bertoli de Mattos, que à época trabalhava na Secretaria de Estado da Cultura e, antes de assumir o cargo na prefeitura de Paranaguá, fez o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual desenvolveu o Programa de Recuperação do Setor Histórico de Paranaguá, que embasou diversas iniciativas municipais ao longo da década de 1990. (NARDI, 2011, p. 93).

Kersten (1998) defende que, apesar do tombamento estadual do Centro Histórico de Paranaguá, reflete-se uma falta de cuidado referente à riqueza cultural dos exemplares arquitetônicos existentes, pois foram edificados em um tempo em que a cidade centralizava as principais expressões políticas, culturais e econômicas do Estado. A autora destacava a situação em que se encontravam nessa década os antigos casarões que margeiam o rio Itiberê, em estado deplorável, apenas suas fachadas mantinham-se em pé, e gradativamente a cidade perdia as características que a tornaram única no cenário nacional.

Nardi (2011) assegura que no ano de 1993 começaram a ser realizadas ações educativas conduzidas pelo IPHAN, Secretaria da Cultura e Prefeitura Municipal de Paranaguá, que trouxeram estudantes da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que realizaram levantamentos para elaboração de propostas para os edifícios existentes no Centro Histórico de Paranaguá. Os resultados eram expostos em espaços públicos, como largos e praças onde estavam os edifícios estudados para que a população percebesse que era

possível melhorar seu aspecto, caso fossem seguidas as normas de preservação. Sobre os benefícios ocasionados por tal ação, Nardi comenta:

O cenário se modificou somente quando a Prefeitura Municipal decidiu investir na recuperação da área, demonstrando seu comprometimento com a preservação do patrimônio cultural. Em uma primeira fase, que correspondeu à gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato (1993-1996) foram feitas intervenções na área do aterro; e nos edifícios da Estação Ferroviária, Mercado do Café, Mercado do Artesanato e Palácio Visconde de Nácar. Na segunda fase, que correspondeu às duas gestões do prefeito Mário Manoel das Dores Roque (1997-2004), os investimentos foram de grande vulto, buscando a revitalização da área. Entre as ações que foram executadas estão: a execução do projeto da Praça de Eventos 29 de Julho; a recuperação da Rua General Carneiro e do Antigo Cais, com a colaboração do governo do Estado; a restauração de edifícios como a Casa Elfrida Lobo, a Casa Cecy, o Sobrado do Largo da Matriz, entre outros. Alguns investimentos foram realizados pelo governo estadual, como no caso da restauração do Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha; outros obtiveram investimento privado, como a restauração da Igreja de São Benedito, financiada pelo Grupo Medianeira. (NARDI, 2011, p. 94).

Feldens, Fiori e Rodrigues (1998) citam que no período da gestão municipal 1997-2000, foi criado o Programa de Restauração de Imóveis do Centro Histórico de Paranaguá. Na primeira etapa do programa, a prefeitura disponibilizou cerca de R\$ 3 milhões para projetos de reforma e restauro. O objetivo era o resgate das casas e sobrados da Rua da Praia, visando restaurar pelos menos 60 imóveis do Centro Histórico. Na primeira fase realizou-se a recuperação da Casa Elfrida Lobo. Entre as ações do projeto também consta a reforma da cobertura de igrejas do século XVIII e as obras do aterro do mercado, ao longo do Rio Itiberê.

A elaboração do primeiro plano diretor foi um passo significativo diante da posição de desenvolvimento e importância econômica e cultural que o município já representava. No entanto, por suas limitações, o plano trouxe suporte necessário para ações concretas que só foram de fato ter resultados a partir de 1990 com o tombamento estadual do centro histórico. Entre 1993 e 2004 o Setor Histórico de Paranaguá teve investimentos consideráveis para a preservação de seu patrimônio histórico cultural.

No tocante ao turismo relacionado ao plano diretor, cita-se o reconhecimento na época, pela própria EMBRATUR, de Paranaguá como cidade histórica, pelas suas paisagens urbanas e pelo potencial histórico e cultural que de fato era perceptível.

Na sequência, apresenta-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), que trouxe maior representatividade a Paranaguá em direção a um desenvolvimento inclusivo e integrado.

5.2 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO 2007

Segundo o PDDI (2007), mesmo tendo havido uma proposta de Plano Diretor em 1990, ele não foi efetivado, e até 2007 o município de Paranaguá não contava com um plano específico para seu desenvolvimento urbano.

O Plano Diretor tornou-se público com a aprovação da Lei nº 2.830/2007, que elencava seus objetivos e princípios:

[...] Art. 3º - São objetivos do Conselho Municipal do Plano Diretor: I - garantir a efetiva participação da Sociedade Civil em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial municipal; II - integrar políticas e ações responsáveis pela intervenção urbana; III - articular-se com os outros conselhos setoriais; IV - acompanhar, avaliar e garantir a continuidade no tempo, das políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano do Município. Art. 4º - São princípios norteadores do Conselho Municipal do Plano Diretor de Paranaguá: I - participação popular; II - igualdade e justiça social; III - função social da cidade; IV - função social da propriedade; V - desenvolvimento sustentável.

Para a elaboração do PDDI de 2007, desde 2005 vinham sendo realizadas reuniões com moradores de Paranaguá objetivando a conscientização para a necessidade de definir diretrizes para elaboração do plano diretor. Numa segunda etapa foi realizada a coleta de informações sobre as necessidades locais. O cronograma de trabalho foi o seguinte:

QUADRO 13 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM PARANAGUÁ, VOLTADAS À ELABORAÇÃO DO PDDI

| | |
|-----------------------------|---|
| 1ª Audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação equipe UFPR/FUNPAR • Definição do Núcleo Gestor de Acompanhamento (NGA) composto por representantes da sociedade • Explanação sobre as questões iniciais e as etapas do plano • O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor |
| 2ª Audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos resultados das reuniões com a comunidade • Apresentação da metodologia de trabalho: Plano Diretor e zoneamento ecológico-econômico • Apresentação das análises temáticas: cartografia, aspectos institucionais e legislação, organização territorial, aspectos |

| | |
|-----------------------------|---|
| | econômicos, contexto sociológico, patrimônio cultural, transportes, sistema viário, saneamento ambiental, condicionantes ambientais |
| 3ª Audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Resumo das análises temáticas • Premissas para diretrizes e propostas • Temas: condicionantes ambientais; condicionantes sistema viário e transportes; áreas de expansão urbana, indústria e serviços e Porto; Distrito de Alexandra; Ilha de Valadares; outras propostas pontuais |
| 4ª Audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Mapa de condicionantes ambientais e restrições legais • Proposta de zoneamento ecológico-econômico • Proposta de perímetro urbano e macrozoneamento; macrozona urbana; macrozona rural • Proposta de macrozoneamento urbano • ZEIS • Setores de adensamento • Proposta de sistema viário • Planos complementares |
| 5ª Audiência pública | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de propostas finais • Zoneamento rural • Zoneamento urbano • Legislação municipal do Plano Diretor |

FONTE: PDDI (2007).

Segundo dados do PDDI (2007), na divisão administrativa que se tem do litoral paranaense existe uma tipologia de municípios, definidos como: município portuário-histórico, município de turismo de veraneio e município rural. Paranaguá é identificado como município portuário-histórico.

O PDITS enfatiza sobre os objetivos do PDDI quanto aos aspectos de turismo e patrimônio cultural:

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá, Lei complementar nº 60, foi aprovado em agosto de 2007 e, embora não trabalhe diretamente a política do turismo como segmento econômico relevante, traz em seu conteúdo a preocupação em equacionar a urbanização, com a função logística intermodal, a fragilidade ambiental e o patrimônio cultural. No capítulo II define como princípios, entre outros, a “sustentabilidade ambiental” e a “preservação do patrimônio natural e cultural”. Para este último a lei estabelece como objetivos: - garantia de integridade do patrimônio natural e cultural do município; incorporação da proteção desse patrimônio natural e cultural ao processo permanente de planejamento e ordenação do território; - aplicação de instrumentos normativos, administrativos e financeiros para viabilizar sua gestão; - conscientização da população sobre a necessidade da proteção e recuperação dos valores culturais e ambientais; - impedimento ou controle do funcionamento e da implantação ou ampliação de construções ou atividades que comportem risco efetivo ou potencial de dano à qualidade de vida e ao patrimônio natural e cultural. (PDITS, 2015, p. 146).

No que tange aos sistemas viários e de transportes de Paranaguá, o PDDI caracterizava:

QUADRO 14 - CARACTERÍSTICAS GERAIS REFERENTES AOS SISTEMAS VIÁRIOS E TRANSPORTES EXISTENTES EM PARANAGUÁ

| | |
|---------------------------|--|
| Terminal portuário | Com uma área de influência de aproximadamente 800 mil quilômetros quadrados, o Porto de Paranaguá é considerado um dos principais terminais portuários da América Latina, especializado em exportação de granéis sólidos e, por extensão, estratégico para a economia nacional, estadual e municipal. Como peça fundamental do sistema de transporte de cargas do país, o Porto de Paranaguá tem sido constante objeto de estudos, planos e programas de transportes das diferentes esferas governamentais, pois a eficiência de sua operação e capacidade de escoamento exerce influência direta nos custos de logística, transporte e embarque de produtos e, conseqüentemente, no preço final dos mesmos. Portanto, sempre que há algum tipo de deficiência nas atividades operacionais deste Porto, e/ou nas condições da infraestrutura da cidade de Paranaguá, tanto a economia - em todos os níveis - quanto os modais ferroviário e rodoviário que formam o sistema integrado de transporte, sofrem conseqüências danosas. |
| Modal ferroviário | Implantada ao final do século XIX, a ligação ferroviária Curitiba–Paranaguá, com 112 quilômetros de extensão, compõe a malha ferroviária tronco implantada no Paraná (conexões com Cascavel a Oeste, Cianorte a Noroeste, Estado de São Paulo ao Norte e Estado de Santa Catarina ao Sul). Atualmente está sendo operada pela América Latina Logística (ALL), e constitui o único acesso ferroviário ao Porto de Paranaguá. Limitações técnicas e operacionais da Ferrovia em conseqüência das características técnicas de seu traçado (curvas horizontais com raios pequenos e grandes com rampas íngremes), principalmente no trecho de transposição da Serra do Mar, constituem o principal fator restritivo para a maior participação do modal ferroviário nos fluxos de transporte de carga em nível estadual e nacional, situada em torno de 27% do total de cargas do país, conforme estatísticas do Ministério dos Transportes. Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica realizados em passado recente com o objetivo de implantação de um novo traçado para a Ferrovia Curitiba–Paranaguá, com características técnicas adequadas para o transporte de cargas, demonstraram que a locação de maiores quantidades de cargas pertinentes ao modal ferroviário (altos volumes, baixo valor específico, longas distâncias, origem e destino fixos) e com conseqüente redução da participação do modal rodoviário neste tipo de transporte (68%), remeteria para níveis operacionalmente aceitáveis os altos volumes de tráfego de veículos de carga que atualmente utilizam o sistema viário de Paranaguá, evitando a saturação do tráfego e a deterioração precoce da malha viária urbana. Outro benefício apontado com a implantação de uma nova via férrea é a otimização da operação ferroviária em toda a sua extensão, incluindo o perímetro urbano, também traduzido em aumento da capacidade de atendimento à crescente demanda por transporte de produtos de exportação. |
| Modal aeroviário | O município de Paranaguá é dotado de um aeroporto classificado como regional, cuja infraestrutura é constituída de uma pista para pouso e decolagem, com dimensão de 1.400 metros de comprimento por 30 metros de largura, em boas condições de pavimento, área de manobras e terminal de passageiros. Os serviços de proteção ao voo estão instalados em edificação própria e são operados pelo Ministério da Aeronáutica. A operação aérea (média mensal de 25 pousos e decolagens) é limitada a aeronaves de passageiros do tipo leve da aviação geral devido a diversos obstáculos sem possibilidade de remoção (redes de energia elétrica, hangar e edificações), localizados na área de aproximação. Adiciona-se ainda o fato de não operar no período noturno. |
| Modal aquaviário | Com embarque através dos trapiches localizados às margens do Rio Itiberê em Paranaguá, o Transporte Hidroviário/Marítimo atende basicamente o turismo para as ilhas da região e o transporte de passageiros e de cargas de pequeno porte para a região das comunidades insulares. |

| | |
|-------------------------|---|
| Modal rodoviário | <p>A Rodovia Federal – BR-277, principal acesso rodoviário aos municípios da região litorânea do estado do Paraná, integra o Sistema Rodoviário Arterial Principal, ou seja, a partir do contorno viário de Curitiba estão conectadas as rodovias interestaduais (BR – 376 em direção ao Sul do país e ao Norte/Noroeste em direção a São Paulo e Mato Grosso do Sul; BR–116 nas direções Norte e Sul) e internacionais (conexão com a Via Panamericana no Paraguai e Argentina), formando um sistema contínuo. Com a concessão ao setor privado e conseqüente pedagiamento, a capacidade de tráfego no trecho Curitiba–Paranaguá foi melhorada, tanto pelas intervenções realizadas quanto pela implantação de rotinas de manutenção e conservação, reduzindo de forma significativa os custos operacionais dos veículos e problemas com acidentes de tráfego.</p> <p>Contudo, durante o pico de escoamento da safra agrícola através do Porto de Paranaguá, o nível de serviço da rodovia sofre sérias alterações, isto é, a qualidade do serviço ofertado (operação de tráfego seguro e eficiente) fica comprometida no sentido da exportação pela formação de extensa fila de veículos de carga aguardando condições de descarga.</p> <p>As causas destas filas são oriundas de diversas deficiências na cadeia logística do transporte da safra agrícola, desde suas origens até o seu destino (Porto D. Pedro II), dentro do perímetro urbano de Paranaguá, provocando inúmeros problemas para a cidade, população e empresas.</p> <p>As rodovias estaduais que atendem o município, PR–407 (ligação entre a BR–277 e Pontal do Paraná e seus balneários) e PR–508 (Alexandra - Matinhos), fazem parte do lote de manutenção e conservação da Concessionária da Rodovia BR–277.</p> |
|-------------------------|---|

FONTE: PDDI (2007).

No que se refere ao Patrimônio Cultural de Paranaguá, o PDDI (2007) estabeleceu diretrizes em conjunto com a população sobre o território parnanguara, valorizando referências, relações sociais e contribuições para a formação do patrimônio paranaense. Na sequência, os itens como foram subdivididos:

- o Centro Histórico tombado;
- o conjunto dos bens imóveis dispersos pela malha urbana e suas diferentes formas de organização de desenho urbano;
- a área do Santuário do Rocio, sua relação com a paisagem continente/baía e o seu significado simbólico;
- o Porto como gerador de riqueza e área de interesse de contemplação;
- o Distrito de Alexandra;
- o Patrimônio Natural – a Serra do Mar, as ilhas, o manguezal;
- o Patrimônio Cultural – as festas e tradições.

O PDDI afirma que a economia do município de Paranaguá é contemplada com setor de serviços, particularmente de serviços turísticos: “O município de Paranaguá, por exemplo, conserva características da colonização portuguesa, notadamente nas tradições culturais, folclóricas e religiosas manifestadas principalmente através do ‘fandango’, quermesses paroquiais e procissões solenes” (PDDI, 2007, p. 282).

Em pesquisas realizadas no *site* da prefeitura de Paranaguá teve-se acesso a informações sobre o Plano Diretor por documentos, decretos e leis complementares. A Lei Complementar nº 60, de 23 de agosto de 2007⁵³ “Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), no qual estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências”. No capítulo IX estão contidas as diretrizes da política de desenvolvimento socioeconômico, fazendo referência ao turismo: “[...] XI - Incentivar o desenvolvimento do turismo e da produção artesanal; [...]”.

No capítulo I, o Art. 36 define: “O Macrozoneamento Municipal fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a integração harmônica entre a preservação e conservação do patrimônio natural, cultural e as atividades antrópicas”, e constata-se sobre o turismo: “[...] IX - estimular e ordenar as atividades de turismo, implementando políticas próprias. [...]”.

Também ao tratar da Macrozona Urbana (MU) a Lei cita o turismo:

Art. 38 - Fica determinada como Macrozona Urbana (MU), a área compreendida pelo perímetro urbano municipal, definido pela Lei do Perímetro Urbano, tendo como características, a grande diversidade de usos, dentre eles a ocupação residencial intensiva, a concentração de atividades de comércio, os serviços especializados, o Porto e sua área de influência e as edificações de interesse histórico.

[...] IV - estimular e ordenar as atividades de turismo, implementando políticas próprias; [...].

A Lei Complementar nº 62, de 27 de agosto de 2007⁵⁴, também trata de itens com relação ao turismo, dentro do item V de Zoneamento Rural, Art.10:

A Macrozona Rural, correspondente à área rural do município, nos termos da Lei do Perímetro Urbano, é composta por áreas com restrição à ocupação urbana, destinadas à preservação e conservação ambiental, bem como por áreas destinadas a atividades que permitam um desenvolvimento econômico sustentável e compatível com os aspectos culturais locais e de aptidão de solos.

Na Seção I, ao tratar da Zona de Uso Sustentável, tem-se como objetivo: “IV. possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

⁵³ PLANO DIRETOR/TRANSPARÊNCIA. PDDI: Plano de Desenvolvimento Integrado. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor> Acesso em Maio de 2018.

⁵⁴ LEI COMPLEMENTAR nº 62, de 27 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor>. Acesso em: maio 2018.

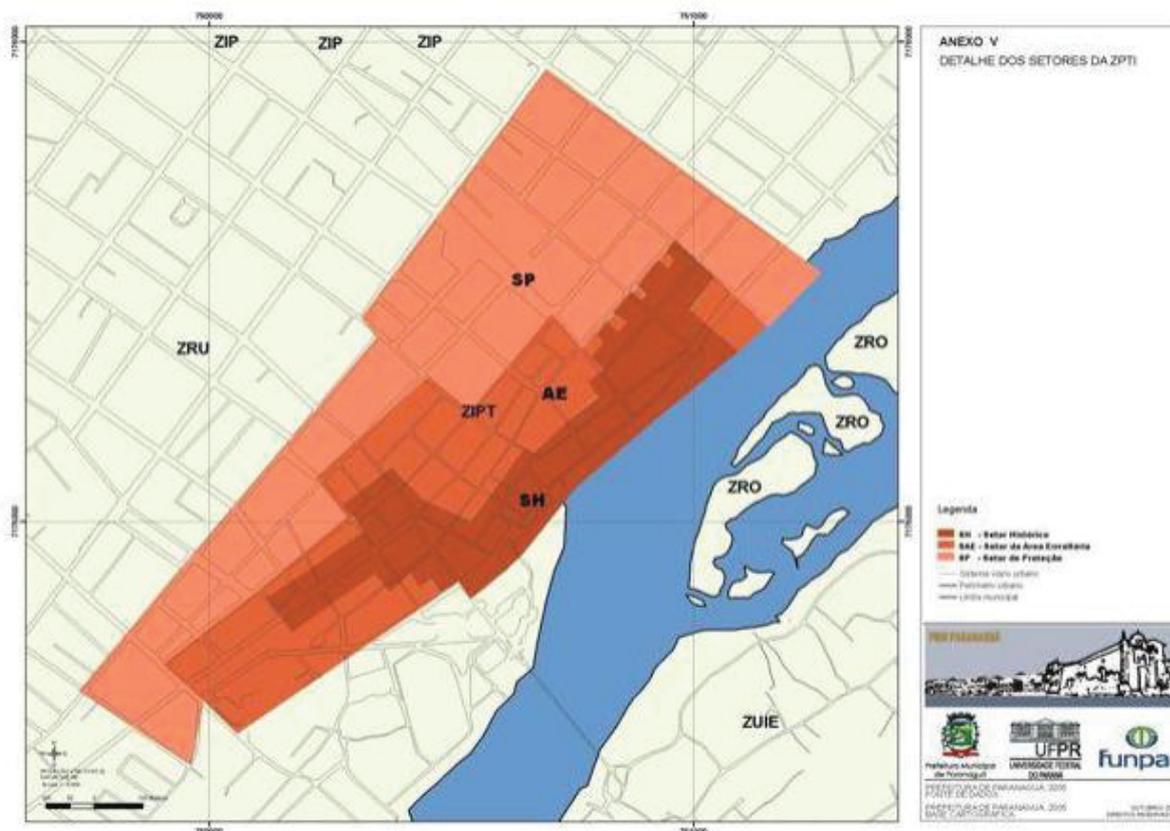
Na Seção IV, sobre o Corredor de Comércio e Serviços (CCS):

I - disponibilizar áreas para a instalação de comércio e serviços ligados à circulação de veículos e apoio ao turismo, tais como postos de combustíveis, estações de apoio aos motoristas e caminhoneiros, lanchonetes, restaurantes, lojas de artesanato, hotéis e similares. (Nova redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 18 de dezembro de 2009).

Na Seção VII, sobre a Zona de Interesse Patrimonial e Turístico, enfatiza-se também:

Art. 45 - A Zona de Interesse Patrimonial e Turístico (ZIPT) é uma área formada por conjunto de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção é necessária à preservação da memória da cidade, do patrimônio cultural do Município e ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao turismo. Art. 46 - A Zona de Interesse Patrimonial e Turístico (ZIPT) é constituída por: I. Setor Histórico (SH); II. Setor da Área Envolvente (SAE). III. Setor de Proteção (SP). § 1º - Os projetos de recuperação, reforma, ampliação ou construção nesta zona deverão ser previamente apreciados pelos órgãos estadual e federal de proteção do Patrimônio Cultural. § 2º - Os Setores citados no caput do artigo, que constituem a ZPTI, serão detalhados nos artigos 86 a 107. Art. 47 - São objetivos da Zona de Interesse Patrimonial e Turístico: I. proteção e a recuperação do ambiente construído e do espaço urbano e a valorização da paisagem; II. desenvolvimento sustentável de atividades econômicas ligadas ao turismo. Parágrafo único - O uso e ocupação da ZPTI deverão estar em consonância com a legislação federal e estadual pertinente. Art. 48 - As normas de uso e ocupação da Zona de Interesse Patrimonial e Turístico destinam-se a garantir a paisagem urbana, a integridade dos monumentos e promover a recuperação das edificações de interesse, que tiveram suas características alteradas. § 1º - Quaisquer intervenções urbanísticas deverão produzir uma ambiência urbana que se harmonize com as características da Zona de Interesse Patrimonial e Turístico, entre outras proposições, alinhamentos, materiais, elementos paisagísticos. § 2º - O não cumprimento dos parâmetros estabelecidos implicará as penalidades previstas por lei específica.

FIGURA 21 - DETALHES DE SETORES DA ZONA DE INTERESSE PATRIMONIAL E TURÍSTICO (ZIPT)



FONTE: PDDI (2007).

A Seção X trata da Zona de Restrição à Ocupação (ZRO): "caracteriza-se pela existência de áreas com características naturais que exigem tratamento especial devido a seu potencial paisagístico e ambiental", e nos objetivos relacionado ao turismo tem-se: "IV. possibilitar a realização de atividades culturais, de lazer, de turismo e de contemplação de forma planejada".

A Seção XI, sobre a Zona Urbanizada de Interesse Especial (ZUIE), refere-se em especial à Ilha dos Valadares:

Art. 59 - A Zona Urbanizada de Interesse Especial – Ilha dos Valadares (ZIE) caracteriza-se pela ocupação de baixa densidade, irregular do ponto de vista fundiário, carente de infraestrutura e serviços, localizada em região ambientalmente frágil e dotada de grande potencial turístico.

No Capítulo VIII dos setores que integram a Zona de Interesse Patrimonial e Turístico (ZIPT), a seção I, sobre o Setor Histórico (SH), normatiza:

Art. 86 - Define-se como Setor Histórico (SH) a área delimitada e regulamentada em seu uso e ocupação pelo tombamento estadual, com

parâmetros estabelecidos pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, de acordo com a Lei nº 1.211/53. Art. 87 - No Setor Histórico, define-se que: I. o uso dos imóveis tombados deverá ser compatível com a necessidade de proteção do conjunto urbanístico e de suas edificações, bem como deverá garantir o bem-estar de seus habitantes e usuários; II. não serão permitidas atividades que ponham em risco a integridade física da área e de suas edificações, tais como: de artificios; a) depósitos de inflamáveis, explosivos ou fogos; b) indústrias cujo padrão de emissão seja incompatível com esta área protegida; c) atividades cuja natureza requeira a utilização de transportes pesados; d) edifícios e pátios de estacionamento de grande porte. Art. 88 - Quanto à instalação de Infraestrutura Urbana no Setor Histórico, define-se que: I. a instalação, ampliação, reforma ou recuperação dos sistemas de infraestrutura urbana, tais como de energia elétrica, telecomunicações, esgotos sanitários, água potável, águas pluviais e de transporte e circulação, deverá se dar de forma a garantir a integridade física e paisagística do Setor Histórico, quer no conjunto urbano, quer em relação às suas edificações; II. as redes de distribuição de energia elétrica, de iluminação e de telecomunicações, bem como seus elementos componentes, deverão estar dispostos de forma a se harmonizar com a paisagem urbana, respeitando suas características relevantes e a importância histórica das edificações; 32 III. as redes de distribuição existentes deverão, sempre que possível, ser substituídas por redes subterrâneas; IV. a pavimentação de vias e passeios deverá ser executada mediante a utilização de materiais pétreos, em especial, os tradicionalmente utilizados na cidade. Parágrafo único - Os projetos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação prévia da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, ouvida previamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado trouxe um panorama que contempla aspectos tanto ambientais, sociais, culturais e turísticos, e agrega aos gestores maior responsabilidade frente ao cenário em que o município de Paranaguá de fato se inseriu nos primeiros anos do século XXI.

Vale destacar a forma com que o plano abordou o potencial histórico cultural, tratado de maneira coerente e responsável, valorizando o papel que os moradores tiveram durante o processo de sua elaboração.

Na sequência, alguns passos do município de Paranaguá frente ao tombamento federal ocorrido no ano de 2009.

5.3 PAC CIDADES HISTÓRICAS

O PAC Cidades Históricas⁵⁵ (2009) surgiu de uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura

⁵⁵ As cidades históricas e os monumentos protegidos conferem identidade a cada um dos milhares de lugares do Brasil e caracterizam nossa cultura, pois são responsáveis pelos aspectos simbólicos do

e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

Leal (2017) destaca que, lançado oficialmente em outubro de 2009, o PAC Cidades Históricas foi aberto a todos os sítios e conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento em nível federal, como também a municípios com lugares registrados ou em processo de registro como Patrimônio Cultural do Brasil. Objetivando a elaboração de Planos de Ação, o PAC Cidades Históricas nasceu sob a tutela do IPHAN, com maior visibilidade e diferencial para a execução de Planos de Ação para, propriamente como o nome afirma, as cidades históricas.

Sobre os objetivos gerais do PAC Cidades Históricas, Leal cita:

O lançamento do PAC-CH/2009 fazia parte de um processo de crescente amadurecimento do entendimento da amplitude do patrimônio cultural, tendo sido, gradativamente, incluída a relevância da descentralização das ações, do envolvimento das gestões locais, e da dinâmica da cidade e autonomia local. (LEAL, 2017, p. 38).

O planejamento apresentava objetivos robustos:

O planejamento contempla também processos de fortalecimento institucional, formação e instrumentalização de técnicos, gestores e agentes, com ações de fomento à gestão e produção de conhecimento, educação patrimonial e formação de redes colaborativas para a difusão do patrimônio cultural. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2009, p. 5).

Nesse primeiro momento do Programa, o PAC Cidades Históricas compreendia ações em 173 cidades do país. No Paraná as cidades incluídas foram: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Paranaguá e Morretes.

No dia 21 de outubro de 2009 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o PAC Cidades Históricas, um projeto articulado pela Casa Civil, coordenado pelo Ministério da Cultura (MinC) por meio do Iphan, e prevê parcerias dos Ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades, Eletrobrás, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Petrobrás,

conjunto urbano brasileiro. A diversidade do patrimônio brasileiro construído referencia o desenvolvimento histórico da nação, delinea os ciclos econômicos e as transformações sociais e culturais. O reconhecimento das personalidades, dos movimentos sociais, das comunidades que protagonizaram nossa história, ampliam nossos horizontes e nos fazem perceber que preservar o patrimônio não é apenas olhar para o passado, mas pensar nas coisas que devem fazer parte do futuro. Trata-se da afirmação dos valores essenciais formadores da diversidade nacional na aplicação de políticas públicas integradas como estratégia de aprofundamento da agenda social e promoção da cidadania e do desenvolvimento econômico. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2009, p. 7). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%201%202009.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB, além de envolver governos estaduais e municipais e iniciativa privada. A solenidade foi realizada na cidade mineira de Ouro Preto e contou com a presença do superintendente do Iphan no Paraná José La Pastina Filho, da Secretária de Estado da Cultura Vera Mussi, do prefeito de Antonina Carlos Augusto Machado e de Paranaguá José Baka Filho. (LAMBREQUIM, 2009)⁵⁶.

Em parceria com o Ministério do Turismo, passou-se a dar mais atenção ao desenvolvimento de destinos indutores, mesmo os que tinham já nesse período relativa prioridade:

[...] 173 cidades históricas protegidas e em processo de proteção que representam a nossa história, identidade e cultura. • Todas as capitais. • 9 cidades Patrimônio Cultural da Humanidade. • Todas as cidades sedes da Copa de 2014. • 30% fazem parte do Programa Territórios da Cidadania. • 40 das 65 integram os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. • 18 fazem parte dos Projetos de Revitalização e de Integração da Bacia do Rio São Francisco. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2009, p. 24).

O tombamento do Centro Histórico de Paranaguá ocorreu no mesmo ano:

Na reunião realizada no dia 3 de dezembro de 2009, na cidade mineira de São João Del Rei, o Conselho Consultivo do Iphan aprovou, por unanimidade, o tombamento do Centro Histórico de Paranaguá. Com isso a cidade passa a ter o reconhecimento nacional de sua importância histórica. O centro histórico já era considerado área de proteção rigorosa desde 1967, pelo Plano Diretor da cidade, e em 1990 foi realizado o tombamento estadual. “Agora acontece o reconhecimento nacional do valor, não só daquela arquitetura, como também das características paisagísticas e urbanísticas da cidade”, ressalta o superintendente do Iphan no Paraná José La Pastina Filho. (LAMBREQUIM, 2009).

Complementando as informações sobre o tombamento do Centro Histórico de Paranaguá, destacam-se detalhes:

O tombamento refere-se à área que engloba o núcleo mais antigo da cidade, desde a Igreja de São Benedito, na rua Conselheiro Sinimbu até a rua Visconde de Nácar. Inclui ainda importantes exemplares da arquitetura colonial brasileira, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Antigo Colégio dos Jesuítas, a Igreja de São Francisco das Chagas, além do belo casario da Rua da Praia. Foi definida uma área de entorno, como uma transição entre o núcleo tombado e o restante da cidade, onde estão situados outros locais e imóveis significativos para a sua história. São cerca de 400 prédios, praças e logradouros públicos e até parte do Rio Itiberê que passam a ter proteção de legislação federal. Participaram da reunião o superintendente do Iphan no Paraná, o prefeito de Paranaguá José Baka Filho e a arquiteta Rosina Coeli Alice Parchen, presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de

⁵⁶PORTAL LAMBREQUIM. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20Lambrequim%20-%20boletim%20informativo%202010.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

Monumentos e Sítios (ICOMOS), que foi a conselheira relatora do processo de tombamento. (LAMBREQUIM, 2009).

Nas ações iniciadas em 2009 relacionadas ao PAC Cidades Históricas, segundo informações levantadas no *site* da prefeitura de Paranaguá⁵⁷, em 2010 foi assinado um acordo entre o prefeito do município e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para liberação da verba de R\$ 40 milhões de reais. Paranaguá foi o primeiro município do Paraná a assinar o acordo com o IPHAN, e entre as ações destacadas para a execução estavam a restauração de prédios históricos, como a Casa Elfrida Lobo, o Clube Republicano, o Palácio São José, e a conservação da Fortaleza da Ilha do Mel, além de disponibilização de cartilhas para as turmas de 1ª a 5ª séries do ensino fundamental sobre educação patrimonial. Foi destacado na assinatura do acordo que era um conjunto de metas a serem executadas até 2014, com o objetivo de resgatar e manter viva a história de Paranaguá.

O Jornal Folha de Londrina (2011)⁵⁸ destacou a escolha de Paranaguá como um dos 65 destinos indutores de turismo, defendendo que tal inclusão deu-se devido à Ilha do Mel, e que o tombamento federal do Centro Histórico era um motivo ainda mais especial para comemoração. A reportagem ainda ressaltava que no final de 2010, através do PAC Cidades Históricas, Paranaguá deveria receber investimentos aproximados de R\$ 41,8 milhões até 2013 para a preservação do patrimônio cultural local, e que entre as ações a serem desenvolvidas na cidade estavam previstos projetos e obras de diversos imóveis públicos no Centro Histórico.

Ainda para a mesma reportagem, o superintendente do IPHAN no Paraná destacava:

'Até para antecipar as obras do PAC das Cidades Históricas, o Iphan tem feito ações em Paranaguá. Concluímos a restauração da Casa Dacheux, onde a prefeitura vai manter um restaurante-escola (além da Casa da Memória). Também fizemos a recuperação do antigo Mercado do Peixe. Antes, ali funcionava um mercado de artesanato. A prefeitura negociou com os arrendatários e eles ganharam boxes em outro mercado da cidade. O local foi liberado e nós o restauramos. A ideia é voltar a ser um mercado de artesanato. Também já teve início a restauração do Palacete Mathias Bohn, que pertence ao Governo do Paraná e deve receber estruturas do Iphan, da Prefeitura de Paranaguá e outros órgãos públicos. Além disso, está sendo elaborado um plano de mobilidade e acessibilidade para o Centro Histórico,

⁵⁷ PAC CIDADES HISTÓRICAS. Paranaguá é a primeira cidade a assinar o acordo com o IPHAN. Disponível em: http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=2028. Acesso em: mar. 2018.

⁵⁸ O RENASCER DE UMA CIDADE. Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/o-renascer-de-uma-cidade-734866.html>. Acesso em: jan. 2019.

a cidade está se preparando para aproveitar esse potencial turístico. (GALÃO, FOLHA DE LONDRINA, 2011)

Leal (2017) destaca que no desenvolvimento do PAC Cidades Históricas em 2009 através de Planos de Ação, em nível nacional houve avanços substantivos, porém com entraves relacionados ao isolamento histórico dos órgãos locais de preservação. Muitos problemas foram verificados relacionados à capacidade técnica das prefeituras, com limitações para promover e manter a participação da sociedade, não só no quesito de formulação de planos, mas em especial na implementação e gestão deles. “A partir de 2013, o PAC entra em outra fase, com a mesma estratégia utilizada na fase anterior, mais recursos e mais parcerias para a execução de obras, objetivando melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras”.⁵⁹

Buscando informações no *site* oficial do Ministério do Planejamento⁶⁰, responsável pelo PAC Cidades Históricas, constatou-se que Paranaguá não foi inserida nas ações do programa em sua segunda fase, Antonina é a única cidade paranaense dentre as 43 cidades brasileiras.

O PAC-CH/2013 acabou demonstrando a despreocupação em apoiar os municípios na construção de gestões capacitadas para assumir os compromissos da desejada descentralização, fazendo com que continuassem a figurar, em um cenário federativo desequilibrado, como meros receptores das benesses disponibilizadas pela União. (LEAL, 2013, p. 181).

Tanto a inclusão de Paranaguá no PAC Cidades Históricas em sua primeira fase como o tombamento federal de seu Centro Histórico, ambos em 2009, e, ainda a inclusão da cidade nos 65 destinos indutores, trouxeram significativas atenções e benefícios para Paranaguá. Desde o início dos anos 2000 seu contexto direcionado ao turismo e seu potencial histórico cultural não tinha tido tanta abrangência e visibilidade.

Todos os indicadores resultantes desse novo contexto acabaram contribuindo de certa forma para a realização do Plano Master de Turismo de Paranaguá, tratado no próximo subcapítulo.

⁵⁹ PAC. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: abr. 2018.

⁶⁰ Ministério do Planejamento. PAC Cidades Históricas. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas>. Acesso em: mar. 2018.

5.4 PLANO MASTER DE TURISMO DE PARANAGUÁ 2013

Cabe ressaltar que antes de 2013 Paranaguá passou por tentativas de elaboração de um plano de turismo, mas de fato nenhuma delas obteve sucesso, pois tais investidas ficaram incompletas, inacabadas e até mesmo fora de contexto. O atendimento efetivo da proposição teve início no ano de 2002, através da Lei nº 2.298, de 16 de outubro⁶¹, que em seu Art.º 4 define as competências do Conselho Municipal de Turismo:

I - elaborar o Plano de Turismo do Município e encaminhá-lo para aprovação do Prefeito Municipal; II - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo; III - coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Paranaguá; IV - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo; V - estudar e propor à Fundação Municipal de Turismo "Dr. Joaquim Tramuja" - FUMTUR, medidas de difusão e amparo ao turismo, em colaboração com os órgãos e entidades no Município; VI - promover junto à comunidade, com ênfase nas instituições educacionais campanhas no sentido de incrementar o turismo no Município; VII - propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução da Política de Turismo no Município.

Em 2013 foi elaborado pela FUMTUR o Plano Master de Turismo de Paranaguá⁶², com o objetivo específico de tratar as potencialidades turísticas do município.

No atendimento das necessidades apontadas para a elaboração do Plano Máster de Turismo de Paranaguá 2013-2020, adotou-se uma metodologia que iniciou pela identificação do cenário atual da situação que o turismo apresenta, **procurando-se identificar os principais atrativos culturais** e naturais, infraestrutura turística e calendário de eventos acompanhado da caracterização geral do Município. As informações foram coletadas através de pesquisas de fontes secundárias, visitas e observações *in loco*, entrevistas, uso da técnica de "turista oculto" e reuniões técnicas. Com base nestes dados, foram apontadas algumas situações potenciais nos setores da cadeia produtiva do turismo, que serviram para dimensionar a atividade e subsidiar o diagnóstico e o estabelecimento do cenário atual. (PARANAGUÁ, PMTP, 2013, p. 11).

⁶¹ Lei 2.298, de 16 de outubro de 2002. Elaboração do plano de turismo de Paranaguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2002/230/2298/lei-ordinaria-n-2298-2002-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-fundo-de-desenvolvimento-de-turismo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: nov. 2018.

⁶²O PLANO MASTER DE TURISMO DE PARANAGUÁ. Período de 2013-2020. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/fumtur/plano-master-turismo-paranagua.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

O plano traz um panorama que apresenta Paranaguá geograficamente, politicamente e socialmente, o que permite ao leitor uma percepção considerável sobre seu contexto geral e também para o turismo, no qual tem seu foco.

No que se relaciona às potencialidades turísticas, o PMTP destaca as naturais e as culturais, e aponta detalhadamente tais características, com informações sobre os atrativos relacionados ao turismo cultural.

Sobre o desenvolvimento da atividade turística sustentável, recorde-se que nesse período Paranaguá já fazia parte dos 65 destinos indutores do turismo, e dentre as ações que o plano estabeleceu, estava a realização de pesquisa de demanda com passageiros de navios de cruzeiro que atracavam em Paranaguá, e ações a serem desenvolvidas para o turismo local, aproveitando o potencial existente para o desenvolvimento de roteiros de Turismo histórico-cultural, de Cruzeiros e Náutico, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Religioso, Rural, Gastronômico e de Eventos e Negócios. Porém, o documento ressaltava as limitações para a execução dessas ações, como as condições do terminal turístico de passageiros para a atracagem de cruzeiros no Porto de Paranaguá.

Realizado pela gestão municipal de 2013-2016, o plano tem ações e programas a serem executados até o ano 2020, e seus principais objetivos consistem em apontar eixos estratégicos e diretrizes para a atividade turística ordenada, com foco em metas e resultados comprometidos com a qualidade de vida da população local e a capacidade competitiva de Paranaguá enquanto um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil⁶³.

Dentre as ações estratégicas relacionadas à abordagem cultural destacam-se os itens a seguir.

⁶³ PLANO MASTER DE TURISMO EM PARANAGUÁ. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/observatorio-do-turismo>. Acesso em: fev. 2018.

QUADRO 15 - EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATRATIVOS CULTURAIS DESTACADOS NO PLANOMASTER DE TURISMO DE PARANAGUÁ

| DIRETRIZES | AÇÕES ESTRATÉGICAS | PRAZOS | RESULTADOS ESPERADOS |
|---|---|-------------|---|
| <p>Criar o Memorial do Fandango</p> | <ul style="list-style-type: none"> -Elaborar projeto em parceria com a FUMCUL visando: - exposição permanente do registro da cultura ligada a dança típica; - exposição de indumentárias como o tamanco, instrumentos musicais como a rabeca, a viola e o adufo; -lançar mão da tecnologia para sons e imagens que o fandango produz. | 2015 a 2019 | Diversificação das opções de atividades e roteiros para os turistas e visitantes. Para a comunidade local, resgate dos valores culturais e despertar da autoestima. |
| <p>Reforçar o processo de comunicação nas igrejas históricas</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Música ambiente com menor intensidade tornando o ambiente mais propício à oração; - disponibilização do livro de registro de visitas; - disponibilização ao público, de maneira clara e sucinta, da história das igrejas; - valorizar o fato da Catedral ser a 1ª igreja construída em solo paranaense e a 1ª dedicada a Nossa Senhora do Rosário no Brasil. | 2015 | Igrejas de Paranaguá como mais um atrativo cultural/religioso. A Igreja São Benedito pode, em conjunto com a Igreja Catedral de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, formar um roteiro de turismo cultural religioso de grande valor. |
| <p>Formatar roteiros turísticos culturais</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Realização de roteiro gastronômico envolvendo a Casa do Barreado; - roteiro de turismo religioso das igrejas e templos de Paranaguá; - roteiro dos museus, etc. | 2015 a 2017 | Conservar e valorizar o patrimônio cultural. Repassar e preservar informações da história do município. Agregar valor ao produto turístico histórico-cultural. |
| <p>Fortalecer o turismo religioso no Santuário da Padroeira do estado do Paraná</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Fazer um Plano Diretor do Santuário; - qualificar a Festa de Nossa Senhora do Rocio; - terminar a construção do Centro de Eventos. | 2016 a 2019 | Paranaguá como destino indutor e referência em turismo religioso somado à atratividade das igrejas do Centro Histórico. |
| <p>Investir em itens de hospitalidade e segurança nos atrativos turísticos</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Reforma dos sanitários do Mercado do Peixe, Mercado Municipal e implantação de sanitários próximos ao Mercado do Artesanato; - revitalização e padronização das calçadas e das rampas de acessibilidade. | 2015 a 2019 | Apresentação de estrutura, da hospitalidade e do bem receber aumenta o conforto e a satisfação do turista. |

| | | | |
|--|--|-------------|---|
| Restaurar/ Revitalizar a Estação Ferroviária e o seu entorno | <ul style="list-style-type: none"> - Retomar a situação dos projetos encaminhados via SICONVI; - buscar a articulação governamental; - acompanhar a implantação do projeto de recuperação e restauro. | 2015 a 2017 | Garante diversificação do produto e uso do principal atrativo cultural e histórico de Paranaguá revelando competitividade como destino indutor do Paraná. |
| Reativar do transporte turístico ferroviário em Paranaguá | <ul style="list-style-type: none"> - Solucionar limitações técnicas e operacionais dos pátios e ramais ferroviários no perímetro urbano; - contatar ALL e Serra Verde; - retomar o roteiro do passeio ferroviário até o Rocio e Estação de Alexandra. | 2016 a 2019 | Imagem de mercado e reconquista do atrativo que teve influência na história e economia do Paraná. |
| Revitalizar os painéis informativos | <ul style="list-style-type: none"> - Buscar maior facilidade de leitura e compreensão instantânea da informação; - Estabelecer uma relação dialógica dos turistas com os painéis; -Empregar metodologia e design apropriados. | 2015 a 2017 | Sistema de sinalização sendo referência para comunicação com os turistas e visitantes e pesquisas com resultados positivos neste indicador. |
| Revitalizar as produções e atividades no Mercado do Artesanato | <ul style="list-style-type: none"> - Maior ênfase aos produtos confeccionados com matéria prima da região; - projeto de revitalização do artesanato de tradição; - capacitação dos artesãos para proporcionar ao turista a participação na produção artesanal dentro da modalidade Turismo de Experiência; - confecção de produtos artesanais diminuindo a quantidade dos maquinofaturados; - programa de apoio ao artesanato produzido pelos índios Guarani-Mbyá da Ilha da Cotinga. | 2015 a 2017 | Incremento do <i>design</i> das peças artesanais e embalagens que venham a atender uma tendência de mercado. Mercado do Artesanato com os artesãos em ação, servindo de diferencial e sendo potencializado por meio de capacitação do artesão para implantação de um programa que ofereça ao turista a possibilidade de participar de uma breve oficina de artesanato para elaboração de uma peça artesanal. O artesanato dos índios Guarani-Mbyá com a venda de seus produtos e buscando a valorização da arte e cultura indígena. |

FONTE:
Plano
Master
de

Turismo de Paranaguá (2013).

Para melhor entendimento sobre suas diretrizes, o Plano Master informava:

As diretrizes propostas foram elencadas em 7 Eixos estratégicos e a sua execução em prazos, sendo curto prazo para 2015, médio para 2016/2017 e longo para 2018/2019. Considerando o objetivo do desenvolvimento sustentável do turismo através do Plano Master de Turismo, as diretrizes compostas por inúmeras ações que servirão como apoio técnico para a FUMTUR e o Conselho Municipal de Turismo. (PARANAGUÁ, PMTP, 2013, p. 29).

Dentre as ações propostas, teve início em 2013 o projeto de conscientização turística realizado nas escolas municipais de Paranaguá⁶⁴: “teve seu lançamento no auditório do Camboa Resort Hotel, no qual contou a participação de 300 professores da rede municipal de ensino do município de Paranaguá que receberam uma palestra voltada a sensibilização para tratar o tema em sala de aula”. De acordo com a mesma reportagem, um dos objetivos principais foi destacar que Paranaguá tem potencial para explorar o turismo, e o projeto estava diretamente ligado aos fatores essenciais para uma mudança de paradigma da população local para a valorização do turismo, a autoestima e a identidade local.

Diante disso, o destino turístico Paranaguá ganhou representatividade com a criação do plano específico em 2013. Mesmo assim percebeu-se durante a pesquisa que o turismo veio se desenvolvendo com ações voltadas ao planejamento e diretrizes que foram sendo seguidas ao longo do tempo como, por exemplo, na década de 1990, pelos reflexos que o PNMT trouxe para o desenvolvimento turístico nesse período, visto os projetos, programas e ações que contribuíram e tiveram efeito significativo para o turismo no município.

Paranaguá passou por diversas administrações e gestões turísticas, mas, concretamente, o planejamento de turismo só ocorreu em 2013, com a implementação do Plano Master de Turismo de Paranaguá. No entanto, o planejamento turístico vinha sofrendo influências de anteriores instrumentos, como os planos diretores, o tombamento estadual e o federal, e atividades executadas pela própria esfera municipal.

Iniciativas anteriores, como o Projeto Onze, trabalhavam mais a educação patrimonial e turística, e não constituíram planos específicos de turismo. Outras

⁶⁴ LANÇAMENTO DO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO TURÍSTICA NAS ESCOLAS DE PARANAGUÁ. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia5812.html>. Acesso em: jan. 2018.

iniciativas buscavam adaptar Paranaguá no contexto, não deixando grandes contribuições.

Quanto ao PMTP, com a mudança de gestão municipal no início de 2017, com a FUMTUR deixando de existir e a criação da SECULTUR, apesar de ter trazido um diagnóstico consistente do turismo em Paranaguá, não apresentou continuidade, abandonando-se as diretrizes planejadas.

5.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

As entrevistas com os ex-gestores de turismo de Paranaguá foram realizadas, com agendamento prévio, no mês de janeiro de 2019. As questões semiestruturadas foram respondidas conforme foi se estabelecendo o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. As respostas trouxeram entendimentos significativos, foi possível uma percepção satisfatória do entendimento dos ex-gestores relativo a fatos e situações durante o período em que atuaram frente à gestão do turismo no município de Paranaguá.

Narrou o entrevistado JRA, gestor de 1976 até 1981, que, pelas dificuldades de planejamento do turismo, ocorreram fatores limitantes para aspectos relacionados a cultura e turismo; nesse período já eram estabelecidas parcerias com o IPHAN, que já realizava visitas em Paranaguá. O entrevistado enfatizou os primeiros diálogos para o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio histórico em Paranaguá, com foco nas revitalizações no Centro Histórico do município, e afirmou que foi através de parcerias que os edifícios históricos começaram a ser pintados na Rua da Praia; também tiveram início ações com o objetivo de preservar o Palácio Visconde de Nacar. No entanto, JRA destacou que de fato foram acontecer tais restaurações nas gestões municipais posteriores ao período em que atuou. Na sua gestão aconteceu a 1ª Festa do Barreado em Paranaguá, e eram levadas apresentações de Fandango para outros municípios do Paraná.

O entrevistado WAVC atuou no período de 1982 a 1989. Destacou que foram realizadas pinturas nos edifícios históricos da Rua General Carneiro (Centro Histórico), com a colaboração de proprietários, e enfatizou que deu início aos trabalhos de recuperação do Fandango, que ocorria principalmente na Ilha dos

Valadares. No que se refere ao Barreado, evidenciou as disputas existentes entre Paranaguá e Morretes pelo título de município “proprietário” de fato do prato típico.

O entrevistado PEN atuou como gestor municipal de turismo de 1990 a 1992. Nesse período o turismo e a cultura começaram a se desenvolver mutuamente em Paranaguá, visto a criação da FUNCULTUR. Conforme explicação do entrevistado, a Igreja Terceira de São Francisco das Chagas estava abandonada e foi transformada em teatro nesse período. Foram elaborados projetos para a melhoria dos prédios históricos mas sem muito apoio da gestão municipal, e ações eram realizadas com sacrifícios. Também informou que havia parcerias com o IHGP relacionadas ao carnaval.

O entrevistado OAOJ atuou no período de 1993 a 1996. Destacou o início do “Projeto Onze: e Agora?”, realizado nas escolas e que teve uma ampla abordagem sobre o turismo em Paranaguá, principalmente no resgate cultural do Fandango e do Barreado e o conhecimento pelos alunos dos prédios históricos. Destacou ainda as ações nesse período voltadas à recuperação da Estação Ferroviária e do Centro Histórico, e que a Igreja da Ordem foi transformada em teatro. Com a criação de grupos de Fandango, os mesmos percorriam o Brasil em eventos e festivais. Neste período foi realizado em Paranaguá o Festival Internacional do Folclore.

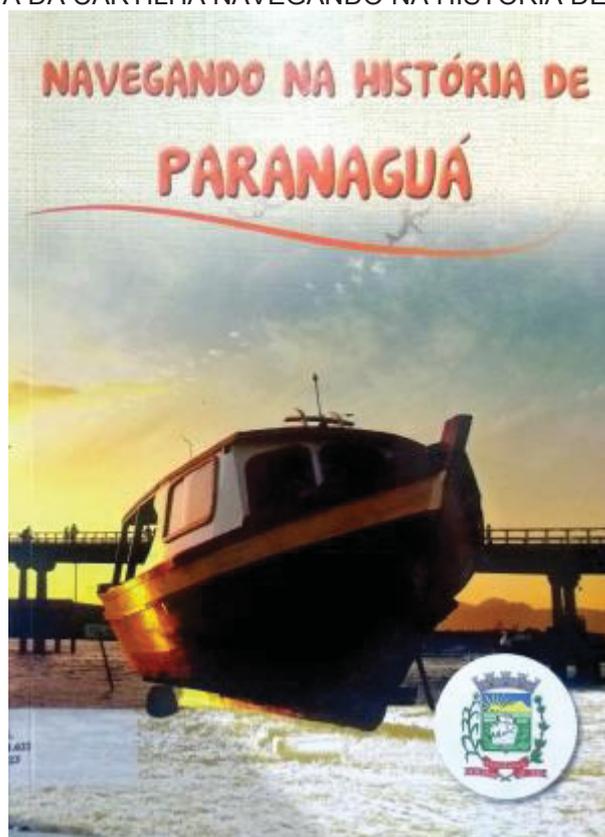
O entrevistado RGJ esteve à frente da área de turismo por duas gestões municipais (2005-2008 e 2013-2016). Na primeira gestão foram concretizadas etapas para a restauração da Casa Dacheux⁶⁵, que seria transformada em um Restaurante-

⁶⁵IPHAN – CASA DACHEUX. A comunidade de Paranaguá, no Paraná, recebeu este mês, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a restauração de um sobrado do período colonial, conhecido como Casa Dacheux. O edifício localizado no Centro Histórico de Paranaguá estava abandonado, e praticamente destruído, restando apenas as fachadas e vestígios da cobertura. Os trabalhos de restauração tiveram início em fevereiro de 2009, a partir de solicitação da prefeitura municipal, que apresentou um projeto à superintendência do Iphan-PR. A idéia é instalar no imóvel um Restaurante-Escola. A prefeitura ainda vai construir um anexo onde serão instaladas cozinha e salas de aulas. Segundo Liliane Lucena, arquiteta do Iphan-PR responsável pela restauração, o projeto vai incrementar a economia local, já que promoverá a profissionalização na área gastronômica e proporcionará um melhor atendimento ao turismo local. O Iphan-PR ficou responsável pela restauração do prédio principal, de aproximadamente 402m² de área construída. No térreo foi instalado um salão de refeições, banheiros, além de elevador para portadores de necessidades especiais. No pavimento superior estão previstos espaços para exposições e cafeteria. Os investimentos foram de R\$ 480 mil, com recursos do Iphan. Até a conclusão do prédio anexo, a prefeitura vai utilizar a Casa Dacheux como espaço cultural para realização de exposições de artistas locais. (Reportagem de 14 de maio de 2010). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2846/iphan-restaura-casa-dacheux-em-paranagua>. Acesso em: jan. 2019.

escola em parceria com o Senac, com comidas típicas do litoral do Paraná, mas o projeto não chegou a ser executado. Ainda na primeira gestão a parte cultural foi bastante trabalhada, tanto no restauro dos casarios como na promoção do Fandango e do Barreado. O entrevistado relatou também que, com a criação do Plano Master de Turismo de Paranaguá na gestão municipal 2013-2016, inúmeras ações foram articuladas.

Destacou o projeto de conscientização feito nas escolas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação para o conhecimento da história e da cultura de Paranaguá, do patrimônio arquitetônico/cultural, e outras atividades ligadas ao turismo, através de uma cartilha que trazia informações sobre a Linha Turismo e dividia-se em 3 partes, relacionadas a aspectos gerais, históricos e folclóricos ligados a Paranaguá, e propunha atividades artísticas e visitas aos pontos turísticos do município. A cartilha fazia parte do Programa de Educação para o turismo, lançado em 2014.

FIGURA 22 - CAPA DA CARTILHA NAVEGANDO NA HISTÓRIA DE PARANAGUÁ 2014



Fonte: Biblioteca Municipal de Paranaguá (2018).

O IPHAN, segundo o entrevistado, tinha interesse nos tombamentos e registros relacionados ao Barreado e ao Fandango na primeira gestão. Na segunda

gestão, 2013-2016, buscou trabalhar com o estado e a Federação, seguindo as normativas e leis estaduais e federais do Ministério do Turismo, principalmente pela inclusão de Paranaguá como um dos 65 destinos indutores, junto com Curitiba e Foz do Iguaçu.

O entrevistado LFGOL atuou no período de 2009 a 2012. Informou que quando assumiu o cargo Paranaguá já fazia parte dos 65 destinos indutores, e havia parada de alguns cruzeiros de turismo, em que eram realizadas apresentações de Fandango aos passageiros. Como nesse período tinha-se a FUMCUL, ela precisava do apoio da FUMTUR no projeto de restauro de casarios, visto que era algo muito difícil e caro. Com patrocínio de uma marca de tintas conseguiram realizar a pintura dos Casarios da Rua da Praia.

Cabe destacar que nas duas entrevistas referentes aos períodos de 1976 até 1989 percebeu-se que não houve planejamento turístico na forma de planos, uma vez que as atividades relacionadas ao turismo eram limitadas. Foi observado nas respostas dos dois ex-gestores, principalmente relacionadas à abordagem cultural, que nessa época já era notado o potencial histórico cultural existente no município, tanto pelas visitas e parcerias realizadas pelo IPHAN como na realização da 1ª Festa do Barreado e o resgate do Fandango, que realizava apresentações em outros municípios.

Percebeu-se pelas entrevistas, que no período de 1990 a 1996, com a criação da FUNCULTUR houve evoluções gradativas no campo do turismo e da cultura. Cabe destacar os reflexos e ações que o PNMT desencadeou nesse período no município, como o próprio “Projeto Onze: E agora?” iniciado em 1993.

Nas entrevistas sobre os períodos de 2005 a 2016, notou-se que as gestões se envolveram com a implantação do PRT, que começou a ter efeitos em nível nacional. Resultou principalmente na inclusão de Paranaguá como um dos 65 destinos indutores. Percebeu-se claramente que mesmo tendo abordagens culturais relacionadas, não houve o desenvolvimento de algo tão determinante para o turismo cultural, como também para a preservação do patrimônio histórico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo realiza-se a apresentação dos resultados advindos do problema de pesquisa “Como o patrimônio histórico, material e imaterial, componentes da abordagem cultural, foi tratado no planejamento turístico de Paranaguá nas diferentes administrações municipais, no período entre 1950 e 2016?”. Considera-se que o objetivo foi atingido, principalmente pelas etapas de técnicas de pesquisa realizadas, tanto pelo levantamento bibliográfico e documental como pelas entrevistas com os gestores municipais de turismo.

Como proposto no objetivo geral — “investigar de que forma a abordagem cultural aparece no planejamento turístico de Paranaguá” —, após a análise concluiu-se que a gestão municipal do turismo em Paranaguá, desde seus primeiros anos, sempre ocorreu de forma limitada. Só começou a mudar e apresentar resultados mais significativos a partir da década de 1990, quando a cultura e o turismo passaram a receber maior atenção, seja pelo que representava o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, seja pelos desdobramentos advindos do Programa de Regionalização do Turismo, com Paranaguá sendo incluída entre os 65 destinos indutores do turismo no final da primeira década do ano 2000.

Quanto aos objetivos específicos definidos neste estudo, considera-se que todos foram alcançados. O primeiro objetivo — “Identificar os atrativos turísticos de Paranaguá, compondo um quadro evolutivo e histórico dos mesmos” — foi alcançado, visto que os materiais históricos analisados através de pesquisa documental e bibliográfica permitiram estabelecer o panorama histórico do turismo em Paranaguá.

Em parte do período investigado, os balneários litorâneos de Pontal do Paraná e Matinhos faziam parte territorial do município de Paranaguá, o interesse do planejamento e do *marketing* era o Turismo de Sol e Praia, vindo a constituir interesse o patrimônio histórico somente a partir da década de 1990, com o tombamento estadual, e posterior tombamento federal, do Centro Histórico. Considerando o período investigado, a questão cultural aparece de forma inexpressiva e não corresponde de fato ao seu real valor, visto as características e potencialidades histórico-culturais, o que deixa esse importante segmento do turismo ainda por ser explorado.

QUADRO 16 - ASPECTOS EVOLUTIVOS RELACIONADOS AO TURISMO EM PARANAGUÁ

| Anterior a 1950 | 1950-1989 | 1990-2016 |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Primeiros relatos de festividades à Nossa Senhora do Rocio - Turismo nos Balneários - Ilha do Mel (segunda residência) - Primeiros vestígios de turismo na Ilha do Mel - Linha de Trem Paranaguá/Curitiba - Início das festividades de carnaval - Primeiros registros do Banho à Fantasia (evento que antecede o carnaval parnanguara). | <ul style="list-style-type: none"> - O Santuário do Rocio passa a ser referência de fé e devoção - Crescimento do turismo na Ilha do Mel, reconhecido como um destino de veranistas - Surgem os primeiros eventos: Festa da Tainha, Festa do Rocio e festividades voltadas ao aniversário de Paranaguá - Apresentações do Fandango, tanto em Paranaguá como em outras cidades - Destaque aos atrativos culturais de Paranaguá (monumentos, edifícios históricos, igrejas) - Destaque para o turismo nos balneários de Caiobá e Praia de Leste) - Reconhecimento de Paranaguá pela Embratur como uma cidade histórica, incluída nos roteiros no sul do Brasil - Desenvolvimento do Carnaval como um evento popular - Ilha dos Valadares como atrativo cultural - Destaque para o Museu de Arqueologia e Etnologia, como um atrativo histórico cultural. | <ul style="list-style-type: none"> - Eventos culturais; - Evento de grande porte: Festa dos Motociclistas - Turismo cultural: destaque pelos 120 bens culturais dos quais o IPHAN selecionou 27 para o trabalho de inventário e documentação. Planejamento voltado à divulgação do Fandango e do Barreado. - Grupos de Fandango (Ilha dos Valadares). Elaboração do Plano de Gestão da Ilha do Mel. (capacidade de carga 5.000 pessoas/pessoas/dia) - Consolidação do Turismo Religioso (reconhecimento do Santuário do Rocio como Polo de Turismo Religioso, com elevação do Santuário a Santuário Estadual). - Visitação no Porto de Paranaguá passa a ter controle de visitas monitoradas (aumento no número de visitantes no final da década de 2000). - Paranaguá como um Destino Indutor do Turismo - Turismo de Negócios relacionado ao Porto de Paranaguá - Auge da linha de trem Paranaguá-Curitiba, que funcionou até o final da década de 1990. |

FONTE: O autor (2018).

O segundo objetivo — “Localizar e identificar planos, programas e projetos que tiveram relevância no planejamento turístico de Paranaguá” — foi alcançado, pelo acesso a documentos que proporcionaram um entendimento da importância de cada período para o turismo, destacando: o Plano Diretor de 1969; o tombamento estadual de 1990; o Projeto Onze: e agora?, de 1993; o tombamento federal de 2009; o PAC Cidades Históricas; e, por fim, o Plano Master de Turismo de Paranaguá em 2013.

Por fim, o terceiro objetivo — “Identificar as abordagens culturais que historicamente fizeram parte do planejamento do turismo em Paranaguá” — foi atingido pelo cruzamento da pesquisa documental com as entrevistas realizadas com os ex-diretores e ex-secretários de turismo.

Esta pesquisa revelou que a abordagem cultural sempre foi considerada no planejamento turístico de Paranaguá, porém não de forma integral, estabelecendo-se gradativamente, junto a outras necessidades advindas ao longo dos anos. Por vezes foi tratada pelas gestões municipais de forma apropriada, em outras, com sérias limitações na esfera municipal.

Analisados os planos e programas relacionados a Paranaguá, notou-se a preocupação do município em restaurar e preservar os prédios históricos, alguns abandonados, como também as restaurações que ficaram prontas, mas sem utilidade e sem a devida coerência com o real valor de atrativo para o turismo.

Quanto ao patrimônio cultural, foram verificadas dificuldades com a preservação do Fandango, e notados conflitos com Morretes em relação à gastronomia, pela disputa do prato típico do litoral paranaense, o Barreado. Os municípios não entendem o Barreado como um prato típico do litoral como um todo.

Faltou a algumas gestões municipais um olhar responsável sobre as potencialidades culturais, enfatizando, por exemplo, os atrativos culturais divulgados no Plano Master de Turismo de Paranaguá lançado em 2013.

As políticas públicas devem ser complementadas com planos, programas e projetos concretos e que tenham continuidade efetiva, e, acima de tudo, que a atuação dos gestores mostre sensibilidade para que o turismo de fato se desenvolva, com um olhar analítico sobre fatores históricos do município. As marcas deixadas pela evolução histórica, como o ciclo do ouro, a escravidão, as condições territoriais e de poder do porto existente, apresentam impactos muitas vezes mais negativos que positivos sobre o desenvolvimento de Paranaguá.

Vale salientar que cada localidade, cada destino turístico, tem uma forma de se desenvolver e de evoluir, de acordo com sua realidade, principalmente pelos interesses que cercam as gestões municipais. Essas questões geram interferências em Paranaguá de contextos sociais, políticos, ambientais, fatores culturais e principalmente a identidade portuária, que acaba por depreciar o potencial turístico existente, quando poderiam ser aliados, objetivando um desenvolvimento principalmente sustentável.

Analisar Paranaguá e suas potencialidades para o turismo cultural não é uma tarefa fácil, pois ao mesmo tempo o segmento compete com outros segmentos que vieram se desenvolvendo conjuntamente, ligados principalmente a realização de eventos, turismo religioso, ecoturismo, turismo de negócios, turismo de sol e praia (por agregar principalmente a Ilha do Mel). Em nenhum deles existem marcas e potenciais tão representativos como os que traz o turismo cultural, seu patrimônio histórico, bens materiais e imateriais.

Como fator limitante dessa pesquisa cita-se o fato de não existir um arquivo oficial na administração municipal. Outro fator limitante foram as respostas às entrevistas realizadas, pois esperava-se fossem mais específicas. Mesmo assim, o contato com os entrevistados foi de suma importância, pois a análise de suas respostas complementou as outras técnicas de pesquisa adotadas nesse estudo. Outro fator limitante a ser destacado foi que no panorama histórico e cultural de Paranaguá não foi possível encontrar materiais mais específicos sobre alguns pequenos intervalos de tempo. No entanto, tais fatores não ocasionaram, em âmbito geral, prejuízo para atingir os objetivos e itens propostos neste trabalho.

Analisando todos os itens destacados neste capítulo, recorda-se a visão de Molina (2019) ao afirmar que o entendimento que envolve o turismo deve se mover em paralelo com a história, tendo um monitoramento permanente das mudanças que ocorrem, visto que os estudiosos devem empenhar-se em estabelecer linhas de pesquisas e entendimentos do fato turístico que permitam perceber as mudanças históricas, evitando estudos obsoletos.

À medida que o turismo se desenvolve, melhores resultados se apresentam no contexto social, não apenas em interesses econômicos, mas no desenvolvimento em seu sentido mais amplo, seja na valorização dos moradores ou na preservação da

cultura, devendo, portanto, haver consonância entre gestão municipal, estadual e federal, para um planejamento responsável do desenvolvimento turístico.

Por fim, espera-se que esta pesquisa sobre Paranaguá contribua e sirva como estímulo para futuras análises e percepções tanto de pesquisadores como de gestores municipais, por se tratar de um município histórico que tem uma relação com o turismo que ultrapassa muitas décadas, com experiências em seu planejamento diretamente ligadas à abordagem cultural, englobando temas que podem contribuir sobre vários enfoques inspirados por esta leitura.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C. M. S. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos de 1970 e 2010.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011
- ABRAHÃO, C. M. S.; BAHL, M. Turismo cultural e desenvolvimento incluyente: o caso de Paranaguá, Paraná, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 1, p. 96-118, 2011.
- ABRAHÃO, C. M. S.; CHEMIN, M.; GÂNDARA, J. M. G. A oferta turística de Paranaguá (PR): uma análise de atrativos e equipamentos de hospedagem. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 4, outubro 2012.
- ABRAHÃO, C. M. S.; FELISBINO, J. N. **Ilha dos Valadares. História, cultura e meio ambiente.** Curitiba, 2016.
- ASSIS, V. Resignificações do patrimônio cultural no Paraná: do Colégio dos jesuítas ao museu de arqueologia e artes populares de Paranaguá (1938-1963). **Cadernos de Clio**, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2016.
- ÁVILA, M. A.; WILKE, E. P. Dos fatores limitantes ao desenvolvimento sustentável: alternativas planejadas para o turismo em Paranaguá, PR, Brasil. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 555-568, 2008.
- AZEVEDO, F. C. **Aspectos folclóricos do Paraná. Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá.** Curitiba, 1975.
- BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo: sociais, culturais e políticos.** Curitiba: Protexito, 2004.
- BAHL, M. **Dimensão cultural do turismo étnico.** In: ANSARAH, M. G. R.; PANOSSO NETTO, A. **Segmentação de mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas.** . Barueri: Manole, 2009.
- BAHL, M.; SOUZA, S. R. A conservação do patrimônio histórico cultural e os profissionais do turismo. Uma relação possível. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 1, n. 2, p. 26-35, 2011.
- BARRETTO, M. Relações entre visitados e visitantes: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, novembro 2004.
- BARRETTO, M. **Turismo y Cultura: relaciones, contradicciones y expectativas.** El Sauzal, Tenerife-España: ACA Y PASOS, RTPC, 2007.
- BARRETTO, M. Turismo urbano: estratégias de planificación. In: RIBEIRO, M. **Olhares sobre o patrimônio cultural.** Reflexões e realidades. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, maio 2006.

BORGES, J. N.; OLIVEIRA, C. E. F.; SILVA, R. **Memória da cidade, história e patrimônio urbano no Brasil**. São Paulo: Conceito Humanidades, 2011.

BORTOLUCCI, M. A. P. C. S.; JABUR, R. S. Conjunto histórico de Paranaguá: intervenção e preservação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

BOUTIN, L. **Breve história de Paranaguá**. Seu desenvolvimento socioeconômico e cultural. Paranaguá, 1994.

BRAMBATTI, L. E. **Racionalização, cultura e turismo em meio rural na serra gaúcha**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRAMBATTI, L. E.; DAMAS, M. T. **Território, turismo e identidade**. Percepção de moradores da cidade portuária de Paranaguá-PR. Artigo científico (Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar), Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/53913>.

BRANCO, A. **Cultura caiçara: resgate de um povo**. São Paulo: Etecê, 2005.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

BRUSADIN, L. B. A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. **Revista de Cultura e Turismo**. ano 9, n. 3, out. 2015.

CARNEIRO, E.; CARVALHO, K. D.; OLIVEIRA, S. A. O. Turismo cultural e sustentabilidade: uma relação possível? **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 4, n. 1, 2010.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO NECHAR, M. La investigación y epistemología del turismo: aportes y retos. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano IV, n. 2, p. 79-95, 2. sem. 2007.

CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETO, A. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014.

CERETTA, C. C.; FRITZEN, F. M.; RUDZEWICZ, L. Uma proposta de planejamento turístico e sua aplicação em Pelotas, RS. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 7(3), p. 423-439, jul-set. 2015.

CHMYZ, I. José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. **Revista de Arqueologia**, v.10, p. 43-105, 2006.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Editora Senac, Edições Sesc, 2009.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1996.

CRIPPA, G.; SOUZA, W. E. R. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, 21(3), p. 207-223, set./dez. 2009.

DA PAZ, H. Conversando com o turista. **Revista O Itiberê**. Paranaguá, ano 55, n. 45, p. 20, junho-julho 1975.

DE LA TORRE PADILLA, O. **Él turismo fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DOMARESKI, T. C. **A competitividade das destinações turísticas**. O caso de Foz do Iguaçu (PR), Brasil. (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú/SC, 2011.

DURAND, J. C. G.; KÖHLER, A. F. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. **Turismo - Visão e Ação**, v. 9, n. 2, p. 185-198, maio /ago. 2007.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Rolo & Filhos Artes Gráficas, 2003.

EDIÇÃO HISTÓRICA. **Paranaguá - Paraná, Brasil: Praias, Morretes, Antonina**. cidade: Papelaria Requião, 1974.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FACHIN, O. **Fundamentos da metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEITOZA, D. P. O.; NOVAES, M. H. Observatório do Turismo de Paranaguá: uma ferramenta de monitoramento e gestão estratégica do destino. **Anais do XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, set. 2014.

FELDENS, C.; FIORI, J. A.; RODRIGUES, J. C. **Paranaguá 350 anos: 1648-1998**. Paranaguá: Imagem, 1998.

FERNANDES, J. R. O. **Muito antes do SPHAN**: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Teorias e Práxis, 2010.

FERNÁNDEZ, P. T. Hacia una reflexión del turismo étnico y su redefinición de alteridades. El caso de las políticas turísticas de Chaco y Formosa, Argentina. *In*:

BARRETTO, M. (coord.). Turismo, reflexividad y procesos de hibridación cultural en América del Sur austral. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 2010.

FONSECA, M. C. L. Registro. *In*: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

FREITAS, W. **Aspectos históricos e turísticos de Paranaguá**. 2. ed. Paranaguá: Cavagnolli, 1994.

FREITAS, W. **História de Paranaguá das origens à atualidade**. Paranaguá: Gráfica e Editora Vicentina Ltda., 1999.

GÂNDARA, J. M. G. La Calidad y la Competitividad de los Destinos Turísticos Urbanos. **Turismo - Visão e Ação**, v. 6, n. 1, jan./abr. 2004.

GÂNDARA, J. M. G.; RUIZ, T. C. D. A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 7(2), p. 260-280, maio/ago. 2013.

GÂNDARA, J. M. G.; RUIZ, T. C. D. O planejamento urbano e a competitividade de destinos turísticos: uma análise desde a perspectiva do modelo de Dwyer e Kim. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 3, dez. 2014.

GASTAL, S.; SILVEIRA, G. T. Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG. *In*: RIBEIRO, M. **Olhares sobre o patrimônio cultural**. Reflexões e realidades. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENES, M. H. S. G. Barreado. Sabor, história e cultura no litoral paranaense. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 159-192, jan./jun. 2011.

GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. Política e planejamento. *In*: GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. (orgs.). **Gestão de turismo municipal**. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001.

GUILLAUME, M. **A política do patrimônio**. Porto: Campo das letras, 2003.

HALL, C. M. A tomada de decisão política e o planejamento centralizado – Darling Harbour, Sidney. *In*: GUERRIER, Y.; ROBERTSON, M.; TYLER, D. (orgs.). **Gestão de turismo municipal**. Teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos. 2. ed. São Paulo: Futura, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. São Paulo: DP&A, 1995.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinótese estatística do município de Paranaguá**. 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População de Paranaguá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: mar. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Definição**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: nov. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

PAC 2 Cidades Históricas. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>. Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**. Estudo da Região Turística do Litoral. Curitiba, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**. Caderno Estatístico: Município de Paranaguá. Curitiba, 2019.

JABUR, R. S. **Paranaguá: identidade e preservação**. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2015.

JACQUES, P. B. Prefácio. *In*: JEUDY, H. P. **O espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, H. P. **O espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUNIOR, O. N. **Paranaguá, minha cidade**. Crônicas do Cotidiano. Curitiba, 2006.

JUNIOR, V. N. **História, crônicas e lendas**. Paranaguá, 1980.

KERSTEN, M. C. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Tese. (Doutorado em História). Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEAL, S. F. **PAC-CIDADES HISTÓRICAS: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) -

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

LIMA, R. M. M. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento**: uma avaliação do Programa de Regionalização do Turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

LOPIS, E. A. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 12, 2017.

MAIA, A. F. **Nossa Senhora do Rocio. Devoção, fundamentação bíblica e história**. 2. ed. Paranaguá: Redentorista, 2010.

MANSUR, A. **Guia turístico informativo de Paranaguá**. Curitiba: Editora Cartaz, 1962.

MARTINS, P. **O Fandango em Valadares**: entre o sítio e a cidade. 30º Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.

MASTERPLAN. **PARANÁ TURÍSTICO 2026**: Pacto para um destino inteligente. Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/PLANO_DE_TURISMO/ParanaTuristico2026documentocompleto__1.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

MATTOS, L. M. B. Patrimônio histórico. **Revista O Itiberê**. Paranaguá, III fase, v. 77, jul. 1996.

MAZARO, R., TRIGO, L. G. G. Movimentos globais e cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, dez. 2012.

MAZZA, L. Turismo pode ajudar o litoral e ajudar-se. **Revista O Itiberê**, ano XIX, nova fase, n. 12, jul./ago. 1964.

MAZZA, L. G. Paranaguá, a raiz comum. *In*: FELDENS, C.; FIORI, J. A.; RODRIGUES, J. C. **Paranaguá 350 anos: 1648-1998**. Paranaguá: Imagem, 1998.

MELO, M. A. W. S. **Turismo e patrimônio cultural**: processo de tombamento e estratégias de utilização turística do Centro Histórico de Natal/RN. (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MOLINA, E. S. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOLINA, M. E. Un acercamiento teórico a la significación del turismo desde lo fenomenológico. **PASOS, Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 17, n. 1, p. 9-23, Enero-Abril 2019.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: ALEPH, 2003.

MOREIRA, N. S. L. **Cidadania e gestão de preservação do patrimônio histórico público sociocultural**: o caso do engenho do Murucutu em Belém do Pará. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Universidade da Amazônia, Belém-PA. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **PAC Cidades Históricas**: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: MinC, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marketing de destinos turísticos**. Brasília: MTur, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: MTur, 2010.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Polo Turístico do Litoral Paranaense. Curitiba: MTur, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**: Paranaguá. 2007-2010. Brasília: MTur, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de competitividade do turismo nacional destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Brasília: MTur, 2014.

MUNIZ, J. C. “ **O meu pai não me deu mestre, minha mãe não me ensino, não sei por quem eu puxei, violeiro e cantado**”: Memórias de um caçara fandangueiro de Guaraqueçaba-PR. (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Universidade Federal do Paranaguá, Matinhos-PR, 2017.

MUSEU PARANAENSE. **A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba**. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Banestado61anos/AestradaFerroParanaguaCuritibaUmaobradeArte.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

NARDI, L. **Centro Histórico de Paranaguá-PR**: usos e sentidos na cidade contemporânea. (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANCHO, A. **Introdução do turismo**: Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Plano Master de Turismo em Paranaguá**. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/fumtur/plano-master-turismo-paranagua.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **E agora? Projeto Onze**. 1993.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Navegando na história de Paranaguá**. 2014.

PARANAGUÁ. **Guia Histórico Turístico e Cultural: Paranaguá Ilha do Mel.** FUMCUL/FUMTUR, 2012.

PARELLADA, C. I. Coleções arqueológicas no Museu Paranaense: trajetórias e memórias. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 2, n. 1, p. 72-92, set./dez. 2014.

PÉREZ, X. P. **Turismo cultural: uma visão antropológica.** El Sauzal, Tenerife, España: ACA y PASOS, RTPC, 2009.

PERINOTTO, A. R. C.; SANTOS, A. K. P. Patrimônio cultural e turismo: um estudo de caso sobre a relação entre a população parnaibana e o complexo Porto de Barcas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n. 2, p. 201-225, ago. 2011.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão.** 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.

PORTO DE PARANAGUÁ. **Visitação ao Porto de Paranaguá.** Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=335>. Acesso em: jan. 2018.

PORTO DE PARANAGUÁ. **Visitação no Porto de Paranaguá.** Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/porto-de-paranagua>. Acesso em: dez. 2017.

QUEIRÓS, A. S. Turismo cultural e economia do patrimônio. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 4, n. 21/22, p. 107-117, 2014.

RIBEIRO, E. **Inventário do patrimônio cultural imaterial em Paranaguá.** Monografia (Especialização em Patrimônio, Memória e Gestão Documental) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2012.

RIBEIRO M. Análise das políticas de preservação em quatro municípios do Nordeste Brasileiro. *In*: RIBEIRO, M. **Olhares sobre o patrimônio cultural.** Reflexões e realidades. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

RIBEIRO, R. M. **Sistema de planejamento do turismo – proposição de uma ferramenta de planejamento turístico e territorial com foco em Guaratuba – PR.** Tese. (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, B. H. R. **Turismo cultural e desenvolvimento.** A rota das catedrais e o caso de Santarém. Tese. (Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura, Ramo de Turismo e Desenvolvimento) - Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra – Portugal, 2017.

RUSCHMANN, D. **Turismo no Brasil.** Análise e tendências. São Paulo: Manole, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SCHEIFER, B. **Paranaguá: cidade portuária.** Entre a cidade “sonhada e a cidade real”. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR, 2008.

SONCINI, L. **Política de patrimônio cultural imaterial na América Latina: análise dos processos de identificação e registro no Brasil e no México.** Dissertação. (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA JUNIOR, S. V. **A percepção dos gestores públicos e privados de destinos no Brasil e México, sobre a importância de contar com indicadores que permitam avaliar o planejamento, gestão e controle do turismo em destinos.** Dissertação. (Mestrado em Turismo) - Programa de Pós-graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SOUZA, S. do R. de. **O patrimônio histórico da Lapa como representação social: algumas aproximações entre a geografia e o turismo.** Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SPERB, M. P. **Turismo sustentável e gestão ambiental em meios de hospedagem: o caso da Ilha do Mel.** Dissertação. (Mestrado em Administração) - Programa de Pós graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horiz. Antropol.**, v. 9, n. 20, Porto Alegre, out. 2003.

TOMAZZONI, E. L. Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. **Fênix**, Revista de História e Estudos Culturais. v. 5, ano 5, n. 3, jul./ago./set. 2008.

TRAMUJAS, A. **Historias de Paranaguá, dos pioneiros da Cotinga à porta do Mercosul no Brasil meridional.** 1996.

UFPR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá-PDDI.** v. I. Análises Temáticas e Diagnósticos, 2007.

URRY, J. **O olhar do turista.** 3. Ed., São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 2001.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Tradução Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIANA, M. **Paranaguá na história e na tradição.** 1971.

VIVEKANANDA, S. **Visite o litoral paranaense.** Reportagens, história, guia sentimental. Paranaguá, 1967.

VÖRÖS, A. S. A. **Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR: diálogo e interação.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de graduação em Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WILKE, E. P. **Dos fatores limitantes ao desenvolvimento sustentável:** alternativas planejadas para o turismo em Paranaguá, PR. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) –Programa de Mestrado em Cultura e Turismo, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus -BA, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS

1. Nome, idade e formação.
2. Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá?
3. Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município?
4. Como o patrimônio histórico cultural, material e imaterial foi tratado?
5. Como foi tratada em sua gestão a relação entre cultura e turismo?

APÊNDICE B - ENTREVISTA 1

| | |
|--|--|
| 1 - Nome, idade e formação. | José Roberto Affolter, 65 anos. Advogado, também possui graduação em Letras/Português. |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 1976 até 1981. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | <p>Conforme as informações disponibilizadas pelo entrevistado não houve elaboração de um plano, as atividades eram realizadas pelo Órgão: Serviço Municipal de Turismo, que contava com 5 funcionários na época, e funcionava com status de Secretaria, antes foi desmembrado da Secretaria Municipal de Educação por um projeto de lei, pois era um departamento.</p> <p>Com isso o órgão começou a ganhar fôlego e vida, pois antes eram atribuídas apenas funções que se limitavam a distribuição de folders turísticos, e no cuidado de som para realização de eventos.</p> <p>Com o Serviço Municipal de Turismo, iniciou-se a realização de projetos e foi realizado o 1º calendário de eventos de Paranaguá, no qual tinham-se o Carnaval, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes (que passou a ter maior apoio da prefeitura), incentivo a festas juninas, e um calendário específico para o aniversário da cidade.</p> <p>Teve-se também um incentivo para a Festa do Rocio, pois passaram a ser responsáveis pela organização de tal festa.</p> <p>Nas temporadas de verão, como as praias pertenciam a Paranaguá, era realizada divulgação nesses locais.</p> <p>Nessa época para a realização de eventos no município de Paranaguá, tinham-se procedimentos burocráticos, pois precisava ser solicitado junto ao prefeito e à Secretaria Municipal de Fazenda para a liberação de verba.</p> <p>Conforme destaca o entrevistado, o trem vinha até Paranaguá nesse período de 3 a 4 vezes na semana, com um fluxo acentuado de turistas e eram disputados por restaurantes.</p> <p>Cabe destacar sobre as dificuldades encontradas nesse período pelo órgão, pois não tinha autonomia para o planejamento do turismo, sendo que não havia uma visão clara sobre o turismo por parte do prefeito.</p> <p>O entrevistado destaca ainda a falta de relacionamento com o Porto, pelos impactos negativos para o turismo, como poluição e as vias de acesso.</p> <p>Nesse período, conforme relatado, a Ilha do Mel já tinha grande destaque.</p> |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | A Igreja de São Francisco das Chagas estava fechada nessa época, e então com tal gestão conseguiram reabrir. |

| | |
|--|---|
| | <p>Houve incentivo para realização de festas populares, e se começou a estabelecer diálogos sobre o patrimônio histórico, para a realização de revitalizações no município, pois através de parcerias começaram a ser pintados alguns edifícios históricos localizados na Rua da Praia. Foram realizadas ações com o objetivo de preservar o Palácio Visconde de Nacar, na época eram realizadas visitas pelo atual órgão IPHAN, realizadas supervisões.</p> <p>Teve-se nessa época apoio da PARANATUR⁶⁶ para a realização da 1ª Festa do Barreado, como também nesse período em Paranaguá foi inaugurado o Dantas Hotel o qual trouxe uma melhor visibilidade para Paranaguá.</p> <p>Tinha-se apresentação de Fandangos e eram realizadas viagens para outros municípios para apresentação.</p> |
| <p>5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo?</p> | <p>Nesse período começaram a pensar na relação existente entre cultura e turismo, sendo que nas gestões municipais futuras foi criada uma fundação na qual e uniu a cultura e o turismo em Paranaguá.</p> |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

⁶⁶ PARANATUR. Pela Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1969, foram criados o Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR) e a Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR), na gestão do governador Paulo Pimentel. A PARANATUR tinha por objetivo fomentar a indústria do turismo no Paraná, atendendo as diretrizes formuladas pelo CEPATUR. Durante o Governo José Richa, pela Lei nº 356, de 07 de abril de 1983, a PARANATUR passou a ser vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, assim permanecendo até 20 de outubro de 1986, quando governava o estado João Elísio Ferraz de Campos. A PARANATUR voltou a vincular-se, novamente, à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, pela Lei nº 8.388/86, passando a ser dirigida por um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor de Administração e Finanças. Pela Lei nº 8.986, de 22 de maio de 1989, sancionada pelo governador Álvaro Dias, foi extinta a PARANATUR e os respectivos cargos de direção denominados Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico. Pela mesma Lei, a Fundação de Esportes do Paraná (criada pela Lei nº 8.485 de 03 de junho de 1987) passou a denominar-se Fundação de Esporte e Turismo (FESTUR). Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>. Acesso em: jan. 2019.

APÊNDICE C - ENTREVISTA 2

| | |
|--|---|
| 1 - Nome, idade e formação. | Waldir Armando Vasco de Campos, 74 anos. Superior (Professor) |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 1982-1989. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | <p>Não se tinha um plano específico de turismo. O entrevistado iniciou a fala dizendo que as atividades relacionadas ao turismo eram realizadas pelo Serviço Municipal de Turismo, no qual foi deixando tudo planejado para se tornar uma Secretaria mais na frente (referindo-se às próximas gestões municipais).</p> <p>O entrevistado alegou que as verbas nesse período eram limitadas e serviam apenas para pagar os funcionários.</p> <p>Dentre as ações foi elaborado um livro com os pontos turísticos da cidade, contando a história, e foram catalogados pousadas e hotéis, e demorou 1 ano para ser realizado, com 5 mil livros distribuídos. A Festa da Tainha foi iniciada nessa época, sendo que eram realizadas outras festas como as de aniversário da cidade e a Festa do Santuário do Rocío. O entrevistado relatou que nesse período o fluxo de turistas era muito grande, enfatizou ainda que “era muito mais do que hoje”. As festas de aniversário da cidade tinham grande representatividade na época.</p> |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | Foram realizadas pinturas em alguns edifícios históricos da Rua General Carneiro (Centro Histórico) com a colaboração dos proprietários. |
| 5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo? | <p>Havia parcerias, por exemplo entre o Museu, que se desenvolveu, e a Universidade Federal do Paraná.</p> <p>Teve início o trabalho da recuperação do Fandango, relacionado à Ilha dos Valadares.</p> <p>Ao comentar sobre o Barreado, o entrevistado afirmou prontamente “ter uma “briga”, pois Morretes afirmava ser deles mas não é, sendo que é oriundo do Valadares, que é onde moravam os escravos”. Destacou ainda que Morretes conseguiu manter e Paranaguá abandonou o Barreado.</p> |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

APÊNDICE D - ENTREVISTA 3

| | |
|--|---|
| 1 - Nome, idade e formação. | Paulo Emmanuel do Nascimento, 81 anos. Superior |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 1990-1992. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | Não. O entrevistado destacou que existiam muitos projetos, mas faltava verba. Teve a criação da Avenida do Samba. |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | Como algo importante. Relata que a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas estava abandonada e a transformaram em teatro na época. |
| 5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo? | Teve início a Festa das Nações. Destacou que tentaram melhorar os prédios históricos, mas que não tinha apoio da gestão municipal, e as ações eram realizadas com sacrifícios. O entrevistado destacou parceria realizada com o IHGP e as parcerias relacionadas ao carnaval (carros alegóricos). |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

APÊNDICE E - ENTREVISTA 4

| | |
|--|---|
| 1 - Nome, idade e formação. | Orley Antunes de Oliveira Junior, 68 anos. |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 1993-1996. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | <p>Não, no entanto perceberam-se algumas ações do PNMT. Houve muitas mudanças voltadas ao turismo, o entrevistado diz que: “muito do que tem hoje em Paranaguá tem minha mão”.</p> <p>Houve padronização que trouxe mudanças para a Festa do Rocio, o município contribuiu com ações, visando melhorar e atrair turistas e romeiros.</p> <p>Mudou-se o local da Festa da Tainha para a área da atual Praça 29 de Julho.</p> <p>Houve a reorganização do carnaval.</p> <p>Elaboração e início do “Projeto Onze: e Agora?”, realizado nas escolas, nas aulas com alunos, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.</p> <p>O entrevistado destacou “que levou a companhia aérea “Pantanal Linhas Aéreas” para Paranaguá”.</p> <p>Recuperação da Estação Ferroviária.</p> |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | <p>Foi criado um grupo de Fandango nessa época, com incentivo para participação em eventos; realizou-se o Festival Internacional de Folclore em Paranaguá, os grupos de fandango percorriam o Brasil em eventos e festivais.</p> <p>Recuperação do Centro Histórico.</p> |
| 5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo? | <p>Foi criada a Semana da Cultura, a Igreja da Ordem foi transformada em teatro, tinha-se incentivo para a realização de atividades.</p> <p>Realizou projetos e ações para transformar o turismo em Paranaguá.</p> |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

APÊNDICE F - ENTREVISTA 5

| | |
|--|--|
| 1 - Nome, idade e formação. | Rafael Gutierrez Junior. 52 anos. Superior em Administração e em Direito. |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 2005 – 2008; 2013 – 2016. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | <p>O entrevistado relatou que na gestão municipal de 2005-2008, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Turismo no Litoral do Paraná (ADETUR), da qual foi fundador., com o intuito de integrar os 7 municípios que pertencem ao litoral do Paraná, visto que havia uma disputa entre ele, como concorrentes; de fato são concorrentes, mas de outros destinos.</p> <p>Criou-se o Plano Master de Turismo de Paranaguá (PMTP) na gestão de 2013-2016, que tinha como foco a realização de ações de 2013 até o ano de 2020, mas conforme o entrevistado, não está sendo utilizado atualmente; não teve continuidade pela mudança de gestão. O plano foi realizado em parceria com todo o <i>trade</i> turístico de Paranaguá (hotéis, restaurantes, pousadas) e também da Ilha do Mel e o Sistema S (Sesc, Senac).</p> <p>Com relação à gestão 2013-2016, foi feito um projeto de lei para que as escolas fossem trabalhadas para o desenvolvimento e o conhecimento turístico em Paranaguá, com o intuito de valorizar os atrativos turísticos. O projeto contava com uma cartilha com dois personagens contando a história de Paranaguá, com conhecimentos locais, cultura e turismo.</p> <p>Ocorreu a fundação da Associação Brasileira das Ilhas Turísticas (ABITUR) nesse período.</p> <p>Sempre buscou trabalhar em conjunto com o Estado e a Federação, seguindo as normativas e leis estaduais e federais do Ministério do Turismo.</p> <p>Teve uma representatividade muito forte pela inclusão de Paranaguá como um dos 65 destinos.</p> |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | Foram feitos trabalhos junto à ADETUR, com o intuito de tombamento e registros pelo IPHAN. Na gestão 2005-2008, foi conseguido recurso para a restauração da Casa Dacheux. A ideia do projeto era instalar um Restaurante-escola do Senac, com comidas típicas do litoral do Paraná, mas, mesmo com o restauro realizado, não chegou a ser utilizada para tal. |
| 5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo? | Trabalhou-se na primeira gestão a parte cultural, tanto relacionada aos casarios como ao fandango e ao Barreado. |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

APÊNDICE G - ENTREVISTA 6

| | |
|--|---|
| 1 - Nome, idade e formação | Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima. 59 anos. Superior em Comércio Exterior/Administração. |
| 2 - Em que período atuou como gestor de turismo no município de Paranaguá? | 2009-2012. |
| 3 - Durante o período em que foi gestor, houve a elaboração de algum plano turístico para o município? | <p>Não. O entrevistado relatou que quando assumiu a função de secretário de turismo, Paranaguá já fazia parte do Projeto 65 Destinos Indutores do Turismo, visto a responsabilidade que Paranaguá sempre teve com a Ilha do Mel, e por causa da Ilha do Mel.</p> <p>Relatou que havia apoio da EMBRATUR como, por exemplo, nos 6 navios de cruzeiro trazidos para Paranaguá com passageiros estrangeiros. Eram organizados passeios e apresentações de danças, como o Fandango e o hip hop, apresentados aos passageiros na praça 29 de Julho, e também eram oferecidos artesanatos. Destacou ainda que tinha verba do Ministério do Turismo e do Ministério das Cidades.</p> |
| 4 - Como o patrimônio cultural, material e imaterial foi tratado? | <p>A Fundação Municipal de Cultura precisava de apoio do turismo no projeto de restauro, mas se tornou impossível; conseguiram patrocínio com uma marca de tintas para a pintura de Casarios da Rua da Praia.</p> <p>Tinha-se a participação na divulgação do destino Paranaguá em férias nacionais e internacionais.</p> |
| 5 - Como a sua gestão tratou a relação entre cultura e turismo? | Houve incentivo para apresentações de Fandango, inseridas nas programações oficiais, junto com o artesanato. |

FONTE: Elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo entrevistado (2019).

ANEXO A – TERMOS DE CONSENTIMENTO ASSINADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, JOSE ROBERTO AFFOLTER, concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.

JOSE R. AFFOLTER
Assinatura

Paranaguá, 15 de Janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, WALDIR ARMANDO VASCO DE CAMPOS, concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.

Assinatura



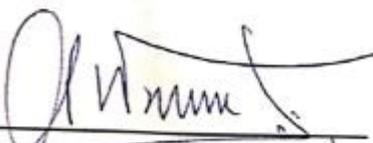
Paranaguá, 26 de Janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Paulo Emmanuel do
Nascimento
Agente Delegado

Eu, _____, concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.



Assinatura

Paranaguá, 13 de Janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, ORLEY ANTUNES DE OLIVEIRA JUNIOR, concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.

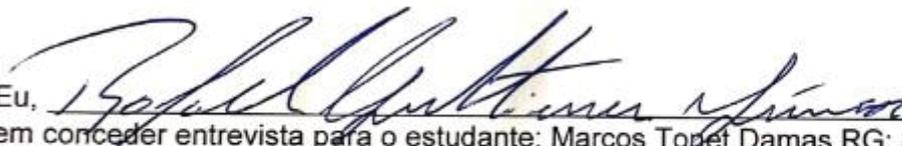


Assinatura

Paranaguá, 30 de Janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu,  concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.


Assinatura

Paranaguá, 22 de Janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, LUZ FERDINANDO GALFARI DE O. LIMA, concordo em conceder entrevista para o estudante: Marcos Tonet Damas RG: 8354845-2 CPF: 04065454999, e-mail: tonettur@yahoo.com.br, celular: (41) 996734899, aluno do curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Turismo da Universidade Federal do Paraná - UFPR, especialmente para sua dissertação de mestrado intitulada: "A ABORDAGEM CULTURAL NO PLANEJAMENTO DO DESTINO TURÍSTICO PARANAGUÁ-PR". Tenho conhecimento que a entrevista será utilizada e incluída como dados da pesquisa de campo que o aluno está desenvolvendo.

Assinatura



Paranaguá, 21 de Janeiro de 2019.